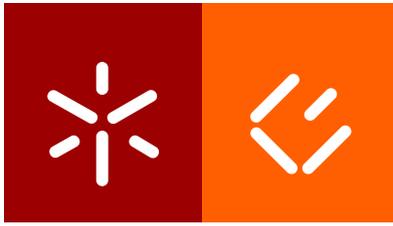


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

André Santos Afonso

A liderança carismática no projeto populista do Chega

abril de 2022



Universidade do Minho

André Santos Afonso

A liderança carismática no projeto populista do Chega

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciência Política

Trabalho realizado sob a orientação do Professor
Doutor José António de Passos Palmeira

abril de 2022

Despacho RT - 31 /2019

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição-NãoComercial
CC BY-NC**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Agradecimentos

Uma palavra de especial reconhecimento ao Professor Doutor José Palmeira pela confiança depositada, pelo apoio e o cuidado no acompanhamento e pela liberdade atribuída para o desenvolvimento do tema.

Declaração de Integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

Esta investigação aborda o fenómeno populista de destaque, o 'venturismo', que terminou com o 'excepcionalismo' português. Para isso aplica um enquadramento teórico-conceitual, que articula a estratégia política populista e o modelo da autoridade carismática. O estudo contribui para esclarecer os objetivos e as motivações dos envolvidos, mas incide particularmente na relação que existe entre a liderança de André Ventura e o seu projeto político, o Chega. De acordo com um paradigma interpretativista assente em métodos qualitativos, através da análise de várias fontes, referentes ao espaço de tempo que decorreu entre 2019 e 2022, como os documentos do partido, *outdoors*, debates políticos, intervenções parlamentares, discursos e entrevistas em que o ator político participou, é desconstruído o *modus operandi* do ator político, assim como a dinâmica de desenvolvimento do seu partido. Ventura aplica uma estratégia política que consiste em, através de um simbolismo adequado ao contexto cultural português, projetar um cenário de crise, no qual estabelece quadros de injustiça na relação que existe entre o sistema vigente e suas elites políticas e o 'povo'. Procura dessa forma deslegitimar e subverter, no sentido de instaurar um novo sistema e uma nova ordem social. Nesse processo, a autoridade carismática assume uma função fundamental na legitimação do líder do Chega e na sua assunção do papel de 'messias político', cuja missão pessoal autoproclamada é de ser a 'voz' dos que designa de 'portugueses de bem'. Ventura, de uma forma oportunista, ambígua e habilidosa, capitaliza a lógica mediática a seu favor e explora situações e temas polémicos, o que lhe permite ganhar protagonismo. A sua figura funciona como um elo de união entre os membros do seu partido e, ao mesmo tempo, como um polo de atração para uma parte do eleitorado. Portanto, existe uma dinâmica de dependência mútua entre o Chega e o seu dirigente. Se por um lado o partido é um instrumento ao serviço das ambições de Ventura, por outro, para o seu crescimento, depende do sucesso da promoção e construção da autoridade carismática do seu líder através de todos os meios disponíveis.

Palavras-chave: Estratégia Política Populista, Autoridade Carismática, Media, Chega, André Ventura;

Abstract

This investigation addresses the prominent populist phenomenon 'venturism' which ended with the Portuguese 'exceptionalism'. In order to do this, it applies a theoretical-conceptual framework which combines the populist political strategy and the charismatic authority model. This study helps to clarify the goals and motivations of those involved, but focuses primarily on the relationship between André Ventura's leadership and his political enterprise, Chega. According to an interpretative paradigm based on qualitative methods, through the analysis of various sources, referring to the period of time that elapsed between 2019 and 2022, such as party documents, billboards, political debates, parliamentary interventions, speeches and interviews in which the political actor participated, the *modus operandi* of the political actor is deconstructed, as well as the dynamics of development of his party. Ventura applies a political strategy that consists of, through a symbolism suitable for the Portuguese cultural context, projecting a crisis scenario, in which he establishes frames of injustice in the relationship that occurs between the current system and its political elites and the 'people'. Through this, it seeks to delegitimize and subvert, in order to establish a new system and a new social order. In this process, the charismatic authority assumes a fundamental role in the legitimation of Chega's leader and in his assumption of the role of 'political messiah' whose self-proclaimed personal mission is to be the 'voice' of those he calls 'good portuguese'. Ventura, in an opportunistic, ambiguous and skillful way, capitalizes on the media logic to his favor and explores controversial situations and themes which allow him to gain prominence. His image works as a uniting bond between the members of his party and at the same time as a pole of attraction for a part of the electorate. Therefore, there is a dynamic of mutual dependence between Chega and its leader. If on the one hand the party is an instrument at the service of Ventura's ambitions on the other its growth depends on the success of promoting and building the charismatic authority of its leader through all available means.

Key-words: Populist Political Strategy, Charismatic Authority, Media, Chega, André Ventura;

Índice

Lista de Abreviaturas	ix
Lista de Tabelas e Figuras	x
Introdução	11
1. O Populismo e o fenómeno do Venturismo	14
1.1. O Populismo na Europa	14
1.2. O Populismo em Portugal	19
1.3. O Venturismo	26
1.3.1. O ator político André Ventura	26
1.3.1. O Partido Chega	33
1.4. A Autoridade Carismática no Contexto Português	40
2. Enquadramento Teórico-Conceptual	45
2.1. O Populismo	45
a. Lógica Política	45
b. Ideologia	47
c. Estratégia Política	48
d. Estilo Político	50
e. Estilo de Discurso	51
2.2. Tipos de Autoridade	52
2.2.1. A Autoridade Carismática	55
2.3. A Relação entre o Populismo e a Autoridade Carismática	60
2.3. Os <i>Media</i> e o processo de Personalização da Política	65
3. Metodologia	68
3.1. Questão de investigação	69
3.2. Hipóteses de Investigação	70
3.3. Os Métodos	71
3.4. Recolha e Tratamento de Dados	71
3.5. Modelo de Análise	73
a. Estratégia Política Populista	74
b. Autoridade Carismática	75
4. Análise das Fontes	77
4.1. Os Documentos Oficiais do Chega	77

4.1.1.	Programa Político de 2021	77
4.1.2.	Declaração de Princípios	82
4.1.3.	Manifesto Político	82
4.2.	Os Debates Televisivos para as Eleições Presidenciais e Legislativas.....	87
4.2.1.	Promoção Pessoal e do Partido	87
4.2.2.	O Enquadramento dos Debates	91
a.	O Inimigo.....	93
b.	Os Cúmplices.....	96
c.	Os Coniventes	102
d.	Os Restantes.....	108
4.2.3.	A Relação com o Público.....	111
4.3.	O Nativismo e o Securitarismo.....	113
4.3.1.	Os Imigrantes, As Minorias e as Questões Raciais	118
4.3.2.	O apoio às Forças Policiais	125
4.2.	Os Outdoors e outras considerações	132
4.4.1.	Cartaz ‘Vergonha’ colocado em frente ao Parlamento	132
4.4.2.	Cartaz de André Ventura para as eleições presidenciais de 2021	136
4.4.3.	Cartaz do Chega nas eleições autárquicas de 2021	139
4.4.4.	Cartaz do Chega para as eleições legislativas de 2022	141
	Conclusão.....	143
	Bibliografia.....	150

Lista de Abreviaturas

AG – Ana Gomes

AR – Assembleia da República

BE – Bloco de Esquerda

CDS – Centro Democrático Social

DL – Debate das Eleições Legislativas

DP – Debate das Eleições Presidenciais

IL – Iniciativa Liberal

JF – João Ferreira

MM – Marisa Matias

MRS – Marcelo Rebelo de Sousa

PAN – Partido Animais Natureza

PCP – Partido Comunista Português

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

PP – Programa Político

TM – Tiago Mayan

VS – Vitorino Silva

Lista de Tabelas e Figuras

Tabela 1 – Autoridade Carismática

Fig.1 - *Tweet*: Metade do país a trabalhar para outra metade

Fig. 2 – *Tweet*: Os Ciganos

Fig. 3 – *Tweet*: O Islamismo

Fig. 4 – *Tweet*: A Comunidade Cigana

Fig. 5 – *Tweet*: ‘Não somos racistas’

Fig. 6 – *Tweet*: O Chega como Porta-voz do Povo

Fig. 7 – *Tweet*: Pena de Morte

Fig. 8 – *Tweet*: O Reforço das Forças Policiais

Fig. 9 – *Outdoor*: ‘Vergonha’

Fig. 10 – *Outdoor*: Presidente dos Portugueses de Bem

Fig. 11 – *Outdoor*: Lisboa sem Corrupção

Fig. 12 – *Outdoor*: Vamos fazer o Sistema Tremer

Introdução

Portugal era dado como um caso de ‘excepcionalismo’ no que toca ao populismo. Nas eleições legislativas de 2019, o partido Chega rompeu com essa lógica, ao eleger o seu líder, André Ventura, como deputado único. Devido à novidade, relativa originalidade e rápido desenvolvimento do fenómeno populista do ‘venturismo’, a literatura académica nacional encontra-se, à data desta investigação, ainda numa fase inicial de desenvolvimento.

O ‘venturismo’ surge como parte da vaga dos novos partidos populistas que passaram a integrar as configurações parlamentares de vários países europeus e dentro da tendência global de intensificação da lógica populista na política. Quer exista um contexto de crise real, consequência das dinâmicas e das pressões modernas, quer ele seja ativamente construído, este tipo de partidos têm obtido sucesso em se legitimarem como alternativa aos partidos tradicionais que, por sua vez, se têm desgastado e caído em descrédito. Com uma mensagem de propaganda eficaz conquistam, sobretudo, o apoio de cidadãos descontentes ou que se sentem alienados pelo sistema vigente e pelas suas elites políticas.

O Chega está constantemente no centro das atenções e do debate nacional muito por causa das ações protagonizadas por Ventura, as quais são amplamente difundidas pelos *media*. A reação da opinião pública e dos restantes atores políticos tem variado entre a confusão e a adoção de posições extremadas, como a defesa da ilegalização do partido ou o apoio fervoroso. O certo é que, neste momento, ele tem uma importância significativa na estrutura do sistema político-partidário português. A sua influência faz-se sentir sobretudo à direita, uma vez que disputa a base eleitoral com os partidos dessa área política e tem sido encarado por eles como um obstáculo a entendimentos.

O projeto político de Ventura demonstra um crescimento dinâmico em termos de militância e de apoio eleitoral. Desde que foi eleito como deputado, Ventura conseguiu uma votação expressiva de 11,9% nas eleições presidenciais de 2021 e, nas eleições legislativas, o Chega conquistou 12 lugares na Assembleia da República, com 7,18% dos votos, configurando-se como a terceira maior força partidária nacional.

À partida, o fenómeno do Chega confunde-se com a liderança de André Ventura, o que leva a crer que estamos perante um partido de forte carácter personalista. Notam-se indícios de

que está a ser desenvolvida, pelo ator político, uma estratégia populista compatível com o contexto cultural português, na qual o partido tem um papel fundamental para os seus objetivos. Além disso, ele reclama para si o papel de ‘messias político’ com uma missão pessoal autoproclamada de reformar o país, o que remete para o termo político da ‘autoridade carismática’ elaborado por Max Weber. A literatura internacional sobre o ‘populismo’ estabelece uma associação constante entre esse tema e o conceito de ‘autoridade carismática’. Ambos partilham o facto de serem considerados ambíguos, flexíveis e contestados.

De acordo com uma lógica interpretativista, baseada em métodos qualitativos, é aplicado um enquadramento teórico-conceitual, que articula a conceção do populismo como estratégia política, de Kurt Weyland, com o modelo da autoridade carismática de Takis Pappas. Segundo estes autores, a estratégia populista pressupõe a existência de um líder personalista que procura ou exerce poder político baseado no apoio direto, não mediado e não institucionalizado, de uma grande massa de apoiantes, na sua maioria, não organizados. Por sua vez, a autoridade carismática é um tipo distinto de liderança legítima que é pessoal e pretende a transformação radical de uma ordem institucional estabelecida.

Para aplicação do modelo de análise recorre-se a diversas fontes, que contêm informação referente ao espaço de tempo compreendido entre 2019 e 2022, como os documentos oficiais do partido, debates políticos, intervenções parlamentares, discursos e entrevistas em que o líder do Chega participou, publicações suas das redes sociais, e *outdoors*. A questão que serviu de linha de orientação a esta investigação foi a seguinte: “Qual a importância da liderança de André Ventura no projeto político do Chega?”.

O objetivo central desta investigação é o de compreender a relação entre o Chega e a sua liderança, portanto, em termos individuais, o *modus operandi* do líder do Chega e a dinâmica de desenvolvimento do seu partido. De uma forma secundária, também procura desocultar motivações e objetivos dos intervenientes. Numa perspetiva mais alargada pretende contribuir para o estudo da manifestação do populismo em Portugal e, em termos teóricos, ajudar a apurar o papel que a autoridade carismática tem para o populismo. O conhecimento aqui construído e comunicado, na medida em que for fundamentado e, portanto, credível, pode ser mobilizado e constituir-se como base ou alicerce da ação política de diferentes atores interessados pelo fenómeno, sejam apoiantes ou adversários, ou apenas para a simples satisfação de curiosidade.

Esta dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. O primeiro corresponde à contextualização do populismo na Europa e em Portugal, assim como ao desenvolvimento e às características do fenómeno do 'venturismo'. O segundo aborda o enquadramento teórico-conceptual da investigação, o que inclui o esclarecimento dos conceitos de autoridade carismática e de populismo e a relação entre os dois, além de outras considerações a ter em conta, como a lógica dos *media* e do processo de personalização na política. No terceiro é descrita a metodologia utilizada, desde a questão e hipóteses de investigação, aos métodos de recolha e tratamento de dados. Por fim, no quarto capítulo é feita a análise e interpretação das informações relevantes recolhidas.

1. O Populismo e o fenómeno do Venturismo

1.1. O Populismo na Europa

A composição dos parlamentos nacionais tem sofrido alterações por toda a Europa, na medida em que novos partidos de cariz populista têm sido capazes de se afirmar ao lado dos tradicionais (*mainstream*).

Se numa primeira vaga, surgida após a crise financeira de 2008, se verificava uma maior apropriação da lógica populista por partidos de esquerda, mais recentemente o espetro da direita radical passou a destacar-se:

No contexto europeu, o populismo tem sido sobretudo associado a partidos de direita radical, embora na sequência da crise da zona euro se tenha destacado a emergência de partidos populistas de esquerda radical (Palhau, 2021: 65).

De acordo com Mudde, o conjunto dos novos partidos populistas da direita radical foi o que obteve maior sucesso eleitoral e político na Europa pós-guerra. Estes surgem em formatos que correspondem ao seu contexto nacional e colocam-se em oposição às elites e aos sistemas locais, mas também em resposta à União Europeia:

a União Europeia [...] é frequentemente utilizada pelos populistas como arma de arremesso contra as elites que, alegadamente, colocam os interesses da UE acima dos interesses nacionais (Palhau, 2021: 63).

São várias as condições que propiciaram este fenómeno, mas os investigadores da matéria salientam sobretudo as circunstâncias políticas e económicas, as quais se repercutiram de forma mais prejudicial no sul da Europa: “as ondas recentes de populismo na Europa do Sul têm emergido principalmente como uma resposta a um declínio económico e político” (Salgado, 2018: 54).

O sistema democrático e as classes políticas têm sido pouco capazes de se adaptar ou de criar narrativas que convençam a todos de que são eficazes e justos no ato governativo. Isso abriu espaço ao surgimento de movimentos que os colocam em causa, bem como à sua necessidade. Como consequência, ocorre uma polarização da sociedade e as organizações políticas tradicionais

não conseguem continuar a liderar e a orientar politicamente todos os seus setores, pelo que se desgastam e caem em descrédito:

a democracia liberal é um compromisso complexo entre democracia popular e elitismo liberal, o que é, portanto, apenas parcialmente democrático, [o] populismo é uma crítica mordaz às limitações democráticas dentro das democracias liberais (Mudde, 2004: 561).

A globalização, com todos os efeitos que dela advêm, desde a volatilidade da economia, à deslocalização das empresas, às migrações, provocou impactos socioeconómicos e trouxe à superfície sentimentos de descontentamento e alheamento, por parte de muitos indivíduos, em relação ao sistema político em que vivem. Os partidos populistas apresentam-se como porta-vozes dos cidadãos afetados por estes fenómenos:

nalguns casos as fraquezas políticas e económicas têm sido um elemento chave nos argumentos populistas contra o 'sistema' (as elites políticas e económicas nacionais e da UE), em outros casos eles têm promovido discursos contra a imigração e a globalização (Salgado, 2018: 54).

O modelo europeu da social democracia aparenta estar em crise e esta faz-se sentir sobretudo nos países com populações mais envelhecidas, o que coloca em causa a sustentabilidade dos benefícios sociais. Os movimentos populistas também pegam nesta causa:

a escassez de recursos inevitavelmente limita aqueles que são cobertos pelos benefícios, o que por sua vez enfraquece a coesão social e causa agitação social e conflito, [nesse contexto] os discursos populistas frequentemente têm sucesso ao combinar e amplificar o descontentamento e reações contra o *status quo* (Salgado, 2018: 54).

Os partidos populistas surgem com uma forte capacidade de comunicação, sendo capazes de criar narrativas que mobilizam parte dos cidadãos, sobretudo os indiferentes, os negligentes e os descontentes com o sistema, ainda que estes tenham perspetivas e ideais diferentes, entre si, ou até mesmo opostos, contrariando, assim, as posições tradicionalmente baseadas nas ideologias:

hoje em dia, o espectro de apoio da maioria dos partidos populistas de direita [...] destaca o desvanecimento das balanças tradicionais entre a esquerda e a direita, no sentido em que presumíveis apoiantes de partidos de centro-esquerda, i.e., a classe trabalhadora e os eleitores desempregados, especialmente homens, estão a aderir às mensagens do populismo de direita (Greven, 2016: 5).

Grande parte do eleitorado encontra-se insatisfeita porque entende que questões importantes não estão a receber a devida atenção dos partidos políticos tradicionais. Como consequência pode, na verdade, "ser mesmo demasiado tarde para lidar com os problemas

básicos que estejam no centro do descontentamento legítimo destes eleitores antes que os populistas de direita ganhem ainda maior representação” (Greven, 2016: 7). Assim, face a certos problemas estruturais do sistema que se arrastam, uma parte dos eleitores, sobretudo a classe trabalhadora, ao votar nos partidos populistas, poderá fazê-lo mais como um ‘pedido de ajuda’ política do que por convicção:

[ainda que a classe trabalhadora não esteja] ideologicamente comprometida com as ideias de identidade do populismo de direita, e que o seu voto possa ser maioritariamente um voto de protesto, têm problemas legítimos face à competição globalizada, o aumento da desigualdade social, etc. (Greven, 2016: 7).

Um pouco por toda a Europa, há associada às elites políticas nacionais a percepção de que estas, independentemente do espectro político em que se inserem, não oferecem alternativas políticas reais que permitam enfrentar os problemas socioeconómicos, uma vez que elas estão demasiado integradas no sistema e preocupadas sobretudo em agradar à maior percentagem possível do eleitorado. Consequentemente moderam a sua ideologia e passam a colocar-se no centro-esquerda ou centro-direita: “é verdade que os políticos de todos os partidos se tornaram mais similares sociologicamente (classe média) e politicamente (moderados)” (Mudde, 2004: 553). Dessa forma, também o populismo, conforme o contexto, pode manifestar-se em diversas formas: “tanto de esquerda como de direita, dependendo da relativa importância do papel do ‘povo’, das elites criticadas em particular, e o tipo de ‘restauração’ desejada” (Surel, 2011: 2).

As elites políticas parecem cada vez mais desprovidas de poder devido à globalização e, a nível europeu, devido à transferência de poderes da esfera nacional para a supranacional, o que levanta questões de legitimidade e remete para a crítica em torno do ‘défice democrático’:

às vezes é alimentada a crítica do sistema de governação europeu, muitas vezes acusado de ser ‘regulador’ e não democrático devido à fragilidade dos mecanismos que legitimam decisões pelos cidadãos (Surel, 2011: 2).

Os partidos populistas que defendam um processo de renacionalização do poder, ganham apoiantes naqueles que entendem que os seus interesses não estão a ser defendidos:

as críticas crescentes aos processos de tomada de decisão da UE e da opacidade geral da sua burocracia pode levar alguns eleitores a apoiar variantes de populismo que clamam pela regeneração da democracia e uma melhor representação dos interesses dos cidadãos (Salgado, 2018: 56).

Os políticos têm empregado uma linguagem dupla relativamente à incapacidade de aplicar certas políticas pouco populares e, ao mesmo tempo, à disponibilidade para implementar políticas que atraem votos, o que alimenta ainda mais a desconfiança que recai sobre eles:

a globalização, quer real ou percebida, passou a ser apresentada como uma limitação séria ao poder das elites nacionais. [Os] políticos *mainstream* tendem a explicar os desenvolvimentos económicos negativos como consequência inevitável da globalização por um lado e, por outro, também afirmam que as condições económicas positivas são resultados das suas políticas económicas. Portanto, enfraquecem o seu principal argumento contra o desafio populista, i.e., que uma completa ‘primazia da política’ é irrealista (Mudde, 2004: 555).

Além destas circunstâncias, os cidadãos europeus são cada vez mais instruídos e emancipados e, por isso, mais confiantes na sua opinião, capazes de criticar as ações políticas e de verbalizar o seu descontentamento: “os cidadãos atualmente têm mais exigências em relação aos políticos, e sentem-se mais competentes para julgar as suas ações” (Mudde, 2004: 554). Muitos acusam os políticos de incompetência ou de propositadamente enganarem os eleitores:

a raiva, a fúria, e a aversão apontada aos membros da ‘elite’ – [...] os burocratas de Bruxelas, os políticos dos partidos principais [...] – é palpável, com pedidos de demissões, detenção ou até mesmo revolução total para alterar o *status quo* (Moffitt, 2016: 10).

Para complementar a contextualização do populismo, importa considerar que os *media* têm evoluído no sentido da “independência e comercialização” (Mudde, 2004: 553). Isso tornou-os menos moderados e mais focados nos aspetos sensacionalistas da política. Do populismo provém muito material potencialmente polémico:

os partidos populistas de direita beneficiam dos mecanismos dos *media* modernos (apesar de fazerem questão de os considerar parte do sistema ‘corrupto’) porque as suas estratégias de comunicação política ressoam com as necessidades dos *media* em termos de procura de mercado e de ciclo de notícias. O populismo de direita recebe muita cobertura gratuita dos *media* devido à natureza provocativa, emocional e simplificada da sua comunicação política (Greven, 2016: 6).

As novas plataformas mediáticas, sobretudo as redes sociais, têm constituído um meio para criticar abertamente as elites políticas, para os cidadãos comuns comunicarem entre si e para haver um maior escrutínio da política. Ao mesmo tempo são meios propícios à disseminação de sentimentos populistas e à obtenção de apoio por parte de movimentos desse tipo: “[estamos] a assistir a um novo tipo de populistas habilidosos que sabem como utilizar as novas tecnologias dos *media* para sua vantagem” (Moffitt, 2016: 12).

No que toca especificamente ao populismo de direita, estes partidos procuram adaptar as suas estratégias eficazmente de acordo a cultura política e a paisagem mediática do país.

claramente, os partidos, movimentos e candidatos de direita, através da Europa [...] identificaram descontentamento generalizado relativamente a um conjunto de questões políticas, económicas e sociais. As questões que os populistas de direita capitalizam são maioritariamente as mesmas em de todos os países, mas há óbvias especificidades nacionais (Greven, 2016: 4).

Os partidos tradicionais estabelecidos, na Europa, se continuarem a enfraquecer, terão que depender cada vez mais de “grandes coligações para manter os partidos populistas de direita à margem. Isto, no entanto, reforça a sua mensagem de serem *outsiders* marginalizados por uma elite demasiado poderosa e corrupta” (Greven, 2016: 4). Ao mesmo tempo, os setores da população que não se sentem representados pelos partidos tradicionais dificilmente “serão trazidas de volta ao abrigo da social democracia e do unionismo, sem reformas políticas e económicas substanciais, assim como sem uma gestão eficaz das dificuldades atuais de integração” (Greven, 2016: 6). O certo é que “o tempo está maduro para atores políticos sagazes, que consigam falar eficazmente em nome do ‘povo’, obterem grandes ganhos políticos” (Moffitt, 2016: 10).

Portanto, face a uma perceção geral de crise ao nível europeu, aliada a uma relativa instabilidade política e económica interna nos Estados, os partidos populistas continuam a agregar apoiantes. Este processo é visto como algo natural por alguns investigadores e como uma patologia por outros:

o sucesso eleitoral [dos movimentos populistas] é frequentemente visto agora tanto como um indicador e um componente de uma crise geral que afeta tanto o sistema político europeu como a integração na UE. Para alguns, este novo populismo é uma consequência da integração, e uma causa de tensões nacionais. É também associado a um sentimento crescente de separação entre os governos e os governados, alimentado pelo escândalo. A emergência ou o revivalismo de formas extremistas de retórica – que denuncia as elites, instituições supranacionais, imigração, ou os três – são vistas como um perigo para as instituições e para os órgãos representativos tradicionais (Surel, 2011: 1).

A conclusão a tirar é que, pelo menos a curto/médio prazo, como consequência das dinâmicas e das pressões modernas atuais, não se prevê que o fenómeno do populismo vá abrandar:

aparentemente vivemos em tempos populistas. Os efeitos da crise financeira global arrastam-se, a crise das divididas soberanas na Eurozona continua a ameaçar a própria existência da União Europeia e,

no geral, admite-se que estamos a sofrer de uma crise de crença na democracia, com a filiação nos partidos políticos a cair drasticamente, e os cidadãos a verem-se cada vez mais desiludidos com a política *mainstream* (Moffitt, 2016: 10).

1.2. O Populismo em Portugal

A generalidade dos autores concordava com a ideia de que Portugal era um caso único, no contexto europeu, relativamente ao recrudescimento do populismo, sobretudo o de direita radical, pois este não ganhava raízes no país:

Portugal era retratado como uma exceção ao padrão observado na Europa, uma vez que nenhum partido explicitamente populista, seja de esquerda ou de direita, se afirmara no sistema partidário, nem mesmo após as ondas de choque geradas pela Grande Recessão e pelo resgate (Pereira, 2020: 58).

Em 2019, a eleição de André Ventura como deputado único do partido Chega (com 1.3% dos votos), rompeu com a lógica da imunidade portuguesa ao surgir como o primeiro caso notável de populismo, após o 25 de Abril: “com o advento do Chega em 2019 e 2020, o excecionalismo português, no que diz respeito ao populismo chegou ao fim” (Pereira, 2020: 67).

Sendo o populismo um fenómeno relativamente recente na realidade portuguesa é ainda um objeto de estudo pouco explorado:

até às legislativas de 2019, a investigação existente destacava essencialmente dois temas e ideias intimamente interrelacionadas: i) a ausência de populismo em Portugal; ii) a relação entre a crise da zona euro e a ausência (geral) de populismo (Palhau, 2021: 66).

As razões apontadas para o excecionalismo português, prendiam-se com a crença de que existia na sociedade uma aversão a ideias de direita radical ou extremistas, graças aos valores democráticos, adotados após o 25 de Abril, estarem muito arreigados na sociedade portuguesa: “[a] difusa e persistente rejeição de ideias, partidos e movimentos de extrema direita, é explicada pelo peso da ditadura precedente de Salazar” (Salgado, 2018: 4). De acordo com Salgado, a Constituição assumia um papel fundamental, ao limitar a associação dos cidadãos em organizações de tipo fascista.

O eleitorado português pode ser considerado conservador em relação à configuração política nacional: “culturalmente, os eleitores [...] têm sido menos propensos a apoiar partidos não

estabelecidos e líderes políticos desconhecidos, devido às consequências incertas dessas escolhas políticas” (Salgado, 2018: 56). Verifica-se, em Portugal:

[pouca mutabilidade do] sistema partidário, que se tem mantido estável com dois partidos hegemónicos ao centro (Partido Socialista e Partido Social Democrata) alternando entre si no poder, com ou sem coligações com partidos mais pequenos à direita ou com acordos à esquerda [...] (Serrano, 2020: 221).

Nesse sentido, a abstenção eleitoral, tradicionalmente funciona como forma de protesto em Portugal: “a retirada do processo eleitoral apresenta-se como a principal resposta dos cidadãos portugueses descontentes” (Silva, 2018: 3). Portanto, a estabilidade do sistema partidário e os níveis de abstenção não propiciam a emergência de partidos populistas de direita.

Mesmo após a crise financeira e económica de 2009, em que Portugal foi um dos países europeus onde ela mais se fez sentir, perante um clima generalizado de desconfiança da população em relação aos partidos tradicionais e de condições favoráveis ao surgimento de partidos com uma lógica populista, isso não se verificou:

face ao resgate de 2011, ao peso da austeridade e a um clima de crise política, o sistema político Português foi, apesar disso, capaz de se ajustar através de mudanças internas, contrariando a emergência de partidos populistas antissistema com sucesso (Salgado, 2018: 55).

Nesse contexto de crise, o descontentamento social terá sido canalizado através dos sindicatos e por outros meios, como as manifestações e outras ações de protesto. Além disso, o voto de protesto, que era motivado por “razões económicas, não securitárias ou identitárias” (Silva, 2018: 4), teria sido colocado nos partidos mais à esquerda:

o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, têm funcionado como importantes agregadores do descontentamento popular sem se tornarem em carapaças ideológicas vazias ou partidos populistas (Salgado, 2018: 53).

Há, inclusivamente, autores que defendem que foi nos partidos de esquerda que se terá verificado alguma adesão à lógica populista:

quer nos programas eleitorais, quer nos discursos públicos (discursos de líderes e debates parlamentares), [...] a *Troika* foi, por vezes, enquadrada numa relação antagónica de tipo ‘nós’ versus ‘eles’ e apresentada como uma espécie de invasor que impôs ao povo português trabalhador uma punição injusta (Palhau, 2021: 67).

Portanto, apesar de na sequência da crise a maioria das causas ligadas ao surgimento de movimentos populistas terem sido sentidas, em maior ou menor grau, em Portugal, o país manteve-se resistente quanto ao surgimento de partidos populistas:

o caso português destacou-se pela sua resiliência, patente em aspetos como a manutenção de um sistema partidário relativamente fechado, sem a entrada para o Parlamento de partidos populistas com uma retórica antissistema, o insucesso eleitoral de partidos de direita radical; a ausência de novos partidos de protesto com vista a canalizar o descontentamento popular; a reduzida permeabilidade dos meios de comunicação social ao populismo (Palhau, 2021: 66).

Em comparação com os países europeus, as condições que dificultavam o desenvolvimento do populismo de direita em Portugal eram:

a expressão residual da imigração enquanto tema preocupante; as atitudes claramente mais europeístas dos portugueses, mesmo no contexto da crise e tratando-se de um assunto pouco mobilizado pelos partidos políticos; o facto de a dimensão socioeconómica constituir a principal preocupação dos portugueses, deixando pouco espaço para a agenda identitária e nacionalista típica do populismo de direita; e, por último, a falta de habilidade da extrema direita portuguesa (até aqui o Partido Nacional Renovador – PNR) em tirar partido das redes sociais e mobilizar apoio social e eleitoral (Palhau, 2021: 66).

O sucesso de partidos populistas europeus de direita tem estado associado à mobilização de sentimentos relacionados com a imigração. Estes, nos seus discursos, enfatizam os sentimentos anti-imigração, a qual consideram uma ameaça ao modelo de civilização ocidental. Nesse sentido, ainda se sabe pouco sobre os “motores de apoio à direita radical nos países onde o fenómeno é novo e onde a imigração tem um papel pequeno nos conflitos políticos” (Afonso, 2021: 1). Esse é o caso de Portugal que, comparativamente com outros países europeus, “regista baixos níveis de imigração, os quais, a crise de 2009, inclusive fez com que descessem, recebe menos refugiados e regista bons níveis da integração de estrangeiros” (Silva, 2018).

De acordo com Carvalho, o fenómeno, de fraca intensidade da imigração, em Portugal foi acompanhado por “uma ausência de politização significativa deste tópico até metade da década de 2010, seguindo um consenso interpartidário dos partidos *mainstream* sobre a imigração” (Carvalho, 2020: 10).

Apesar dos baixos índices de imigração, com o Chega, o que se tem verificado é que o tamanho, real ou percebido, de grupos que podem ser enquadrados como *outsiders*, como a “comunidade cigana nos municípios e a percentagem de recetores de assistência social, estão associados com uma maior percentagem de votos na direita radical; combinados estes dois fatores

parecem amplificar um ao outro” (Afonso, 2021: 11). Marchi corrobora esta consideração: “a ciência política já demonstrou não existir uma correlação necessária entre sentimentos de rejeição da imigração e níveis reais de migrantes presentes no território” (Marchi, 2020 (b): 216).

No que toca aos sentimentos sobre a União Europeia, que é um tema recorrente nos discursos dos partidos populistas de direita noutros países europeus, grande parte dos portugueses consideram-se cidadãos europeus e entendem existir benefícios importantes na integração de Portugal na UE: “outra bandeira do populismo de direita tem sido o euroceticismo, que também encontra pouco apoio dos partidos portugueses e da sociedade no geral” (Silva, 2018: 3).

Tradicionalmente em Portugal, a campanha política, incide sobre os assuntos socioeconómicos, uma tendência que foi reforçada durante as eleições de 2015, quando o programa de resgate de 2011-2014 e os meios para ultrapassar as políticas de ‘austeridade’ ofuscaram os outros assuntos: “[em Portugal] questões não materiais só foram trazidas à agenda esporadicamente, enquanto que o cerne do conflito político tem esmagadoramente revolido em torno de assuntos económicos” (Mendes, 2020: 768).

De acordo com Salgado, os *media* portugueses tradicionais são pouco permeáveis ao populismo e tendem a contrariar os movimentos desse tipo. Na comunicação social também se verificam as mesmas conotações negativas do populismo que ocorrem no contexto político, no qual este termo é utilizado de forma pejorativa, para criticar alguma identidade ou, por exemplo, algum tipo de política. Isto torna improvável que as mensagens dos atores políticos populistas sejam cobertas pelos *media*:

na maior parte, os media portugueses, sobretudo os jornais de qualidade e os canais de televisão principais, são hostis relativamente à manifestação de populismo político e tentam desconstruí-lo criticamente (Salgado, 2018: 56).

Segundo a autora, em Portugal, os jornalistas e os políticos *mainstream* mantêm uma relação próxima no que toca à troca de informação. Assim, os políticos em cargos mais preponderantes e os partidos com maior peso, além de receberem maior cobertura mediática, têm maior poder de negociação com os *media*. Devido a essa dinâmica, a agenda mediática portuguesa “é determinada por uma mistura entre o que os jornalistas acreditam ser a procura da audiência e os novos valores, mas também pela agenda política e pressões políticas *partisans*” (Salgado, 2018: 57).

Este fenómeno tem uma “forte influência na forma como os assuntos e os desenvolvimentos políticos são enquadrados e interpretados” (Salgado, 2018: 57). Além disso, apesar dos *outlets* de notícias não revelarem preferências partidárias expressas, nem pertencerem a partidos políticos, “os jornalistas *mainstream* são frequentemente vistos como parte integrante da elite e do sistema” (Salgado, 2018: 58).

Salgado destaca que, no contexto português, os “*media mainstream* tendem a desprezar ou a criticar contundentemente os argumentos que se focam nas reformas estruturais do sistema político, especialmente vindo de partidos de extrema direita” (Salgado, 2018: 63). No caso do Chega, “a estratégia de vitimização perante a chamada ‘imprensa de regime’ parece ter valorizado a alegada carga antissistema do partido” (Marchi, 2020 (b): 218).

As redes sociais, como meios menos institucionalizados e que permitem uma comunicação mais direta com a audiência, têm um papel fundamental para os atores populistas, pois servem para contornar o bloqueio mediático dos *media mainstream* e disseminar as suas mensagens. Até André Ventura, nenhum ator populista de direita se tinha revelado hábil na comunicação através das redes sociais, sendo que esta foi uma condição importante para o desenvolvimento de vários movimentos populistas europeus.

De acordo com Mendes, o sucesso em Portugal de partidos populistas de direita depende da sua capacidade para evitar conotações com o extremismo e de serem aceites pelos *media* como partidos ‘normais’. Além disso, tem de haver uma falha na oferta política à direita, que possa ser aproveitada, e a procura de respostas pelos eleitores a problemas socioculturais relevantes. Ou seja, o partido tem de ser hábil em apresentar uma imagem não estigmatizada e o seu sucesso depende:

[da] ‘credibilidade’ dos partidos *mainstream* de centro direita na visão dos eleitores de direita – e de um aumento na procura de mudanças em questões salientes que são tipicamente apropriadas pela direita radical (Mendes, 2020: 754).

Nesse sentido, o Chega, curiosamente:

apesar de [...] beneficiar de algum grau de oportunidade política à direita, (porque a direita tradicional debate-se com uma crise interna sobre a liderança e o futuro da linha ideológica), ele entrou na cena política numa época em que o desempenho económico positivo do país e a ausência de tensões sobre assuntos socioculturais – notavelmente em termos de pouca saliência da imigração – não propicia (ainda) um terreno fértil para o seu crescimento (Mendes, 2020: 754).

Apesar das teorias referidas anteriormente, sobretudo a partir da entrada do Chega no parlamento, este passou a ser alvo de um forte mediatismo. O partido tem registado um processo de crescimento muito dinâmico e, após as eleições legislativas de 2022, causa um impacto significativo na configuração do parlamento nacional. Assim, os outros partidos têm procurado adaptar-se às novas circunstâncias:

[o Chega] está a enviar ondas de choque através do sistema político português, provocando bastante debate sobre a reconfiguração do espaço político à direita (Mendes, 2021).

São os partidos tradicionais da direita os mais prejudicados pela nova força partidária, porque o Chega disputa segmentos coincidentes do eleitorado e parece representar um sério obstáculo a um entendimento nessa área política. Isto deve-se sobretudo à dificuldade de justificar o mesmo perante o eleitorado, devido às conotações do partido com radicalismos típicos da extrema direita. Por outro lado, os partidos do centro-esquerda variam nas suas estratégias relativamente ao Chega, optam por ignorá-lo, colocar-se em oposição expressa, ou até mesmo rejeitá-lo. Até às eleições legislativas de 2022, terá sido o Partido Socialista que, conjunturalmente, tirou maior benefício político do sucesso relativo do Chega, para a captação de eleitorado ou para a divisão e enfraquecimento de uma possível alternativa à sua direita.

As mudanças no cenário político da direita em Portugal são iniciadas como consequência da crise financeira internacional. Nomeadamente, o desgaste político que a coligação PSD/CDS-PP sofreu sob a liderança de Pedro Passos Coelho, devido à implementação de medidas económicas e sociais de ‘austeridade’, a pretexto de efetuar o resgate financeiro do país. Com isto estabeleceram-se:

as condições para uma lenta crise dos atores tradicionais do centro-direita e a abertura de janelas de oportunidades não tanto para os concorrentes da área extraparlamentar, mas para os descontentes dos próprios partidos *mainstream* agora disponíveis para propostas mais radicais (Marchi, 2020 (b): 202).

Além do ‘legado de austeridade’ associado à direita tradicional, “a degradação económica e financeira que esperavam não se concretizou, pois o executivo atual [PS] conseguiu assegurar a responsabilidade fiscal” (Santana, 2021: 11).

A crise do centro-direita terá sido agravada pela estratégia centrista de Rui Rio que pretendia repor a governação do bloco central, em alternativa aos entendimentos entre o PS, o BE e o PCP, na chamada ‘Geringonça’. Também uma viragem centrista liberal se terá verificado por parte do CDS, sob a liderança de Assunção Cristas, que sucedeu a Paulo Portas. Contudo, isto

resultou numa “estagnação e erosão eleitoral do CDS nos sucessivos momentos eleitorais de 2019” (Marchi, 2020 (b): 203).

No CDS, em 2020, a liderança passou para Francisco Rodrigues dos Santos que conseguiu, em parte, agregar as correntes mais conservadoras do partido e posicioná-lo numa corrente de “direita moderada, de cariz liberal-conservador e democrata cristão personalista, mas com laivos mais radicais” (Marchi, 2020 (b): 202). Por outro lado, no PSD, uma viragem comparável não ocorreu devido a uma fraca oposição interna a Rui Rio, pelo que este foi capaz de segurar a sua liderança. Isto agravou o descontentamento de vários elementos do partido:

[como consequência] figuras politicamente menos proeminentes e geracionalmente mais novas resolveram lançar projetos inovadores, parcial ou totalmente externos ao PSD, [...]. Desde 2017, quatro são os projetos mais relevantes: o Movimento 5.7 e os partidos Iniciativa Liberal, Democracia 21 e Chega (Marchi, 2020 (b): 203).

Destes, além do Chega, é a Iniciativa Liberal que consegue obter sucesso eleitoral. De acordo com Carvalho este resultado está em forte congruência com “a convergência do centro-direita mais ao centro na dimensão económica, o que foi abertamente assumido pelo líder do PSD” (Carvalho, 2020: 12).

O surgimento do Chega foi relativamente desvalorizado pelos *media* e pelos políticos. Quando a nova força política se tornou num objeto de atenção por parte de um vasto público e conseguiu entrar no espectro político-partidário português, nas eleições legislativas de 2019, a reação mudou para um sentimento de revolta pela constatação dessa realidade e, simultaneamente, para um estado de confusão quanto à forma como lidar com o novo partido. Os sentimentos exacerbaram-se com as eleições presidenciais de 2021, quando André Ventura, líder do Chega, conseguiu 11,9% dos votos expressos. Aí, o apoio do Partido Socialista à recandidatura de Marcelo Rebelo de Sousa:

gerou alguma celeuma nas direitas parlamentares, que se encontram, agora, na posição desconfortável de ter que ir ao reboque do centro-esquerda e de evitar, ao mesmo tempo, que André Ventura se torne o candidato alternativo da direita (Marchi, 2020 (b): 214).

Houve, entretanto, propostas, por parte de políticos dos partidos tradicionais e de outros interveniente na opinião pública, para a proibição do partido. Ocorreu, também, uma negociação com o Chega, da iniciativa do PSD, para formar governo (no caso dos Açores), integrando-o e legitimando-o, do ponto de vista prático, no sistema político-partidário português. Finalmente nas

eleições legislativas de 2022, o Chega obteve 12 lugares no parlamento (com 7,3% dos escrutínios) fortalecendo vivamente a sua implantação no parlamento.

Na sociedade portuguesa, registam-se “níveis altos de desconfiança para com a classe política entre o eleitorado português, assim como níveis extraordinariamente altos de desafeição política” (Mendes, 2021). Este “sentimento difuso antielite está espalhado entre os portugueses, o que significa que as atitudes populistas só estão à espera de ser ativadas” (Mendes, 2020: 769). O desenvolvimento do Chega, confirmou a existência de uma demanda populista, quer por parte dos eleitores, quer por parte dos *media*. Um partido populista de sucesso apenas ainda não teria surgido devido à falta de um empreendedor político oportunista e capaz de responder a essa procura.

A ascensão do Chega, no sistema político português, independentemente das considerações que se possa ter sobre o partido, veio mostrar, sem lugar para dúvidas, que o populismo em Portugal é um fenómeno real. Nenhum país está realmente imune ao seu surgimento. O que é necessário é um ator político ou um partido capaz de produzir uma oferta que seja, ou pareça, adequada à especificidade do contexto nacional.

1.3. O Venturismo

1.3.1. O ator político André Ventura

O partido Chega e o seu líder André Ventura, são dois fenómenos que se confundem no meio comunicacional português. É difícil distinguir e isolar um do outro. Por isso, são vários os autores e analistas que consideram que o Chega é um projeto político pessoal do seu líder. Se André Ventura é o motor do partido, o Chega, em contrapartida, constituiu-se como um instrumento de poder eficaz para robustecer este ator político em Portugal: “o projeto Chega [...] é filho de André Ventura e este, como líder político nacional, filho daquele” (Marchi, 2020: 20).

Como tal, no contexto desta investigação, é importante ter em conta o percurso pessoal, em termos mediáticos e de carreira política, do fundador e líder do partido Chega, de forma a traçar o perfil de André Ventura como ator político.

Ventura provém de uma família da pequena burguesia que habitava numa zona de subúrbios da área metropolitana de Lisboa (Mem Martins, na linha de Sintra), o que influenciou a sua formação na política: “se não tivesse nascido num subúrbio não era como sou hoje. O conflito económico, étnico, racial, marcou-me muito no meu crescimento. Eu acho que marcou a minha visão política para sempre” (Ventura, Cit. In. Marchi, 2020: 219). Segundo Marchi, isto levou-o a identificar-se com a “a ideia de ‘direita não-elitista’, forte, mas de base popular” (Marchi, 2020: 21).

Na sua juventude, André Ventura decide integrar a JSD e, impulsionado pela sua filiação católico-cristã, fez o secundário num seminário, contudo decidiu não prosseguir a carreira eclesiástica. Após isto, licenciou-se em direito, doutorou-se em direito criminal, trabalhou como professor universitário auxiliar, investigador científico e inspetor tributário e, além disso, fez algumas publicações, em colunas de opinião em diários e romances.

Entre 2013 e 2016 é o intervalo de tempo em que começa a mediatização da sua figura, sobretudo através dos canais de televisão Correio da Manhã e Benfica TV: “o trampolim de André Ventura para a cena pública [deve-se à] atividade de colunista e comentador na comunicação social, em matérias de segurança, justiça, política e desporto” (Marchi, 2020: 25). Neste meio, sobretudo nos programas que lidam com o desporto, ocorre um nível elevado de conflitualidade entre os intervenientes, o que proporcionou uma experiência fundamental de debate a André Ventura.

É dentro do PSD que Ventura inicia o lançamento da sua carreira política e que se vai convencendo, segundo Marchi, de que “a política sempre foi o seu grande objetivo” (Marchi, 2020: 27). No entanto, após a sua pretensão à candidatura à Câmara de Sintra ser rejeitada pelo partido, começa a ter a perceção de uma “dificuldade de furar as lógicas hierárquicas internas ao PSD” (Marchi, 2020: 28). Como consequência, surge-lhe uma ideia:

criar um movimento [...] que canalize o mal-estar do eleitorado português e fure os bloqueios dos aparelhos partidários tradicionais, já desprovidos de qualquer capacidade de renovação interna e pujança externa (Marchi, 2020: 28).

Além das vicissitudes internas ao PSD, a ideia de André Ventura de criar um novo projeto político vai sendo reforçada pelo contexto externo ao partido, porque nas suas palavras:

em 2016 tive um momento de grande desilusão com o PSD, pelo caminho que eu sentia que estava a ser trilhado. O PSD tinha perdido as legislativas em 2015 para António Costa com a Geringonça. E nós não estávamos a conseguir ser a oposição, a tal direita popular que imaginei. Pensei nesta altura, criar alguma coisa diferente, no estilo, na forma, na mensagem e até nalguns valores (Ventura, Cit. In Marchi, 2020: 29).

Apesar dos entraves pessoais dentro da máquina partidária e do que considera serem fracos resultados eleitorais do PSD, André Ventura deixa o seu projeto político em *stand-by*, por entender que a sua presença mediática e o seu destaque político eram na altura ainda insuficientes tendo em conta as exigências que um empreendimento de tal ordem acarretaria.

Um momento crucial no percurso político de André Ventura dá-se com a sua candidatura, pela coligação Primeiro Loures (PSD-CDS-PPM), nas eleições autárquicas de 2017, para a presidência da Câmara de Loures. Estas eleições, para um grande subúrbio, confirmaram as suas convicções sobre o PSD e a política no geral e serviram como primeiro ensaio da sua estratégia política populista, que mais tarde foi transposta para o plano nacional:

quando olho para trás, acho que o meu verdadeiro nascimento político foi nessa campanha eleitoral [de Loures]. Não partidariamente, porque fui do PSD desde muito jovem. Mas foi o meu momento de viragem política. Foi quando percebi que [eu e o PSD] tínhamos posições completamente diferentes (Ventura, Cit. in Marchi, 2020: 45).

André Ventura em conjunto com João Gomes de Almeida, um consultor de marketing e publicidade, empenharam-se em formular uma estratégia política que visasse destacar a candidatura de Ventura em relação às outras e que fosse eficaz para mobilizar o eleitorado. Para isso, instrumentalizaram a perceção geral de insegurança em Loures relacionada com comunidade cigana local. A escolha deste tema sensível deveu-se ao seu potencial de gerar polémica nos *media* e, assim, servir como rastilho da campanha: “A estratégia foi escolhida em plena autonomia por Ventura, sem pedir autorização ao PSD que, aliás, mesmo a nível da concelhia, nunca tinha pegado no tema, por medo do politicamente correto” (Marchi, 2020: 31).

De acordo com Marchi, a adoção desta estratégia política por André Ventura submeteu-se em primeiro lugar às suas ambições políticas sendo, por isso, puramente pragmática e ausente de considerações ideológicas. O autor destaca que as próprias perceções dos futuros fundadores do Chega, em conjunto com Ventura, foram de que este ator político se limitou a salientar um

problema em concreto, num tom de protesto e através de um discurso politicamente incorreto. Para eles, o que terá saltado à vista não foi um carácter xenófobo, mas sim coragem, por parte de Ventura, nesta ação política.

Em relação a esta questão, André Ventura e os fundadores do Chega, defendem que o ponto fulcral é que existe na sociedade a prevalência de subsidiodependência, de ilegalidade difusa e uma diferenciação, perante a Lei e o Estado de Direito, em relação aos indivíduos pertencentes às 'comunidades étnicas'. Segundo Marchi dá-se “o reconhecimento de uma realidade social determinada pela não assimilação desta minoria no tecido legal do Estado e pelo consequente enraizamento de hábitos extralegais” (Marchi, 2020: 35). Em conformidade com essa linha de pensamento, André Ventura irá alargando este tipo de discurso a outros setores da sociedade e vincando a manifestação de apoio às forças policiais.

A estratégia política de André Ventura na campanha das autárquicas de Loures surte efeito, uma vez que “as reações contrastantes polarizam o debate e tornam Ventura uma figura política de projeção nacional” (Marchi, 2020: 35). Como consequência, isto começou a atrair a atenção de indivíduos de extrema-direita, com destaque para José Pinto Coelho, dirigente do PNR, que manifestou o seu apoio a André Ventura por considerar que este pertencia ao seu espetro político. Em resultado disso, a situação tornou-se ainda mais mediatizada, no entanto, Ventura considerou importante demarcar-se do movimento de extrema-direita:

queria repudiar veementemente qualquer associação de pessoas ou grupos, políticos ou civis de carácter racista ou xenófobo, pois nunca foi minha intenção estimular ou aprofundar este tipo de sentimentos no debate público (Ventura Cit. In Marchi, 2020: 36).

Por esta altura, dentro da coligação da qual André Ventura fazia parte, começa a surgir algum desacordo relativamente à sua estratégia política pessoal e é-lhe feito um pedido de esclarecimentos. Em resposta ele apresenta algumas explicações, sem as aprofundar, e opta por reforçar as suas posições e continuar a capitalizar sobre a polémica. Isto apazigua o PSD, mas, por outro lado, o CDS decide abandonar a coligação para se demarcar da situação.

Para Marchi, Loures foi um caso de comunicação política única em Portugal. O autor realça as palavras do assessor de marketing da campanha, João Gomes de Almeida: “a tempestade levantada nos *media* e na cena política é um ganho evidente” (Marchi, 2020: 39) e as de André Ventura: “não consegui antever o tornado que estava a cair em cima de mim com a

questão dos ciganos. Mas é aí que eu começo a trilhar o caminho que dá origem ao Chega” (Ventura Cit. In Marchi, 2020: 39).

O sucesso estratégico, em termos de mediatização, foi atestado pelo resultado eleitoral em Loures. Este terá sido o melhor para o PSD em duas décadas e em comparação com os fracos resultados obtidos na generalidade dos concelhos do distrito de Lisboa. Isto teve repercussões políticas pessoais pois criou-se a perceção de “uma clara vitória pessoal de André Ventura. Este aproveita de imediato o resultado para promover a sua figura de dirigente nacional do PSD” (Marchi, 2020: 40).

No seguimento destes acontecimentos, dentro do PSD, André Ventura acentua a sua posição e procura aumentar o seu capital político: “começa uma operação de promoção pessoal interna ao partido para promover-se” (Marchi, 2020 (b): 208). Empenha-se em estimular uma viragem no discurso social-democrata, de encontro a um conjunto de valores baseados na sua experiência em Loures. Além disso, admite disputar a liderança do PSD com Rui Rio: “a vontade expressa de disputar a liderança do PSD é significativa da procura de protagonismo político a nível nacional, na senda do sucesso de Loures” (Marchi, 2020: 41). No entanto, o ator político acaba por apoiar a candidatura de Santana Lopes, o qual sai derrotado e abandona o PSD para criar o partido Aliança.

Finalmente em 2018, André Ventura cria um movimento interno ao PSD, designado ‘Chega’ e tendo como símbolo a silhueta do território nacional, “mote que quis traduzir em ação política de crítica radical ao sistema, por enquanto ainda dentro do seu partido” (Marchi, 2020: 42). O seu objetivo era o de aproveitar um descontentamento que percecionou nas fileiras sociais-democratas, de forma a agregar os opositores de Rui Rio. entre as bases do partido, para contestar a sua liderança e criar um Documento Estratégico Global para o PSD.

De acordo com Marchi, o Movimento Chega declarava que a liderança do PSD estaria a posicionar o partido numa linha política prejudicial, porque se encontrava demasiado encostada ao centro e aos partidos de esquerda. Além disso, criticava uma ortodoxia estática, uma gestão interna extremista e autoritária e uma neutralidade ideológica sobre temas fundamentais que entendia existirem.

Apesar de um ímpeto inicial que o movimento terá verificado, devido ao número de subscrições, várias figuras proeminentes do partido, que tinham prometido o seu apoio, optaram

por se demarcar da iniciativa, o que se deveu, segundo Marchi, à expectativa por parte destes de que o desgaste do presidente pelas derrotas, consideradas inevitáveis nas futuras eleições proporcionaria um momento mais favorável à ação política interna contra a liderança de Rui Rio. André Ventura vê-se impotente face a este conjunto de atores políticos poderosos dentro da máquina partidária, o que o isola cada vez mais e impossibilita as suas aspirações. Considera que foi “‘traído e apunhalado pelas costas’ por notáveis do partido que inicialmente o tinham apoiado e incentivado a avançar” (Marchi, 2020: 44) e que as bases do PSD, apesar de pessoalmente manifestarem apoio à sua iniciativa, continuavam a dar prioridade à lógica do partido:

eu percebi, olhando para o PSD, que já não era o PSD que estava mal comigo. Era eu que já estava mal com o PSD. Ou seja, que o PSD estruturalmente recusava ser esta direita popular que eu entendia que deveria ser (Ventura Cit. In Marchi, 2020: 44).

Ventura deparando-se com a dificuldade de conciliar as suas ambições com as do PSD e apercebendo-se das potencialidades do seu estilo político, as quais atestava com o crescente apoio popular ao seu discurso, é levado a concluir que:

o discurso era bem visto pelas pessoas. Eu era mais aplaudido pelas pessoas que pelos militantes do partido. [...] eu sentia que as pessoas me recebiam melhor do que o próprio partido. Do que os dirigentes e os militantes do partido. E eu percebi, aqui, que havia um fenómeno de que nunca tinha tido a certeza [...] que havia base popular para isso (Ventura Cit. In. Marchi, 2020: 44).

De acordo com Marchi, “o apoio recolhido pelo Movimento Chega junto da base – e já experimentado em Loures – convence-o da viabilidade de um projeto político externo ao PSD” (Marchi, 2020: 43). Posto isto, André Ventura, incapaz de implementar a sua visão pessoal de transformar o PSD como projeto político e de, no fundo, reabilitar a direita social democrata, avança com o seu empreendimento pessoal ao transformar o Movimento Chega num partido, em 2019: “Ventura considera a fundação de um novo partido uma opção extrema, necessária só após se terem esgotado todas as possibilidades internas de mudar o rumo do PSD” (Marchi, 2020: 41).

André Ventura, ao libertar-se da tradição e hierarquia do PSD, encontrou uma maior flexibilidade de ação e liberdade de discurso, através do projeto político do Chega:

Agora posso dizer aquilo que quero, em consciência, e que sejam os portugueses a julgar. Essa é a vantagem de criar um novo movimento [...] As propostas vão ser estas: quem gosta, gosta; quem não gosta, não gosta (Ventura, Cit. in Marchi, 2020: 45).

Já com o partido formado, nas eleições europeias de 2019 o Chega não obteve um resultado significativo. No entanto, a eleição de um deputado, André Ventura, nas eleições legislativas de 2019 foi um marco importante, o qual se deveu sobretudo à atenção mediática sobre este ator político. O deputado passa a aparecer frequentemente nos jornais e em contacto direto com o público. Além disso, nas entrevistas em que participa destaca-se dos restantes representantes dos outros partidos parlamentares, “potenciando, nas redes sociais, a sua capacidade de se apresentar como político antissistema” (Marchi, 2020 (b): 211).

Ao longo do seu percurso no Chega, André Ventura tem-se visto envolvido em várias polémicas. Por exemplo, no que toca à deputada Joacine Katar Moreira, a qual Ventura convidou à ‘devolução ao seu país de origem’ (Guiné Bissau), na sequência de uma proposta da deputada para a descolonização da cultura portuguesa através da devolução aos países de origem das obras guardadas nos museus portugueses. Outra polémica gerou-se associada à comunidade cigana de Moura. Quando esta recusou submeter-se ao teste covid, Ventura propôs o confinamento generalizado das comunidades ciganas, para controlos sanitários, “com o intuito de denunciar novamente a alegada impermeabilidade às regras do Estado de direito desta minoria étnica” (Marchi, 2020 (b): 212). Esta polémica causou um forte impacto nos *media* e nas redes sociais após o jogador da seleção de futebol Ricardo Quaresma acusar Ventura de racismo explícito.

As eleições presidenciais foram um momento importante na carreira de André Ventura, pois serviram para consolidar a imagem de líder da direita antissistema: “aproveitou a convergência das esquerdas e das direitas *mainstream* no nome de Rebelo de Sousa para promover-se novamente como o verdadeiro candidato antissistema” (Marchi, 2020 (b): 214).

Durante estas eleições André Ventura, no seu discurso, procurou “manter uma postura ofensiva, nunca defensiva, mantendo-se como contestatário” (Reis, 2020: 86). Para Dias, a sua estratégia comunicacional caracterizou-se por ser “extremada e populista, fazendo uso de ofensas aos seus adversários políticos, tendo evidenciado uma tendência de ‘trumpização’ da performance política” (Dias, 2020: 53). Apesar de ter ficado em terceiro lugar (11,9 % dos votos), o que ficou aquém das suas ambições, este resultado obteve bastante destaque.

Durante a sua liderança do partido, André Ventura tem demonstrado algumas dificuldades “na gestão dos conflitos internos, conseguindo raramente o compromisso entre as partes e perdendo frequentemente militantes e peças inteiras do partido ao longo do percurso” (Marchi, 2020 (b): 217). Ainda assim:

Hoje André Ventura é o Chega e o Chega é André Ventura. A sua liderança é incontestada. As suas demissões da presidência, anunciadas em abril de 2020, não passam de uma tática para repor a ordem nas diatribes internas que se multiplicam entre os filiados, empenhados na conquista de lugares cimeiros da estrutura periférica (Marchi, 2020 (b): 217).

Marchi considerava recentemente que, relativamente aos níveis de personalização do partido, que se centra em André Ventura, não havia “sinais, para o futuro próximo, de uma diminuição [...], o que determina uma certa vulnerabilidade da estrutura, no meio-longo prazo, exposta às vicissitudes do seu líder” (Marchi, 2020 (b): 217).

Isto apontava para uma necessidade de que outros membros se destacassem no partido, assim, André Ventura teria que ser “ladeado por outras personalidades – agora inexistentes – que sejam porta-vozes credíveis e apelativos da agenda política do Chega” (Marchi, 2020 (b): 218). A eleição de 12 deputados pelo Chega, nas eleições legislativas de 2022 (com 7,28% dos votos) permite dar início a este processo, o que parece estar a ocorrer através da promoção de deputados nos meios de comunicação social. É também relevante verificar que André Ventura não assumiu um cargo óbvio de destaque, o de porta-voz de bancada. Restará saber como o partido se irá adaptar a esta tentativa de repartição do protagonismo. Isto poderá ser benéfico para o Chega se estabelecer politicamente ou poderá alimentar ainda mais as divisões internas, colocando em causa a capacidade agregadora de André Ventura.

1.3.1. O Partido Chega

Como o tempo de vida do partido Chega é ainda curto, devido às ambiguidades, ou possíveis contradições, que surgem na tentativa de compreender a sua composição, a sua orientação ideológica e os seus objetivos, a sua classificação encontra-se em discussão.

Quando o Chega começou a fazer-se notar, a reação imediata que se evidenciou por parte de alguns cientistas políticos e analistas, mas, sobretudo, da comunicação social, foi de o considerar, ou procurar ativamente colocar, dentro do espectro político, na extrema-direita e associado à reminiscência do fascismo. Esta tendência acompanha, em grande medida, o mesmo tipo de opiniões que se verificam noutros países europeus relativamente a partidos de natureza semelhante.

Neste momento, a perspetiva que parece impor-se no meio académico é a de que o Chega se enquadra no radicalismo político, numa corrente recente designada de ‘nova direita’, e que possui uma vertente muito forte de populismo.

De acordo com Marchi, o Chega não é um partido extremista, mas sim radical, porque o segundo caso pressupõe uma reforma substancial do regime, através do jogo democrático, arbitrado pela constituição, enquanto que o primeiro incorre na ilegalidade e pretende derrubar o sistema vigente através da revolução. Em linha com essa lógica, para o autor, o Chega pertence a uma nova direita por rejeitar o legado histórico dos autoritarismos do século XX.

No plano nacional, e que distingue mais o caso do Chega, para Marchi, é que ele não provem da linha genealógica da direita radical tradicional portuguesa, que é mais nacionalista e se identifica culturalmente como anti-abrilista, ou seja, em oposição às elites que fundaram a III República: “o partido Chega, o seu presidente e os seus fundadores não pertencem a esta tradição política e não estão interessados em recuperá-la” (Marchi, 2020 (b): 205).

Relativamente à ideologia do partido, uma das primeiras confusões surge da aparente incongruência entre o seu “posicionamento ultraliberal na economia doméstica, em contrapartida com o nacionalismo e protecionismo defendidos no plano internacional” (Santana, 2021: 13). Para Carvalho, o Chega “adotou um programa neoliberal em conjunto com uma posição autoritária relativamente à democracia liberal” (Carvalho, 2020: 14).

Segundo Marchi, apesar de o partido reunir apoiantes oriundos de várias partes do espectro político, o Chega evidencia, desde o início, sobretudo uma tensão entre duas tendências internas: uma nacionalista liberal eurocética, que entende que Portugal se deve adaptar a um cenário inevitável de fim da União Europeia; outra liberal-conservadora europeísta, que demonstra alguma aversão ao nacionalismo e dúvida de um eminente colapso da UE. Para o autor, ainda assim, é possível identificar uma convergência de base numa corrente principal, reivindicada oficialmente pelo partido, “caracterizada pelo liberalismo económico e pelo conservadorismo dos valores” (Marchi, 2020 (b): 209). De acordo com Serrano, o próprio André Ventura “incita a mudanças sociais e políticas radicais [...] e não tem um compromisso firme com ideologia e princípios” (Serrano, 2020: 231). Portanto são várias “as declarações de André Ventura que colocam em causa a retórica oficial do partido” (Santana, 2021: 7).

Nas eleições europeias de 2019, a coligação Basta, à qual pertencia o Chega, obteve um fraco resultado e não conseguiu cumprir o seu objetivo de eleger um deputado. Esta coligação, antes de ser desfeita, tinha sido pensada como um projeto a médio-longo prazo até às legislativas. A campanha eleitoral protagonizada por André Ventura assentou em temas como:

a valorização da soberania nacional dentro de uma União Europeia que não se quer federal; o combate à imigração ilegal e ao terrorismo internacional; a defesa da identidade cultural da Europa perante o mundo islâmico e o laicismo das esquerdas (Marchi, 2020 (b): 210).

O manifesto eleitoral desta coligação acusava a UE de “promover uma ‘visão globalista’ irresponsável e impor vagas de imigração que sabotavam as ‘fundações da civilização ocidental’” (Carvalho, 2020: 14).

O Chega, no seu percurso, já se viu envolvido em várias situações polémicas. De destacar aquando da recolha de assinaturas para a legalização do partido no Tribunal Constitucional, que grande parte delas foi rejeitada devido a irregularidades. Isto levantou suspeitas sobre a legalidade do processo dirigido pelos membros do Chega, ou o seu amadorismo. Esta situação criou a primeira crise interna do partido e levou à saída de elementos da ala nacionalista liberal antieuropeísta, permitindo que a facção liberal-conservadora europeísta se afirmasse mais vincadamente.

O Chega “define-se como um partido político de base e natureza fundamentalmente popular” (Reis, 2020: 79). Para Marchi, no que toca à componente populista do partido, este, na mesma lógica de outros partidos populistas europeus, aposta “numa estratégia discursiva baseada em chavões de teor legalista, securitário e antielitista” (Marchi, 2020 (b): 215). Com ela:

pretende diferenciar-se dos demais atores políticos, principalmente das direitas, conquistar a atenção constante dos *media* e proporcionar uma oferta facilmente compreensível por parte daquele sentimento difuso de antipolítica existente em Portugal e até agora não explorado, até às últimas consequências, por nenhum ator político (Marchi, 2020 (b): 215).

Portanto, o Chega procura adaptar ao contexto português as estratégias que obtiveram sucesso ao nível europeu: “o Chega [...] pretende encarnar, em versão portuguesa, a fórmula belicosa do populismo europeu de direita” (Marchi, 2020 (b): 207).

Na linha das experiências populistas europeias, Marchi, destaca duas das componentes principais do populismo: o securitarismo e o nativismo:

[os partidos da nova direita radical] interpretam a política como confrontação entre o povo e as elites, privilegiam os autóctones face aos estrangeiros (nativismo), contestam os princípios liberais da democracia contemporânea, em prol de instrumentos de participação direta e de políticas securitárias (autoritarismo) (Marchi, 2020: 206).

O securitarismo no Chega é evidenciado pela proximidade do partido às forças de segurança e a grupos externos aos sindicatos, como o Movimento Zero: “esforços para acabar com a suposta cultura da impunidade reproduzem-se também na ligação entre o partido e grupos orgânicos de polícias e militares descontentes, como é exemplo o Movimento Zero” (Santana, 2021: 8). O securitarismo também se evidencia nas iniciativas legislativas de introdução da prisão perpétua e da castração química: “inusuais para a cultura política portuguesa, embora existentes em outras democracias europeias sem ser sinónimo de radicalismo de direita (Marchi, 2020 (b): 215).

Segundo Marchi, o Chega não demonstra uma apetência clara por um modelo iliberal da democracia, porque não apresenta “uma particular predileção para a democracia direta em detrimento da democracia representativa, nem uma apetência para a concentração dos poderes” (Marchi, 2020 (b): 215). Lança, no entanto, a acusação frequente contra os partidos tradicionais de que estes terão “montado uma teia de compadrios entre poder político, económico, judicial, nos grandes escândalos de corrupção e de conluio entre os órgãos da comunicação social e os partidos de governo” (Marchi, 2020 (b): 215).

O partido mais associado pelo Chega à elite, ao *status quo* e, portanto, constituído como inimigo do povo é o Partido Socialista. Eles “têm peculiar relevância na agenda política de partidos da nova direita, [responsabilizados] pela crise atual [...]” (Reis, 2020: 79).

Como medidas mais radicais direcionadas para o sistema político, o Chega apresenta um projeto de revisão constitucional no qual:

sugere que a IV República adote um sistema presidencialista puro, eliminando o cargo de primeiro-ministro e reduzindo o número de deputados para 100, assim como o número de ministérios. Os privilégios da classe política devem ser extintos, os mandatos políticos limitados a dois anos e as legislaturas e mandatos autárquicos prolongados por cinco anos (Santana, 2021: 9).

Além disso, o Chega pretende alterar o sistema eleitoral “no sentido de garantir que pequenos partidos consigam aceder à Assembleia da República, por meio da redução dos círculos eleitorais para 14 e da adoção de listas plurinominais, uninominais e nacional” (Santana, 2021: 9).

A componente do nativismo presente no populismo do Chega põe em dúvida a imagem que o partido procura passar oficialmente e levanta a possibilidade de haver posições extremistas ocultas:

[o nativismo] permanece o tema mais controverso de análise do Chega. Nas ciências sociais, é frequente interpretar o discurso securitário e/ou culturalista dos populismos de direita radical como disfarce (consciente ou inconsciente) do racismo biologista clássico (Marchi, 2020 (b): 215).

De acordo com Marchi, apesar de existirem indícios de um pendor de xenofobia cultural do partido, este parece ser inspirado por um “nacionalismo de estilo jacobino, que reconhece todos os cidadãos portugueses iguais perante a Lei, sem distinções, principalmente de etnia, raça e religião” (Marchi, 2020 (b): 216). Desta forma, é reconhecida a identidade portuguesa das minorias étnicas através de um processo de assimilação, sem políticas de discriminação positiva. Ao mesmo tempo, é defendida uma política mais restritiva na imigração e rejeitado que esta funcione como remendo ao declínio demográfico nacional. Isso passaria por “regras mais apertadas para a obtenção da nacionalidade portuguesa, defendendo igualmente a revogação da Lei de Género e Igualdade e o fim das ideologias de género e inclusivas na educação em Portugal” (Reis, 2020: 79).

Um momento importante nesta questão foi em 2020, quando o partido organizou contramobilizações de rua, em resposta a ações promovidas pelas “esquerdas e pelos movimentos sociais antirracistas como o *Black Lives Matter*, sob o lema ‘Portugal não é racista’ de forma a contestar a ideia de racismo estrutural e institucional promovida pela esquerda” (Marchi, 2020 (b): 213).

Para Marchi, as conotações do Chega com a extrema direita, que têm acompanhado o partido desde o início, são um obstáculo para ele porque afetam negativamente a sua imagem. Isto levou à necessidade de apurar os processos de triagem a novos membros. No entanto, de acordo com o autor, face ao crescimento de militantes do partido, a entrada de indivíduos deste tipo parece ser bastante residual, tendo em conta que Portugal não tem muitos cidadãos que se insiram nessa área política. Santana corrobora esta visão:

inevitavelmente, o orgulho em ser português aliado à conduta supracitada acabam por cativar algum eleitorado extremista [...] Porém, é notório o esforço por parte dos quadros do Chega para afastar esse género de ligações, como é exemplo o cuidado em não vangloriar o passado colonial (Santana, 2021: 7).

As acusações ao Chega de incluir membros de extrema direita, inclusive na direção, não são as únicas, há também aqueles que apontam para que o partido tenha “apoio do lóbi evangélico português, [e de] ser sustentado por uma teia de empresários com negócios e reputação frequentemente duvidosos” (Marchi, 2020 (b): 213).

No que toca à posição do Chega relativamente à economia, existe um debate interno ao partido sobre o peso que deve ter o liberalismo no seu programa. As opiniões divergem entre a defesa de um Estado com um papel muito reduzido, apenas árbitro e regulador de serviços prestados por agentes privados, ou a implementação de um sistema de maior abertura a soluções que combinem as esferas pública e privada, para melhorar os serviços. De qualquer forma, de acordo com Carvalho, o “apoio do Chega a uma versão mínima do Estado, indica uma preferência por um projeto neoliberal em detrimento de abordagens mais protecionistas” (Carvalho, 2020: 12). Isto distancia-o de outros partidos congéneres europeus que tendem a adotar abordagens mais centristas na economia, em favor do protecionismo e da intervenção do Estado.

De acordo com Mendes, o Chega, para já, assemelha-se a outros partidos europeus de direita radical na questão económica. Esta autora afirma que no início apresentava-se como fortemente liberal e foi alterando esse aspeto. Para Mendes, as dúvidas são ampliadas porque André Ventura, como porta-voz do partido, pretende ser ambíguo na sua posição quanto às questões económicas, como tática para alargar o apelo do Chega a diferentes tipos de eleitorado, havendo, assim, “uma diferença significativa entre o programa eleitoral do partido e a retórica do seu líder” (Mendes, 2021).

Em termos da cultura, apesar de os membros do Chega apresentarem sensibilidades diferentes em relação a diversas causas, convergem na posição de que existe uma estratégia da esquerda radical, a que chamam de ‘marxismo cultural’, a qual está a vingar na sociedade e que tem como objetivo “desestruturar a identidade portuguesa, principalmente através da introdução das teorias de género na escola pública, do ataque à família tradicional, da promoção do aborto [...]” (Marchi, 2020 (b): 209).

Nas legislativas de 2019, após a ‘I Convenção Nacional’ para a eleição dos órgãos dirigentes, o Chega apresentou “listas eleitorais em todo o território nacional, a partir dos pequenos grupos distritais que se formaram através, principalmente, das redes sociais” (Marchi, 2020 (b): 211). A campanha eleitoral de André Ventura, alvo de pouco interesse mediático, a não ser nas redes sociais, centrava-se em ideias como a castração química para pedófilos, a cadeia perpétua

para determinados homicídios, a microcriminalidade dos bairros periféricos, a ‘subsidiodependência’ das minorias étnicas, a corrupção e a contestação ao sistema.

De 2019 a 2020 o Chega passa de 700 a 15 mil filiados, com órgãos distritais organizados em todo o território nacional e com uma filiação oficial no grupo europeu Identidade e Democracia, uma espécie de associação de vários partidos de direita radical. O partido passa a ser presença habitual na comunicação social sobretudo devido às ações de André Ventura. Nas redes sociais e no Youtube evidencia com os seus números uma “crescente capacidade de atração da militância virtual” (Marchi, 2020 (b): 212).

O Chega tem registado um crescimento muito dinâmico:

um partido que tem tido um desenvolvimento exponencial, cavalgando a onda do descontentamento [e chegar a] arrecadar num dia mais militantes que muitas concelhias do país do PSD conseguem aglomerar ao longo da sua atividade política em vários meses ou anos (Reis, 2020: 79).

No partido misturam-se atores políticos com diversas conceções ideológicas, causas e objetivos. Devido a divergências internas, o Chega já atravessou momentos de crise, fruto dos quadros pouco homogêneos e “abertos a remodelar o ideário do partido segundo as contingências e conveniências do seu crescimento. Isto é, ao mesmo tempo, uma força e uma fraqueza” (Marchi, 2020: 2017).

O partido evidencia estar predisposto a uma mutação que lhe permita adaptar-se à evolução das circunstâncias políticas, posicionando-se relativamente a elas em função do seu benefício prático, em termos de imagem, e para captação de apoio: “o seu apoio eleitoral obedece ao contexto político imediato, estando dependente da proeminência de certas questões e da reputação dos partidos da direita” (Santana, 2021: 14). A mutabilidade potencial do Chega coaduna-se com “uma grande dose de oportunismo político, fazendo depender a evolução ideológica do partido dos apetites políticos dos eleitores portugueses” (Santana, 2021: 13).

O potencial de mutação do Chega continuará a alimentar as divergências internas no partido. Além disso, para Santana, o Chega permanece incapaz de se incorporar plenamente no sistema político português, pois revela dificuldades em ser aceite entre os restantes partidos e pelos atores políticos. Além disso, ainda não conseguiu mudar eficazmente a sua imagem perante a comunicação social. Tudo isto se repercute prejudicialmente na persecução dos seus objetivos e no próprio desenvolvimento da sua estrutura:

as políticas e os valores do Chega não foram absorvidos pela agenda política, sendo manifestas as diferenças entre o partido da direita radical populista [...] e os partidos *mainstream*. Em larga medida, continua a ser percecionado como um ‘partido tóxico’, manchando a imagem a quem a ele se associa e sofrendo de uma forte censura social (Santana, 2021: 13).

Face ao rápido crescimento e às fragilidades internas do Chega, André Ventura tem funcionado como elo de ligação:

a mais-valia incontestada do partido continua a ser considerada o próprio André Ventura. As suas características de líder jovem, mediático, politicamente pragmático, ideologicamente flexível, estrategicamente arrojado, torna-o uma figura de destaque entre as lideranças das direitas portuguesas dos últimos anos e totalmente inovadora [...] (Marchi, 2020: 217).

Assim, neste momento, “todos sabem que o projeto existe enquanto existir a figura de André Ventura” (Marchi, 2020: 217).

Como consequência da indefinição e predisposição do Chega para a mutabilidade, os consensos que surgirem na comunidade científica relativamente à classificação deste partido poderão ser rapidamente postos em causa devido a mudanças a que ele seja sujeito.

1.4. A Autoridade Carismática no Contexto Português

De acordo com o *European Values Study* (EVS) de 2017, o nível de interesse dos portugueses pela política é muito baixo. Consonante com isso, existe uma certa descrença da população na democracia e no seu funcionamento: “apenas 45% dos inquiridos afirma que ‘ter um sistema político democrático’ é uma forma de governo ‘muito boa’”. Este valor encontra-se abaixo da média europeia e é um dos mais baixos dos 34 países alvo do estudo. Ao mesmo tempo, é de salientar que, de acordo com o EVS, Portugal diferencia-se dos restantes países europeus por exhibir altos níveis de confiança na Igreja, nas Forças Armadas e na Polícia, portanto, nas instituições tradicionais de autoridade. Neste contexto, a população portuguesa parece recetiva ao surgimento de figuras políticas com autoridade carismática:

54% dos inquiridos afirmam que ‘ter um líder forte que não tenha que se preocupar nem com o parlamento nem com as eleições’ seria uma forma de governo ‘muito boa’ ou ‘boa’, um valor que apenas é superado nalgumas democracias mais recentes da Europa de Leste e nos regimes não-democráticos entre os países do EVS (EVS).

Dias sumariza a questão da recetividade à autoridade carismática em Portugal:

a sociedade portuguesa, apresenta um crescimento significativo de descrença nas legitimidades modernas eleitorais [...], parece infelizmente muito aberta à possibilidade de um chefe carismático [...] (Dias, 2020: 50).

Santana considera que a predisposição dos portugueses a figuras carismática está relacionada, por exemplo, com uma memória coletiva bastante marcada pelo Estado Novo e pela figura de António Salazar:

o apoio da maioria da população à democracia contemporânea contrasta com setores da população portuguesa que ainda nutrem alguma nostalgia pelo antigo regime. Basta recordar a eleição de António de Oliveira Salazar, em 2007, como ‘o melhor português de sempre’, reunindo 41% dos votos dos telespectadores da RTP1 que participaram no concurso ‘Os Grandes Portugueses’ (Santana, 2021: 11).

Segundo Dias, a cultura portuguesa está impregnada desde imaginário, ampliado a partir do sebastianismo que, inclusive, foi utilizado de forma estratégica e ideológica durante o Estado Novo, em grande medida personalizado por Salazar. Para o autor isto corresponde a uma lógica de ‘messianismo’, a qual implica: “a crença ou expectativa de fé na chegada ou na volta de um líder carismático que conduzirá o seu povo – enquanto ‘povo eleito’ – a um reino de paz e justiça (Dias, 2020: 50)”.

No contexto social e cultural português atual, o populismo tem-se desenvolvido principalmente de acordo com a lógica através da qual o ‘venturismo’ opera. De acordo com Dias, André Ventura, age num quadro de memória social, com um discurso de ‘natureza messiânica’, visando legitimar-se como ator político. Este pretende colocar-se numa posição em que pareça personificar a ‘voz do povo’, manifestando-se com um teor antissistémico, anticorrupção e antielitista, em resposta a um suposto cenário de emergência. Neste contexto, André Ventura faz uma divisão maniqueísta entre as ‘pessoas de bem’ e as demais.

Dias considera que devido à forte personalização do populismo de Ventura, ele é de pendor autoritário:

o populista autoritário é um líder carismático que procura distanciar-se dos demais políticos e das elites intelectuais – antielitismo – de modo a apelar aos sentimentos reacionários da população, propagando, especialmente, a ideia de que fala em nome daquela (‘o povo’) contra o sistema (Dias, 2020: 50).

O líder carismático para invocar uma imagem sobre si mesmo, na persecução de poder político, terá de responder a uma procura de raiz cultural que exista num determinado país, neste caso Portugal. André Ventura revela um sucesso significativo:

[ao] operar num quadro messiânico, mas igualmente nostálgico, ao invocar para si as imagens positivas da memória do Estado Novo [...] A figura do *pater*, do homem forte, mas devoto, possibilitou a Salazar afirmar-se como redentor, i.e., como o messias político. É, precisamente, o mesmo trajeto que André Ventura mostra querer trilhar (Dias, 2020: 56).

Perante essa estratégia, as medidas concretas que André Ventura apresenta na sua visão de governação assumem um papel secundário, sendo alteradas conforme a necessidade: “é nesse terreno fértil, banhado pelo sebastianismo, que André Ventura opera. A componente ultraliberal é irrelevante, tendo em conta a maleabilidade do seu programa político” (Dias, 2020: 56). Dias coloca a questão de saber se o Chega será “uma reciclagem de uma velha direita que esteve no poder, sob diferentes roupagens, em Portugal durante o Estado Novo” (Dias, 2020: 54).

A forte componente “religiosa da sociedade portuguesa, entre o quadro eclesiástico e o catolicismo popular, permite uma apropriação política que reforça a figura do messias-político” (Dias, 2020: 56). Nesse sentido, o caráter religioso que André Ventura evidencia, complementa a sua estratégia política através da missão transformista que autoproclama para si: “Sinto que Deus me concedeu esta missão [...] Deus confiou-me a difícil, mas honrosa missão de transformar Portugal” (Ventura Cit. In, Dias, 2020: 56).

André Ventura, responde à descrença democrática, encabeçando um projeto político centrado em si mesmo que agrega um conjunto significativo e variado de militantes e que conquista um vasto apoio popular: “o Chega corresponde, neste momento, a um partido personalista ou carismático, com fraca identidade organizacional e níveis muito baixos de institucionalização” (Mendes, 2021).

O Chega apresenta uma visão dicotómica entre um povo virtuoso e uma elite político-económica corrupta. André Ventura apresenta-se como o “porta-voz deste povo atraído, cujo objetivo deve ser reconquistar a democracia capturada pelas elites do sistema” (Marchi, 2020 (b): 214). Esta ideia é propagada através dos *media*: “a liderança populista de André Ventura alimenta-se essencialmente da sua presença nos *media*” (Serrano, 2020: 235).

A separação que André Ventura faz entre o ‘povo’ e o ‘outro’ trata-se “de uma interseção temática que permite o divisor social padronizado pela ação populista – dos ‘portugueses de bem’ contra os ‘outros’” (Dias, 2020: 55). Dias, expõe as especificidades dessa divisão social:

[Ventura distingue entre os] ‘portugueses de bem’ e os ‘outros’, sendo este último grupo construído sobretudo a partir dos ‘ciganos’, os ‘subsídio-dependentes’ e os políticos corruptos que ‘andam a gamar’, mas a que se podem juntar os imigrantes, as populações afrodescendentes e as minorias sexuais, conforme o eleitorado no momento, e tendo em conta o crescimento da agenda de ‘costumes’ que o Chega vem assumindo, por via do combate à ‘ideologia de género’ (Dias, 2020: 55).

Dentro da lógica de diferenciação entre setores da população, um exemplo principal é a “chamada ‘questão cigana’, que se verifica ser elaborada a partir de perceções populares em detrimento de dados científicos, aquela que mais alimenta o alinhamento popular com o Chega” (Dias, 2020: 55). Ao mesmo tempo, André Ventura procura fundamentar-se num imaginário de que Portugal é um ‘país sem racismo’ e na memória coletiva de que existe um ‘saldo positivo’ do passado colonial: “transcorre uma narrativa oficial de um país pós-racial, marcado por esporádicos eventos racistas, mas que não configuram o todo. Esta situação encontra o seu fundamento no ‘lusotropicalismo’ e no mito do ‘bom colonizador’” (Dias, 2020: 54). Portanto, no contexto português, de acordo com Dias, parece haver “uma realidade invisibilizada que confirma um país que é simultaneamente de ‘brandos costumes’, ‘brancos costumes’ e ‘brando racismo’” (Dias, 2020: 54), é de acordo com ela que Ventura atua.

Ventura destaca-se pela sua flexibilidade a nível político e pela sua habilidade na interação através dos *media*. De acordo com Serrano:

[os líderes dos movimentos populistas], na maioria dos casos, são figuras carismáticas com bom conhecimento dos *media* [e que, no entanto, a] pesquisa mais recente sobre ciência política desconsiderou amplamente estes dois atributos porque o carisma não é mensurável (Serrano, 2020: 223).

O elevado nível de personalização de André Ventura no Chega é evidenciado pela lógica de promoção do Chega que assenta no enaltecimento da sua imagem e do seu nome, os quais aparecem quase sempre nas publicações online do partido e nos seus cartazes. As próprias publicações pessoais de André Ventura servem em grande parte como mote para o Chega, de acordo com as quais é orientada grande parte da promoção online do partido.

Segundo Reis, “a agenda de André Ventura capitaliza para a política nacional a persistente preocupação com a corrupção e a falência do Estado, indicando consecutivamente as suas falhas

na esperança de as explorar em seu proveito” (Reis, 2020: 85). Isto remete para a “questão do autoritarismo, a fidelidade a um ‘homem forte’, um líder capaz de ‘restaurar a ordem’” (Reis, 2020: 85). Assim:

os temas de ódio à esquerda, de apoio às forças de autoridade, e o recurso continuado ao ‘politicamente incorreto’ [...], estão presentes [...] em Ventura [...], formando um *continuum* discursivo da nova direita. Acresce a este cenário o combate à corrupção, que permite consolidar a posição antissistémica de Ventura (Dias, 2020: 53).

Para o autor, isto é dissonante com a longa carreira de André Ventura dentro do ‘sistema’, o qual, não obstante, conseguiu posicionar-se fora dele.

Reis considera que Ventura tem uma importância vital para o Chega, visto que este projeto político se encontra muito “centrado na sua imagem, o que poderá ser nefasto no futuro, potencializando o possível fim do Chega, caso André Ventura por alguma razão se retire da política” (Reis, 2020: 86). Para o autor, Ventura é o ‘rosto da nova direita portuguesa’. O político antissistema consegue um apoio significativo porque, “as pessoas precisam cada vez mais de alguém que seja a voz delas, um cidadão comum que se insurge contra este sistema político” (Ventura Cit. In Reis, 2020: 76).

Em suma, para Dias, Ventura, à semelhança de Bolsonaro representa uma forma de populismo autoritário, na qual existe “um líder carismático que procura distanciar-se dos demais políticos e das elites intelectuais [...] de modo a apelar aos sentimentos reacionários da população” (Dias, 2020: 50).

2. Enquadramento Teórico-Conceptual

2.1. O Populismo

Nas ciências sociais o conceito de populismo¹ está em voga devido ao surgimento de vários casos de atores políticos, partidos e movimentos que remetem para o seu domínio. No entanto, a sua utilização é ambígua, contestada ou rejeitada e os pontos de partida para o seu estudo divergem entre a área socioeconómica, sociopsicológica e sociopolítica.

Com o advento dos *media* e o efeito que isto teve sobre a política, os fenómenos deste tipo encontram-se em rápida disseminação e evolução. Como consequência, as definições do populismo permanecem em debate e precisam de ser repensadas, atualizadas e reformuladas.

Neste momento, após revisão da literatura, destacam-se cinco correntes principais sobre o populismo, nas quais ele é enquadrado como um tipo de lógica política, uma ideologia 'fina', como uma estratégia política, como um estilo político ou como um estilo discursivo. Uma abordagem ao tema tendo por base cada uma destas perspetivas tem implicações diferentes uma vez que se concentra em aspetos distintos do fenómeno. É também necessário ter em conta que ele é sensível ao seu contexto temporal e espacial.

a. Lógica Política

De acordo com Laclau o populismo e a política são sinónimos porque ambos pressupõem a proposição de uma alternativa, dentro de uma comunidade, relativamente ao seu futuro. O que o populismo faz é questionar a ordem institucional vigente, colocando um 'oprimido' em oposição a um 'outro' que é responsável por ela:

¹ "Abordagem política que procura apelar às pessoas comuns, as quais sentem que as suas preocupações são negligenciadas por grupos elitistas estabelecidos" (Oxford Living Dictionaries).

mas o mesmo ocorre na política. Só existe política através do ato de considerar [...] um sistema e apresentar uma alternativa ao mesmo (ou, pelo contrário, defender esse sistema contra potenciais alternativas existentes) (Laclau, 2005b: 47).

Para o autor a realidade social é ambígua e a política constitui-se naturalmente por dicotomias, nas quais:

“ocorre uma simplificação do espaço político (todas as singularidades sociais tendem a agregar-se em torno de um ou do outro polo da dicotomia), e os termos que designam ambos os polos são necessariamente imprecisos (de outra forma não conseguiriam incluir todas as particularidades que é suposto agruparem) (Laclau, 2005: 18).

O populismo trata-se de uma forma que a manifestação de uma dicotomia pode adotar na política, por isso, depende de uma procura sociopolítica. Os grupos que se formam deste processo são “o resultado da agregação de exigências sociais – que se podem [...] cristalizar em práticas sociais sólidas” (Laclau, 2005: 224). Nesse sentido, a ideia de ‘povo’ é um construto social: “o discurso populista não expressa simplesmente algum tipo de identidade popular original; na verdade constrói-a” (Laclau, 2005b: 48). Esta abordagem destaca o efeito da ação política na criação de identidades e o papel das operações performativas dos atores políticos para o processo de constituição do ‘povo’.

De acordo com esta perspectiva um movimento não é populista devido a certas políticas ou ideologias que lhe estejam associadas, pode ser mais ou menos populista na medida em que houver uma maior ou menor articulação do seu conteúdo por lógicas de equivalência:

Isto significa que nenhum movimento político estará totalmente isento de populismo porque, até certo ponto, cada um irá colocar o ‘povo’ contra um inimigo, através da construção de uma fronteira social. [...] por isso, as evidências de populismo serão reveladas de forma mais clara em momentos de transição política, quando o futuro da comunidade estiver em jogo (Laclau, 2005b: 47).

Segundo Laclau enquanto houver política também irá ocorrer divisão social: “uma secção dentro de uma comunidade irá sempre apresentar-se como a expressão e a representação da comunidade como um todo” (Laclau, 2005b: 48).

b. Ideologia

Mudde considera que o populismo se tornou *mainstream*² nas democracias ocidentais, no que toca à política, aos *media* e até às ciências sociais, pelo que se tornou um *zeitgeist*³. O autor define-o como:

“uma ideologia que considera que a sociedade está dividida entre dois grupos homogêneos e antagónicos, ‘o povo puro’ versus ‘a elite corrupta’, e que defende que a política deve ser a expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (Mudde, 2004: 543).

Mudde descreve o populismo como uma ‘ideologia fina’ porque ele exhibe “um núcleo restrito, associado a um conjunto específico de conceitos políticos” (Mudde, 2004: 544). Como tal, ele costuma ser combinado com ‘ideologias plenas’ como o socialismo, o nacionalismo ou o liberalismo.

Segundo o autor, há associada ao populismo uma forte componente moral, ao invés de programática, devido à distinção normativa e irreconciliável que faz entre um ‘povo bom’ e uma ‘elite má’ (maniqueísmo⁴). De acordo com essa lógica, é mais claro quanto àquilo a que se opõe do que em relação ao que defende.

Os populistas propõem-se a defender o ‘modo de vida’ do povo, não de modifica-lo, porque para eles, “a consciência do povo, geralmente referida como senso comum, é a base de todo o bem (boa política)” (Mudde, 2004: 547). Estes consideram que os “partidos políticos tradicionais corrompem a ligação entre os líderes e os apoiantes, criam divisões artificiais entre povos homogêneos, e colocam os seus interesses acima dos do povo” (Mudde, 2004: 546). Assim, defendem a importância de alterar o *status quo* no sistema político e de assegurar que os desejos dos cidadãos sejam atendidos da melhor forma possível.

De acordo com o Mudde, o populismo depende de um conjunto de circunstâncias especiais para se desenvolver: “a combinação de ressentimento político persistente, de um desafio sério (ou percebido) ao ‘nosso modo de vida’, e a presença de um líder populista atrativo” (Mudde,

² “As ideias, atitudes, ou atividades partilhadas por uma maioria de indivíduos que são vistas como normais ou convencionais” (Oxford Living Dictionaries).

³ “O espírito ou disposição que definem um período singular da história, tal como demonstrado pelas ideias ou crenças da altura” (Oxford Living Dictionaries).

⁴ “Sistema religioso dualístico composto por elementos Cristãos, Gnósticos e pagãos, fundados na Pérsia no século III por Manes (c.216-c.276) e baseado num suposto conflito primitivo entre a luz e as trevas” (Oxford Living Dictionaries).

2004: 547). Mudde entende que mesmo que existam motivos reais para descontentamento como base das exigências populistas, devido aos *media*, “as percepções parecem ser mais importantes que os factos” (Mudde, 2004: 553).

Segundo Mudde, o populismo, está principalmente associado com a direita radical, por causa do “foco da direita na nação e o nacionalismo da direita radical. É fácil dar o passo da ‘nação’ para o ‘povo’, e a distinção entre os dois frequentemente não é clara” (Mudde, 2004: 549). Mas também pode ser encontrado em partidos de esquerda radical, os quais “combinam uma ideologia social democrata com um forte discurso populista” (Mudde, 2004: 249). Estes abandonam a lógica de defesa do proletariado para se intitularem de *vox populi* (voz do povo).

c. Estratégia Política

Na sua definição de populismo, Weyland realça a tendência para a emergência de líderes personalísticos e plebiscitários. Parte da ideia de Laclau de que o populismo é uma lógica de fazer política:

o populismo, ao utilizar uma retórica antielite em desafio do *status quo*, assenta no que constitui a política: a distinção entre amigo e inimigo. Historicamente, ele surge da promessa de um líder de proteger o povo contra um inimigo nocivo. Resulta, ou não, de um conflito real ou imaginado, o populismo é completamente político. Por isso, o populismo define-se melhor em termos políticos (Weyland, 2001: 11).

Weyland considera que as definições de populismo atribuem demasiada importância às condições socioeconómicas, sem considerar a relativa independência que a esfera política tem delas. Por isso define-o como uma um meio para competir por poder político, ou seja, como uma forma de dominação e não de distribuição, o que está de acordo com o “oportunismo dos líderes populistas e o seu fraco compromisso com políticas, ideias e ideologias substanciais” (Weyland, 2001: 11).

Para o autor, não existe uma lógica de luta de classes no populismo devido à diversidade que o seu eleitorado tem. Ao mesmo tempo, essa não é uma preocupação real dos atores populistas: “o objetivo essencial dos líderes populistas é o de ganhar e exercer o poder, usando políticas económicas e sociais como um instrumento para esse propósito” (Weyland, 2001: 11).

Weyland define o populismo como uma estratégia política através da qual “um líder personalista procura ou exerce poder político baseado no apoio direto, não mediado e não institucionalizado, de uma grande massa de apoiantes, na sua maioria, não organizados” (Weyland, 2001: 14).

O populismo visto como uma estratégia política realça a sua lógica central, a procura por poder político, mas deixa a “a relação entre fatores políticos e socioeconómicos aberta à investigação científica, em vez de os estipular *a priori*” (Weyland, 2001: 18).

A proliferação do tipo de liderança personalista, para Weyland, reduziu a sobreposição das características em comum entre as várias definições de populismo, pelo que o delimitou na forma de um conceito clássico da política, o que o coloca “num sistema hierárquico de conceitos, o que facilita a comparação e o contraste” (Weyland, 2001: 18).

A ideia de populismo como estratégia política é adotada pelo autor porque a considera mais hermética sobretudo ao se excluir os atores políticos que apenas ocasionalmente a utilizam. Esta: “foca-se nos métodos e nos instrumentos para ganhar e exercer poder. Uma estratégia política é caracterizada pela ‘capacidade de poder’ principal de um líder vigente ou um que o ambiciona ser” (Weyland, 2001: 12).

O número de apoiantes assume uma importância fundamental para os atores políticos populistas: “eleições, plebiscitos, demonstrações em massa e, mais recentemente, as sondagens, são instrumentos cruciais, através dos quais o líder populista mobiliza e demonstra a sua capacidade de poder distinta” (Weyland, 2001: 12).

O autor considera que o ‘neopopulismo’, “devido ao seu nível mais baixo de institucionalização é mais populista do que o populismo clássico em termos de estratégia política” (Weyland, 2001: 16). Além disso, como está sobretudo voltado para os votos e não para a mobilização e a transformação é mais simbólico do que efetivo e, também, “mais representativo que o populismo clássico e mais compatível com a democracia liberal” (Weyland, 2001: 16).

d. Estilo Político

Moffitt considera que há uma tendência geral de desafio ao *status quo* em favor de um sistema democrático baseado na ‘soberania popular’. Nesse sentido: “o momento está maduro para atores políticos astutos, que consigam comunicar eficientemente em nome do ‘povo’, obterem grandes ganhos políticos” (Moffitt, 2016: 10)

Mediante o contexto atual altamente mediatizado, Moffitt atribui relevância aos aspetos da performance do populismo que, como um estilo político consiste:

nos repertórios de performance encarnados e simbolicamente mediados, perante audiências, e que são usados para criar e navegar esferas de poder, que incluem a política, desde o domínio da governação à vida quotidiana (Moffitt, 2016: 37).

As performances políticas são construídas e para isso importa o ator, a audiência e os *media*. O estilo populista refere-se a certos padrões que se verificam na esfera de poder, o qual tem características:

retóricas (incluindo linguagem falada e escrita, argumentação e características do discurso associadas, como o tom, os gestos e a linguagem corporal) e estéticas (incluindo imagens, modas, apresentação, design e ‘encenação’) (Moffitt, 2016: 46).

Segundo o autor, as componentes principais do populismo são, “o apelo do ‘povo’ versus a ‘elite’, ‘más maneiras’, e uma crise, o colapso ou uma ameaça” (Moffitt, 2016: 38).

As ‘más maneiras’ correspondem a uma “retórica coerciva e ao desprezo pelos modos ‘próprios’ para agir na esfera política” (Moffitt, 2016: 52). Esta serve para apelar ao ‘povo’ e apresentar urgência nos assuntos. Varia na sua forma, conforme o contexto, mas inclui “o uso de calão, insultos, evitar o politicamente correto, demonstrações exageradas e ‘coloridas’” (Moffitt, 2016: 52).

As performances políticas não dependem de políticas ou posições ideológicas e inserem-se num espectro, que vai de um estilo político mais tecnocrático ao mais populista: “enquanto que os populistas empregam performances emocionais e apaixonadas, os tecnocratas procuram a neutralidade emocional e a ‘racionalidade’ (Moffitt, 2016: 55). A diferença entre estes é que “os populistas procuram invocar e atuar num contexto de crise, colapso ou ameaça, e os tecnocratas procuram representar um contexto de estabilidade e de progresso tangível” (Moffitt, 2016: 55).

Para Moffitt o estilo populista não tem que ser fruto de uma ideologia: “a ideologia e o estilo político não são mutuamente dependentes um do outro, nem são [...] o mesmo” (Moffitt, 2016: 48). No que toca ao populismo como discurso, esta é uma abordagem muito específica e como estilo político passa a ser mais abrangente, inclusive no que toca às formas de comunicação:

as abordagens discursivas focam-se principalmente no ‘conteúdo’ discursivo e tem uma tendência para colocar de parte as formas como o ‘conteúdo’ é apresentado, enquadrado, representado, promulgado ou divulgado, enquanto que o estilo político é sensível a essas características (Moffitt, 2016: 48).

e. Estilo de Discurso

Hawkins define o populismo como um estilo discursivo maniqueísta “que identifica o ‘bem’ com uma vontade unificada do povo e o ‘mal’ com uma elite [...]” (Hawkins, 2009: 1042). Tem, portanto, uma componente moral e cultural: “a voz do povo é a voz de Deus – *vox populi, vox dei*” (Hawkins, 2009: 1043).

Para o autor, de acordo com a ideia de Rousseau de vontade geral, no populismo a soberania encontra-se no povo, o qual através do discurso encontra o seu interesse comum e este é constituído numa forma que representa a sua vontade. Esse discurso assume uma lógica de confrontação, na qual há “uma preocupação em descobrir e identificar um inimigo, pois é esse o processo que ajuda a constituir, por oposição, o povo” (Hawkins, 2009, 1044).

Hawkins considera que o discurso é o atributo que define o populismo e que este não contém a precisão das ideologias clássicas. Assim, vê-o como um “discurso, no seu sentido pós-moderno, que combina elementos tanto de ideologia como de retórica” (Hawkins, 2009: 1045). Apesar de se assemelhar, o populismo não é uma ideologia plena porque é constituído apenas por ideias latentes e é vago em termos de políticas: “o discurso populista é como uma ideologia, no sentido de que contém um conjunto de crenças fundamentais sobre como o mundo funciona, e pretende convencer os seus apoiantes à ação política” (Hawkins, 2009: 1045).

Segundo Hawkins o discurso populista possui sobretudo uma qualidade subconsciente que se manifesta na linguagem de quem o utiliza. A retórica populista implica uma crença firme

nela devido ao seu caráter inflamatório e à sua noção radical da democracia que impedem que ela seja facilmente fingida. Se os intervenientes não acreditarem e partilharem o discurso populista ele perde o seu significado pois, “em última instância, as ações são ‘populistas’ devido ao significado que lhes é atribuído pelos participantes, não por causa de alguma qualidade objetiva inerente a elas” (Hawkins, 2009: 1047).

O autor entende que “o problema de todas as definições de populismo é que estas não se concentram na medição ou fazem-no de forma altamente imprecisa [...]” (Hawkins, 2009, 1047). Apesar da sua definição mínima, a vantagem da abordagem ao populismo como discurso é que se podem utilizar métodos qualitativos na sua análise e, assim, é “mensurável de forma válida e confiável” (Hawkins, 2009: 1046).

2.2. Tipos de Autoridade

A esfera política, independentemente do tipo de sistema, move-se em torno de um eixo dominante fundamental, o ‘poder’. Este é manifestado através de fórmulas protocolares e discursivas, da representação de imagens e da manipulação de símbolos. Segundo esta lógica, para Max Weber todas as estruturas de organização social funcionam de acordo com uma lógica de dominação que separa quem governa e quem obedece. Quando a dominação é entendida como legítima, o que não depende necessariamente de motivos racionais, de direitos, ou de justiça, considera-se que esta possui autoridade. A fundamentação legítima, “deve-se à necessidade muito geral de todo o poder, e até de toda a oportunidade de vida, da autojustificação.” (Weber, 2004: 197). Nesse sentido, um ator político para governar legitimamente enfrenta um paradoxo:

[tem que] parecer acima de nós (imagem de estadista), para que confiemos nele para governar e, ao mesmo tempo, parecer ‘como nós’ (pessoa normal), para que possa afirmar que nos representa e que o próprio é um cidadão autêntico (Wood, Corbett, Flinders, 2016: 581).

Portanto, quanto mais vincada a percepção de legitimidade na esfera pública, ou seja, que esta creia na existência de uma relação de poder justa com quem governa, menos será alvo de contestação.

A noção de legitimidade do poder implica um consentimento voluntário em ser-se governado, pelo que se prende com a noção de 'autoridade', a qual Max Weber definiu como:

a possibilidade de encontrar obediência a uma ordem determinada, que pode assentar em diferentes motivos de acatamento: pode ser condicionado apenas pela situação de interesses, [...]. Ou, além disso, mediante o simples 'costume', pela habituação monótona à ação tornada familiar; ou pode ser justificado pela tendência puramente afetiva, simplesmente pessoal do governado" (Weber, 2005: 1).

A autoridade pode manifestar-se em diferentes formas. Max Weber elaborou um modelo chamado 'três tipos puros de poder legítimo', no qual dividiu as formas de dominação legítima em: 'autoridade tradicional', 'autoridade legal-burocrática' e 'autoridade carismática'. Estas dificilmente ocorrem nas suas formas puras, mas são úteis para compreender a influência que os elementos que as constituem têm nos sistemas políticos.

Na 'autoridade tradicional' o poder é normalmente adquirido por hereditariedade, e legitima-se através da tradição. Esta autoridade é irracional e opõe-se à mudança, portanto, pretende a perpetuação do *status-quo*. A sua manifestação mais evidente verificou-se no feudalismo.

A 'autoridade legal-burocrática' é racional porque se baseia em leis, normas e procedimentos. Neste caso, a obediência deve-se a um conjunto de princípios e, por isso é de cariz impessoal. Ocorre frequentemente nos Estados modernos e em diversas organizações.

A 'autoridade carismática' provém de um indivíduo que é visto como extraordinário. É pessoal, irracional, instável, efêmera e de difícil transmissão. É facilmente distinguível em regimes autoritários e meios religiosos. Este conceito, pode proporcionar:

categorias analíticas importantes no estudo de uma variedade de fenómenos 'extraordinários' que ocorrem nas democracias modernas, como o (neo)populismo, o desenvolvimento de movimentos sociais e a contenção de massas, a emergência de radicalismos e de políticas insurgentes, etc. (Pappas, 2006: 1).

Atualmente, no que alguns chamam de momento 'pós-democrático', existe um sentimento generalizado 'antipolítica' ou 'antissistema', ou seja, de desconfiança do público em relação aos sistemas e às elites políticas tradicionais, sendo a sua autoridade posta em causa. Isto abriu espaço para que sejam contestados: "nos dias de hoje a autoridade vem em embalagens de pequeno tamanho e com um prazo de validade muito reduzido" (Furedi, 2010: 496). Neste contexto, os populistas surgem como alternativa, com uma forte capacidade de provocar a polarização do eleitorado.

Os políticos populistas, quando possuem autoridade carismática, possuem uma forte capacidade de comunicação e de gerar atração para mobilizar e arregimentar várias camadas de cidadãos. A sua expressão mais significativa ocorre nos momentos de eleições ao arrecadarem votos para ascenderem ao poder. Estes indivíduos revelam-se hábeis para liderar, influenciar e legitimar movimentos sociais, cruzadas morais e campanhas políticas.

No presente momento, este tipo de políticos representa um polo de atração objetivo com o qual os indivíduos se conseguem identificar facilmente, ao contrário do que acontece relativamente às normas legais e burocráticas, de um sistema político complexo, que por sua vez, em democracia, tende a gerar a alienação dos eleitores.

Muitos assuntos, como as mudanças climáticas, as epidemias e as crises financeiras exigem soluções com autoridade. No entanto, há uma sensação geral de desconfiança relativa ao seu exercício por parte das instituições tradicionais, pelo que se torna mais fácil confiar em certos indivíduos do que numa autoridade mais 'abstrata'. Neste contexto, as pessoas voltam-se para os indivíduos com autoridade carismática como alternativa às instituições tradicionais: "o stress que resulta de uma crise leva as pessoas a filiarem-se e a procurar líderes fortes" (Pillai, 1995: 334).

A sociedade moderna ocidental assenta num sistema de democracia representativa e numa burocracia complexa, realidades que Weber classifica como racionais. A sua ideia de carisma puro conflitua com essa racionalidade. Existe um conflito permanente entre estas duas tendências:

a racional, que se opõe ao carisma, que exige a participação ativa no processo político e que produz alienação quando isto não é possível [e a] irracional que deseja um líder carismático, natural ou manufaturado, que tome totalmente conta do indivíduo e reintegre a sociedade num único grupo, fraterno, coeso e cooperante (Glassman, 1975: 635).

Neste conflito, o ímpeto do processo de racionalização prevalece. Este denota a desmistificação e secularização da sociedade, e pretende anular ou, no mínimo, atenuar o carisma. Weber chamou a isto o 'desencantamento do mundo', traduzindo a ideia de que, na modernidade, a 'magia' seria suprimida: "de outra forma ela causa desajustamento dos indivíduos ou uma disfunção total do organismo social" (Hansen, 2001: 106).

A dominação burocrática cria uma estrutura social cada vez mais complexa e provoca o aumento contínuo da hierarquia e da diferenciação: "as burocracias agem para manter e desenvolverem-se a si próprias; ganham uma vida (ou racionalidade) própria" (Hansen, 2001:

105). Isto representa uma dificuldade à obtenção de consentimento político racional, como a escolha de liderança e a limitação política, que entram, assim, em declínio. Consequentemente, no ocidente, “a democracia parlamentar já não é vista, por grandes segmentos destas sociedades, como um veículo real para a participação racional” (Glassman, 1975: 635).

A autoridade legal, na sua essência, representa a institucionalização de estatutos e “ganha legitimidade [racional] simplesmente porque as pessoas aceitam o facto de que em sociedades de grande escala, precisam de ser feitas tarefas complexas” (Glassman, 1975: 615). Neste contexto, o carisma político “quando não é totalmente descartado como um fenómeno pré-democrático, [...] é censurado como uma patologia que complica a democracia e compromete a sua função” (Pappas, 2006:1).

Na dominação carismática o comprometimento dos indivíduos ocorre “através de um vínculo forte com o líder, [no sistema burocrático] dá-se com um conjunto de regras e de formas hierárquicas de exercício da autoridade que representam o status quo” (Pillai, 1995: 332). Ainda assim, a autoridade carismática coexiste em versões atenuadas com a autoridade burocrática. Dessa forma, não está ultrapassada nem é necessariamente antidemocrática, pode até ser visto como fundamental à vitalidade da democracia.

2.2.1. A Autoridade Carismática

O primeiro uso do termo ‘carisma’ remete ao Novo Testamento e indica um dom ‘da graça de Deus’ (Weber, 2005: 11). Weber baseou-se nessa referência, desproveu-a do seu teor teológico e imprimiu-lhe um matiz político distinto, cunhando, assim, um ‘termo de poder’. A ‘autoridade carismática’ imana de um indivíduo que é visto como extraordinário. É pessoal, irracional, instável, efémera e de difícil transmissão.

Weber considera que o carisma é ‘a grande força revolucionária da história’ e um veículo fundamental para a ‘libertação do homem’. Definiu-o como:

certa qualidade da personalidade de um indivíduo, em virtude da qual é considerado extraordinário e é tratado como se dotado de poderes ou qualidades sobrenaturais, super-humanas, ou pelo menos

especificamente excepcionais. Estas são assim por não serem acessíveis à pessoa comum, ao invés, são vistas como de origem divina ou exemplar, na base das quais o indivíduo em questão é tratado como um 'líder'. [...] Como a qualidade em questão é ulteriormente julgada, seja de um ponto de vista ético, estético, ou de outro, é [...] totalmente indiferente para os propósitos de definição. O que importa é somente como o indivíduo é considerado pelos que estão sujeitos à autoridade carismática, os seus 'seguidores' ou 'discípulos'. (Weber, 2004: 323)

A emergência de um líder carismático, de acordo com Weber, prende-se com uma missão e exige a comprovação constante das suas qualidades. Se falhar constantemente nessas questões, ou seja, se parecer que foi "'abandonado' pelo seu deus, ou despojado da sua da força heroica e da fé das massas na sua qualidade de chefia, desvanece-se o seu poder" (Weber, 2005: 9). O dom e a missão de um líder com autoridade carismática estão em tensão permanente, se um desses aspetos falhar a sua credibilidade é seriamente abalada.

O mecanismo de ação utilizado pelo líder carismático é o de 'enquadramento simbólico', que consiste em construir narrativas ideológicas que oferecem "novos significados [...], apresentam novas identidades e papéis [políticos] e sociais, alargam a agenda política, projetam o ideal de uma sociedade boa e justa e desafiam as relações de autoridade existentes" (Pappas, 2006: 11).

O uso do enquadramento simbólico implica criatividade do líder político que através da sua retórica, slogans e táticas, manipula os símbolos existentes e cria novos. Este dirige a perceção das pessoas para quadros de injustiça, que apelam a medos e expectativas presentes na sociedade: são uma "cognição inflamatória e não apenas um julgamento intelectual do que é equitativo" para conseguir causar radicalismo político e mobilizar a ação coletiva (Pappas, 2006: 12). Estes quadros de injustiça são normalmente baseados em "simples oposições binárias que distinguem amigo de inimigo [...] com enorme capacidade para aumentar a solidariedade dentro do grupo e a hostilidade para fora dele" (Pappas, 2006: 12)

A mensagem política de um líder carismático é composta por um conjunto de valores sociologicamente depurados, vistos como relevantes e dominantes, que passam a ser ilustrados e exprimidos por ele. Desta forma, responde à necessidade de natureza social dos cidadãos, de acreditarem que são governados por um princípio moral com importância real cujo teor lhes corresponde individualmente. Através deste processo, o líder carismático conquista apoios e justifica o exercício do seu domínio, o qual se torna socialmente aceite. Seja a sua fórmula política

objeto de uma avaliação racional, ou moral, ou não, o que importa para a validação dos processos de legitimação é a constatação da sua relevância sociológica.

Enquanto que a autoridade legal-burocrática se esforça por ser impessoal e processual e a autoridade tradicional é moderada e conforma-se à tradição estabelecida, a autoridade carismática diverge destes tipos devido ao seu “caráter pessoal de governação e à sua natureza radical” (Pappas, 2006: 6).

O caráter pessoal da autoridade carismática deve-se, segundo Pappas à ‘forma direta’ na relação assumida entre os seguidores e o líder, e ‘não mediada’ por ser este último que cria as redes informais ou estruturas formais, como uma organização ou partido político; ‘à grande paixão emocional que a acompanha’, pois o líder captura emocionalmente as massas e governa graças à sua devoção intensa; à ‘falta de controlo institucional sobre o líder carismática’, seja por regras, normas, procedimentos ou na divisão clara de tarefas (Pappas, 2005: 6).

A natureza radical da autoridade carismática resultada da sua ambição em dismantelar a ordem institucional vigente e a sua estrutura legal-constitucional, colocando-se em oposição vincada a certos aspetos da sociedade, para de seguida instituir uma nova ordem hegemónica. O carisma político é um “recurso de mobilização poderoso com efeitos polarizantes e divisivos” (Pappas, 2006: 7).

Em contexto democrático, a componente radical da autoridade carismática não se pode manifestar “no derrube completo do sistema político (isso equivaleria a uma revolução), nem na simples substituição de um conjunto de políticas por outras (o que seria reformismo político)” (Pappas, 2006: 7). Assim, ocupa um lugar intermédio entre os dois fenómenos e normalmente decorre de forma legal e não violenta.

A emergência da autoridade carismática em democracia ocorre, com maior probabilidade, em situação de crise, mas também, frequentemente, em condições de normalidade política e na presença de instituições democráticas sólidas. Esta aproveita oportunidades em que o sistema vigente se tenha mostrado disfuncional ou deficiente ou então recorre à subversão intencional e sistemática das estruturas sólidas e legítimas da autoridade legal-burocrática.

Se a autoridade carismática surgir em contexto de crise, esta tem que: ser ‘generalizada’, ou seja, manifestar-se como um perigo que afeta uma população inteira e não apenas alguns indivíduos ou grupos, constituindo, assim, um fenómeno social; ser ‘já existente, ou pelo menos

eminente'; produzir 'danos tangíveis e substanciais à população afetada' ou ter o potencial de o fazer (Pappas, 2006: 9).

De acordo com Weber a autoridade carismática emerge "em momentos aflitivos – seja psíquicos, físicos, económicos, éticos, religiosos ou políticos (Weber, 2004: 323). Isto porque, uma "sensação forte de crise e stress está associada a percepções negativas da autoridade da liderança vigente e da ideologia que a suporta" (Pillai, 1995: 335). Como consequência, permite-se o surgimento de novas atribuições carismáticas: "o stress que resulta de uma crise leva as pessoas a filiarem-se e a procurar líderes fortes" (Pillai, 1995: 333). Além disso, as crises propiciam um contexto de oportunidades para os líderes praticarem ações ousadas, que são interpretadas em termos carismáticos e que lhes ganham mais seguidores.

Estas crises são geralmente: a 'guerra', que coloca a soberania da nação em risco; uma 'mudança de regime abrupta', que resulta em caos político, calamidades económicas ou guerra civil; o 'colapso económico generalizado' (Pappas, 2006: 9). Todas representam ameaças contra o bem-estar económico geral, as liberdades sociais e políticas fundamentais e, por vezes, as próprias vidas dos cidadãos.

Crises totais causam a destruição das instituições, desproveem os líderes vigentes da sua legitimidade, do seu apoio social e causam incerteza sobre o futuro. Como consequência, um líder carismático pode conseguir ascender ao poder, com a aprovação explícita ou tácita da população. Este tende a impor duas condições:

exercer o seu poder pessoal sem a obstrução das antigas elites políticas, de compromissos políticos disfuncionais ou de instituições defuntas [e ser apoiado na] imposição de um programa político totalmente novo, que consiste em nada menos que a substituição radical do sistema institucional anterior (Pappas, 2006: 10).

O estabelecimento com sucesso de uma nova ordem política comprova a legitimidade da sua autoridade carismática.

A autoridade carismática, chegando ao poder, de acordo com Weber está sujeita a um processo de 'rotinização' porque é:

"um fenómeno típico de [...] movimentos expansivos da política nos seus estágios iniciais. Mas assim que a dominação é bem estabelecida e, acima de tudo, que exista o controlo sobre grandes massas de população, ele dá lugar às forças da rotina" (Pappas, 2006: 13).

Assim, pode ser rotinizada num sentido racional-legal através da “introdução e solidificação de novas estruturas institucionais” ou estabelecer-se como base para uma dominação tradicional, em prejuízo das instituições democráticas, o que pode levar “à demagogia e à democracia plesbicitaria” (Pappas, 2006: 13).

A autoridade carismática tem o potencial de dar origem a um sistema democrático:

“quando a organização carismática sofre racionalização progressiva, é possível que, ao invés do seu reconhecimento ser tratado como consequência da sua legitimidade, ela seja vista como a base para a legitimidade: legitimidade democrática” (Bernhard, 1998: 10).

Para que a autoridade carismática, através do processo de rotinização se compatibilize com a democracia, os “procedimentos racionais-legais (a limitação por regras do poder) têm que predominar sobre os elementos carismáticos (o exercício pessoal e arbitrário do poder)” (Bernhard, 1998: 13)

A dominação democrática legítima não existe, para Weber, como um tipo ideal em si própria, contém, pelo menos, uma mistura de elementos racionais-legais e carismáticos. Além disso, “todo partido autêntico é um complexo que luta pela dominação em seu sentido específico e, portanto, tem a tendência por mais oculta que seja - de assumir uma estrutura claramente hierárquica” (Weber, 2004: 196)

Weber afirmou que o partido político é o melhor veículo para os líderes políticos acalçar o poder em democracia. Nesse sentido, o momento de maior preponderância do carisma é em contexto de campanha eleitoral, devido à sua função para mobilizar apoiantes e conquistar votos. Aí a natureza da relação entre o líder carismático e os seus seguidores altera-se porque, ao se candidatar a um cargo, transforma o seu carisma em popularidade na procura do apoio necessário para governar: “a obediência dos seguidores é racionalizada em consentimentos regulares periódicos” (Bernhard; 1998: 14). Além disso, neste contexto, o líder carismático deve preocupar-se com “o público geral, que não partilha do mesmo laço que a comunidade carismática” (Bernhard, 1998: 15). Caso seja eleito, o líder carismático passa a ser avaliado por todo o eleitorado com base na sua performance, num contexto de rotina. Assim, “enfrenta os mesmos constrangimentos que qualquer outro funcionário num sistema racional-legal” (Bernhard, 1998: 14).

Em democracia, a “organização burocrática do sistema político nunca conseguiu existir historicamente separada de alguma forma de liderança carismática” (Glassman, 1975: 633). A

burocracia produz e incorpora tipos de ‘carisma manufacturado’, que são versões mais atenuadas e racionalizadas, que permitem a sua acomodação, como o uso de determinadas vestes (togas dos juizes), a implementação de protocolos (cerimónias solenes) e a ostentação (decoração dos edifícios). Ao mesmo tempo, é até argumentável que “o uso da organização burocrática nas sociedades modernas [...] pode consequentemente facilitar a aceitação por parte das pessoas da liderança carismática” (Glassman, 1975: 633).

Em sociedades em grande escala os líderes carismáticos proporcionam uma forma eficaz e até necessária para criar coesão, porque representam um elo de união para os indivíduos, em contraposição a estatutos abstratos, desprovidos de autoridade objetiva:

os problemas das sociedades de grande escala são tão complexos que pressões no sentido de algum tipo de unificação irracional em torno de uma figura ou símbolo se tornam praticamente necessários para reduzir a anomia e o conflito social a níveis controláveis (Glassman, 1975: 636).

Portanto, o modelo de autoridade carismática de Weber:

convida os teóricos sobre a democracia a confrontar de frente a realização desafiante de que a formação de novas subjetividades coletivas – e, *ergo*, a transformação das identidades democráticas – requer um determinado nível de liderança e autoridade pessoal” (Magalhães, 2021: 8).

Como consequência geral deste fenómeno, mas com particular relevância no que toca ao populismo:

a democracia, portanto, oscila entre a promessa inatingível de emancipação coletiva e a necessidade de impedir que tal promessa sucumba para uma divisão-negação de um desfecho autoritário/totalitário (Magalhães, 2021: 9).

2.3. A Relação entre o Populismo e a Autoridade Carismática

Laclau entende que o líder tem um papel fundamental nos movimentos populistas para criar coesão social: “o papel do líder (equivalente ao de um hipnotista) é central para determinar a possibilidade de imitação” (Laclau, 2005: 41). Assim, através de um processo de sugestão centrado na sua figura, leva um grupo de cidadãos a identificarem-se entre si e a agregarem-se:

“a principal qualidade em comum, na qual a identificação se baseia, assenta na natureza dos laços com o líder” (Laclau, 2005: 54).

De acordo com a lógica populista, que estabelece uma divisão entre quem constitui o ‘povo’ e quem está de fora, “a unificação simbólica do grupo em torno de uma individualidade [...] é inerente à formação de um ‘povo’” (Laclau, 2005: 100). É através de um líder que as pessoas fazem as suas reivindicações em relação ao sistema, o que as leva a unirem-se em torno dele. Graças à autoridade carismática “o líder torna-se um criador de símbolos e a sua atividade, deixa de ser considerada como ‘representar’ para o seu eleitorado, e passa a ser identificada com liderança efetiva” (Laclau, 2005: 160). Esta relação incorre no fascismo quando o líder a aproveita para manipular os seus seguidores a ajustarem-se aos seus desígnios.

Para Mudde, o surgimento de movimentos populistas não depende apenas de condições de descontentamento, uma vez que os eleitores populistas se caracterizam pela sua ‘reatividade’ e, por isso, necessitam de ser mobilizados através da iniciativa de um líder populista atrativo que se consiga manifestar eficazmente através dos *media*.

De facto, o sucesso atual dos atores populistas não pode ser separado da tendência geral da emergência de líderes partidários fortes e da existência da comunicação direta entre a liderança partidária e os apoiantes do partido que se desenvolveu nas décadas passadas (Mudde, 2004: 545).

De acordo com Mudde, nas democracias liberais, a autoridade legal-burocrática das suas elites políticas tem sido posta em causa devido a falhas do sistema ou à perceção da sua existência, como consequência:

surge mais espaço para um terceiro tipo de autoridade: o carisma. Apesar de a liderança carismática não ser o mesmo que liderança populista, há semelhanças importantes, e não deverá ser surpreendente que os populistas estejam entre os principais atores que ganham com esta mudança para a autoridade carismática (Mudde, 2004: 556).

Devido a esta dinâmica, “o populismo será uma característica cada vez mais frequente no futuro da política democrática. Irá emergir sempre que secções significativas da ‘maioria silenciosa’ sentirem que a ‘elite’ já não as representa” (Mudde, 2004: 563).

O autor considera que os apoiantes do populismo não rejeitam o sistema democrático mas que não pretendem participar na vida política, querem sobretudo “ser ouvidos no caso das decisões fundamentais, mas, em primeiro lugar, querem liderança. Querem políticos que

conhecem (em vez de 'ouvirem') o 'povo', e que façam os seus desejos tornarem-se realidade" (Mudde, 2004: 558). Assim, concluem que isso só é possível através de um líder extraordinário: "incidentemente, é neste carácter excepcional dos líderes de alguns movimentos populistas, mas [...] não em todos, que a liderança carismática ocupa um papel" (Mudde, 2004: 560). Portanto, para Mudde, a autoridade carismática não define o populismo, mas é comum nas lideranças dos movimentos deste tipo e tem a função de facilitar o seu desenvolvimento.

Weyland, perante a proliferação de fenómenos de movimentos populistas com lideranças personalísticas, considera que "o carisma tende a ser uma característica empírica dos líderes populistas, mas não é um requerimento para a sua definição" (Weyland, 2001: 22).

No populismo, a "conexão entre o líder e os seguidores baseia-se, na sua maioria, em contacto direto, quasi-pessoal, sem intermediação organizacional" (Weyland, 2001: 13). Como consequência, devido à ausência de institucionalização "a lealdade dos seguidores pode evaporar-se rapidamente se o líder falhar em cumprir com as expectativas populares. Tal declínio em popularidade ameaça a estabilidade da liderança populista e ativa o seu colapso" (Weyland, 2001: 13). Assim, a autoridade carismática serve para compensar a relação frágil que ocorre entre um ator populista e a sua massa de apoiantes:

os líderes populistas procuram criar uma conexão particularmente intensa com os seus seguidores. Tal intensidade requer carisma. [Este] significa a capacidade sobrenatural para representar e liderar pessoas, resgatá-las à adversidade, e inaugurar o progresso (Weyland, 2001: 13).

Portanto, "os líderes populistas utilizam a potência do carisma para garantir o seu apoio que é instável" (Weyland, 2001: 14).

O líder populista carismático incute nos seus seguidores a ideia de estar a levar a cabo uma missão para transformar o *status quo*, na qual ele assume um papel preponderante para orientar esse processo. Os seus objetivos passam por "regenerar a nação, combater grupos privilegiados e os seus interesses especiais, e transformar as instituições vigentes 'corruptas'" (Weyland, 2001: 14). Neste processo, eventualmente, para estabilizar a sua liderança, os líderes populistas procuram 'rotinizar o seu carisma' e solidificar a sua massa de seguidores. Além disso, existe a tendência a longo prazo de os seus partidos perderem o carácter populista à medida que são institucionalizados, o que retira importância às propriedades pessoais do líder: "o sucesso político transforma o populismo num tipo diferente de governação que assenta em estratégias não populistas. A liderança populista, assim, tende a ser transitória. Ou falha, ou, se tiver sucesso,

transcende-se a si própria” (Weyland, 2001: 14). Portanto, quando o populismo e a autoridade carismática estão presentes no mesmo caso, tendem a seguir destinos semelhantes:

a relação permanece populista desde que o partido mantenha níveis baixos de institucionalização e deixe margem ao líder para moldar e dominar a sua organização, e desde que a patronagem através de clientelismo lhe permita demonstrar preocupação pessoal pelos seus seguidores e uma capacidade ‘sobrenatural’ para resolver problemas (Weyland, 2001: 14).

Para Moffitt, a escolha por parte de um investigador em se focar “no líder, partido ou movimento, no que toca ao estudo do populismo, é altamente influenciada pelo caso ou região sobre os quais se está a escrever” (Moffitt, 2016: 61). No entanto, “nestes tempos mediatizados, é o líder que deve ser o foco principal ao estudar o fenómeno [porque é ele] a figura que representa e cria ‘o povo’ dentro do populismo” (Moffitt, 2016: 59).

As razões para a escolha do líder como o elemento principal do populismo contemporâneo prende-se com facto de que “os líderes individuais são, sem dúvida, os símbolos mais visíveis e proeminentes do populismo hoje em dia” (Moffitt, 2016: 62). Além disso, verifica-se agora que “um número significativo de partidos políticos funciona como pouco mais do que ‘partidos pessoais’” (Moffitt, 2016: 62). O autor considera que internacionalmente há cada vez mais semelhanças entre os tipos de lideranças populistas apesar da variedade de tipo de movimentos e de partidos.

Ainda que os movimentos populistas contemporâneos não comecem sempre a partir de um líder, nem resultem inevitavelmente em partidos políticos formais com um líder distinto, Moffitt atribui um papel central à liderança no que toca ao populismo porque:

enquanto conseguimos imaginar o populismo sem um partido [...], ou o populismo sem um movimento (ou seja, um político que afirma falar em nome do ‘povo’, mas sem uma base popular que o apoie), é bastante difícil imaginar o populismo contemporâneo sem alguma forma de liderança (Moffitt, 2016: 63).

Moffitt realça que existem inúmeros casos de ‘política missionária’ que combinam uma liderança populista com um apelo de salvífico, ritualização, mitologia e visões milenares” (Moffitt, 2016: 71). Isto está de acordo com a ideia de que o líder tem uma “função simbólica que vai além da mera articulação – no populismo, o líder não representa apenas ‘o povo’, mas é na verdade visto como encarnação do ‘povo’” (Moffitt, 2016: 71). Assim, em democracia, o populismo pode

ser visto como uma forma de reconciliar a política e estimular a unidade do 'povo' através da autoridade carismática de um líder.

Na opinião de Hawkins o populismo costuma estar associado a líderes que criam e galvanizam o movimento. Um dos riscos que acarreta quando combinado com a autoridade carismática é que:

a sua dissidência e o seu desprezo pela tolerância o leve a desvalorizar as normas de procedimento e os direitos das minorias que nos protegem da tirania da maioria, pelo que pode incorrer no totalitarismo quando associado a líderes carismáticos que afirmam incorporar a vontade do 'povo' (Hawkins, 2009: 1046).

De acordo com Pappas, o carisma político é importante para prever o sucesso dos movimentos populistas e “a ausência de liderança carismática é um possível motivo que serve de explicação para quando os partidos populistas não são capazes de ganhar terreno nalguns países” (Pappas, 2016: 378).

Segundo Pappas, considerar que um ator populista tem autoridade carismática depende da sua natureza e dos seus objetivos. Estes devem caracterizar-se por:

“uma autoridade pessoal do líder no que toca tanto à organização interna do seu partido e ao seu apelo aos seguidores do partido, [e este] transmitir uma mensagem que consiste num apelo para quebrar radicalmente com a ordem estabelecida” (Pappas, 2016: 379).

Para Pappas o populismo e a liderança carismática têm uma ligação inevitável, mas “quando ela existe, a liderança carismática é um fator causal importante para o sucesso dos partidos ou movimentos populistas. Quanto mais forte o carisma da sua liderança, maior a probabilidade de os partidos populistas prosperarem política e eleitoralmente” (Pappas, 2016: 386). O que inclui não só o apoio popular, mas também a gestão do poder político: “os partidos populistas sem um líder carismático veem-se com uma dificuldade enorme em manter o poder a longo prazo” (Pappas, 2016: 387).

Portanto, de acordo com Pappas, “a probabilidade de sucesso dos partidos populistas no futuro estará bastante dependente do carisma político dos seus respetivos líderes (Pappas, 2016: 388).

2.3. Os *Media* e o processo de Personalização da Política

Uma análise, na ciência política, da relação de um ator populista ou de um líder carismático com o eleitorado, atualmente, deve ter em conta o papel dos *media*, porque nas democracias ocidentais tem ocorrido um fenómeno de personalização de política provocado pela:

“centralidade das relações públicas e das agências de gestão mediática, em moldar formação os discursos nos *media* e em desenvolver o indivíduo como uma ‘marca de identidade’, que pode ser utilizada para promover um conjunto de produtos ou ideias” (Boyle, Kelly, 2010: 334).

Portanto, os *media*, hoje em dia detêm uma forte influência, na área política, ao promoverem e legitimarem os atores políticos e mediar a sua interação com o público.

Durkheim considerava que a sociedade tem um centro moral ‘totémico’ que consiste “nos sentimentos e nas ideias coletivas que a unem e criam a sua personalidade” (Hendriks, 2017: 359). Se a religião era predominante nesse centro, atualmente é possível argumentar que houve uma evolução e os *media* passaram a ocupá-lo ou criam a impressão de que o representam. Dessa forma, controlam um monopólio do poder simbólico e conferem-lhe legitimidade nas sociedades modernas:

debaixo das pressões reais de centralização [em sociedade] está um núcleo de ‘verdade’, um centro ‘natural’ que devemos valorizar como o centro da ‘nossa’ forma de vida, dos ‘nossos’ valores. Este é o *mito do centro*, e está ligado a um segundo mito, o de que os *media* têm uma relação privilegiada com esse ‘centro’, como um sistema altamente centralizado de produção simbólica, cujo papel ‘natural’ é de representar ou enquadrar esse ‘centro’. Chama-se a isto o *mito do centro mediado* (Hendriks, 2017: 360).

Os *media* incutem a ideia de representarem o ‘centro da sociedade’ e influenciam culturalmente a formação de valores nos cidadãos o que, conseqüentemente, altera a forma como estes discernem as competências dos políticos: “na sociedade contemporânea, saturada pelos *media*, o capital simbólico, o poder de definir, alocar e exibir o que conta como realidade, concentra-se profundamente nas instituições modernas dos *media*” (Hendriks, 2017: 355).

Certas personalidades, por associação com os *media*, parecem fazer parte do centro moral e, portanto, obtêm proeminência e influência na sociedade. Atualmente, através dos *media*, os atores políticos tanto podem estar estabelecidos na área política e procurarem aumentar a sua influência e atratividade, como podem ter a proveniência noutras áreas e procurarem instrumentalizar o seu protagonismo convertendo-o em apoio político. Devido a este processo,

cada vez mais, a “comunicação política é vista como um ramo do mundo do espetáculo” (Wood, Corbett, Flinders, 2016: 584).

Os atores políticos, na sua apresentação e comunicação, têm vindo a adotar técnicas de marketing, desenvolvidas pela indústria do entretenimento, para obterem protagonismo: “conscientemente procuram adquirir uma imagem de celebridade ou associarem-se a indivíduos que possuam esse status” (Furedi, 2010: 496). Há, portanto, um esbatimento entre os conceitos de político e de *showman*, de eleitorado e de audiência: “os domínios da cultura popular e da cultura política foram erodidos através da migração de estratégias de comunicação e de relações públicas das indústrias de entretenimento para a organização do espetáculo da política” (Marshall, 1997: 51).

Mediante o processo de personalização da política, um ator político, na persecução do poder, de forma a legitimar-se, vê-se perante a necessidade de encontrar um equilíbrio entre “parecer, comum e extraordinário, ao mesmo tempo, para apelar ao ‘povo’. [Ou seja], do ‘povo’ e simultaneamente além do ‘povo’” (Moffitt, 2016: 60). Se, por exemplo, ele conseguir cultivar a ideia de que é um ‘messias político’ isso confere-lhe uma conotação com o extraordinário. Ao mesmo tempo, se for hábil em colocar-se como um ‘*outsider*’ relativamente ao sistema e às elites políticas e em contacto com as pessoas comuns, irá parecer como alguém do ‘povo’: “quanto mais se conseguirem desassociar do estilo tecnocrático da ‘política do costume’, melhor” (Moffitt, 2016: 66).

Os *media*, por um lado, permitem aos atores políticos populistas mostrarem-se como fortes e assertivos, sobretudo nos programas e entrevistas tradicionais, por outro, passar a ideia de autenticidade e estabelecer uma conexão com o público. Ou seja, esse processo passa por duas vias: “procurarem ser vistos como líderes ‘*superstar*’” (Wood, Corbett, Flinders, 2016: 584), destacando o seu carácter e os seus talentos, e “procurarem ser vistos como ‘em contacto’ com as pessoas normais, mais mundanos, mais normais, mais vulgares” (Wood, Corbett, Flinders, 2016: 584). Se esse equilíbrio for bem conseguido, atingem o objetivo de construir um protagonismo pessoal que apele a uma massa da população. Ele será “o resultado de um cuidadoso planeamento, encenação e roteiro, os quais dependem de uma equipa de profissionais e de um conjunto de recursos mediáticos: apresentar-se como comum e como extraordinário não ocorre num vácuo” (Moffitt, 2016: 76).

Recentemente, a emergência das redes sociais permitiu aos atores políticos interagirem de forma mais direta, imediata e não mediada com os cidadãos. Elas são fundamentais para capitalizar a atenção do público: “numa sociedade marcada pelo excesso de informação, de dados e de conhecimento, a atenção torna-se o recurso escasso” (Hendriks, 2017: 357).

3. Metodologia

A metodologia consiste na forma segundo a qual um fenómeno é estudado, com a finalidade de se construir um conhecimento válido sobre ele. Ela orienta quanto às decisões a serem tomadas no que toca aos métodos de recolha e tratamento de dados para que estes melhor se adequem à investigação:

[a metodologia é o] processo de tradução de algo que se considera problemático ou intrigante em algo sobre o qual seja possível recolher dados válidos e realizar inferências convincentes, constituindo um design de pesquisa (Schmitter, 2016: 577).

A definição de um modelo de análise depende do conhecimento prévio que o investigador tem sobre o objeto de estudo, o que caracteriza essa realidade em concreto, as perguntas que quer ver esclarecidas e, do seu ponto de vista, os objetivos que se propõe alcançar, as fontes de informação disponíveis, os recursos necessários e a própria situação em que ele se encontra:

[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista (Lakatos e Marconi, 2003: 83).

A metodologia submete-se às intenções do plano de trabalho e ao desenvolvimento de cada capítulo da dissertação. Assim, justifica-se, nesta investigação, o recurso à pesquisa bibliográfica, à consulta, análise e citação de alguns autores para construir o enquadramento conceptual e teórico do objeto de estudo: “os métodos de recolha e os métodos de análise dos dados são normalmente complementares e devem, portanto, ser escolhidos em conjunto, em função dos objetivos [...]” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 227). Depois é necessário passar para a pesquisa de fontes diretamente relacionadas com o tema da investigação, a partir das quais se fará a recolha e tratamento de informação sobre o objeto de estudo:

para que o investigador não se perca na ‘floresta’ das coisas escritas, deve iniciar o seu estudo com a definição clara dos objetivos, para poder julgar que tipo de documentação será adequada às suas finalidades (Lakatos e Marconi, 2003: 176).

3.1. Questão de investigação

Para haver um fio condutor que circunscreva o campo de estudo e que previna desvios ou contradições no processo de uma investigação, ou seja, que a estruture com consistência, é importante formular uma pergunta de investigação, tendo em conta o estado da arte sobre a matéria em estudo:

[...] a pergunta de partida constitui normalmente um primeiro meio para pôr em prática uma das dimensões essenciais do processo científico: a rutura com os preconceitos e as noções prévias (Quivy e Campenhoudt, 2005: 34).

Numa investigação que recorre a uma metodologia qualitativa, ao mesmo tempo que a pergunta deve ter o cuidado de não criar um campo de pesquisa demasiado abrangente, ela deve também ser suficientemente aberta para permitir uma exploração adequada.

A ação de problematizar e de, posteriormente, operacionalizar a investigação, está dependente da pergunta de partida, ainda que esta possa inicialmente ser provisória, pois é ela que determina os objetivos do trabalho:

[...] uma boa pergunta de partida visará um melhor conhecimento dos fenómenos estudados e não apenas a sua descrição (Quivy e Campenhoudt, 2005: 43).

A pergunta de investigação, segundo Quivy e Campenhoudt, deve cumprir determinados critérios: o da clareza, que concerne à sua precisão e ao seu modo de formulação; o da exequibilidade, que depende do estabelecimento de objetivos realistas; o da pertinência, na medida em que seja adequada à compreensão do fenómeno que se pretende estudar.

De acordo com os pressupostos estabelecidos, tendo por base o fenómeno populista português do 'venturismo', que corresponde, mais concretamente, ao partido Chega, sob a liderança de André Ventura, esta investigação orientar-se-á pela seguinte questão:

Qual a importância da liderança de André Ventura no projeto político do Chega?

3.2. Hipóteses de Investigação

Subjacente à pergunta de investigação, é pertinente enunciar hipóteses de pesquisa que auxiliem esse processo e que realcem possíveis caminhos a seguir:

A organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor, sem por isso sacrificar o espírito de descoberta e de curiosidade que caracteriza qualquer esforço intelectual digno deste nome (Quivy e Campenhoudt, 2005: 119).

As hipóteses de investigação são pressuposições, sobre o comportamento dos objetos de estudo, que complementam o fio condutor estipulado pela pergunta de investigação e que ajudam a responder à mesma. Estas operam em dois sentidos, têm como função ajudar na seleção dos dados pertinentes para a investigação, contra os quais elas serão testadas, e servem também para validar ou não o próprio modelo de análise:

apresentando-se como critério de seleção dos dados, as hipóteses são, por isso mesmo, confrontadas com estes dados. O modelo de análise que exprimem pode assim ser testado (Quivy e Campenhoudt, 2005: 120).

De acordo com Lakatos e Marconi, as hipóteses são o enunciado geral de relações que existem entre variáveis. Elas devem cumprir certos critérios como, serem formuladas tendo em vista uma solução provisória do problema em questão, terem um carácter explicativo ou preditivo, serem compatíveis com o conhecimento científico (coerência externa), revelarem consistência lógica (coerência interna) e, ainda, serem passíveis de verificação empírica. Assim, a hipótese constitui “uma suposta, provável e provisória resposta a um problema, cuja adequação (comprovação = sustentabilidade ou validade) será verificada através da pesquisa [...]” (Lakatos e Marconi, 2003: 126).

Tendo em conta as orientações enunciadas, mediante a problemática abordada neste estudo, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: *O Chega é um projeto político populista centrado numa liderança carismática.*

Hipótese 2: *O Chega é um instrumento ao serviço das ambições políticas de André Ventura.*

Hipótese 3: *A propaganda do Chega assenta na promoção da figura de André Ventura.*

3.3. Os Métodos

Os métodos contribuem para a qualidade científica de uma investigação e permitem que esta possa ser reproduzida. Além disso fornecem “um elemento interno de ‘controlo de qualidade’ – desde que [...] as medidas usadas sejam válidas, i.e., capturem as características da variável que for utilizada para uma eventual explicação” (Schmitter, 2016: 595).

No âmbito desta investigação serão utilizados predominantemente métodos qualitativos, uma vez que estes são mais compatíveis, do que os métodos quantitativos, com o modelo teórico-conceitual que será empregue na análise dos processos humanos e sociais que compõem o fenómeno em questão.

Os métodos qualitativos privilegiam a subjetividade ligada aos processos sociais, estando por isso associados a uma lógica interpretativista, a qual se foca em expor os construtos sociais. Por sua vez, os métodos quantitativos estão tradicionalmente ligados ao paradigma positivista, de acordo com o qual a realidade é objetiva e constituída por factos observáveis, pelo que a aplicação do método científico se limita a expor e confirmá-los.

A aplicação de um paradigma interpretativista permite colocar a ênfase nos comportamentos, nas intenções e nas motivações dos atores, ou seja, nas suas experiências subjetivas.

Em suma, é necessário que a opção pelo uso de métodos qualitativos e quantitativos (ou de uma combinação adequada de ambos) seja coerente, tendo em conta a problemática e o objeto em estudo. O mais importante é “a conceptualização do tópico, e não as alegadas virtudes superiores de uma ou de outra forma de medição” (Schmitter, 2016: 596).

3.4. Recolha e Tratamento de Dados

Para recolher informações sobre este tema e para responder aos objetivos desta investigação, recorrer-se-á a diversas fontes, que contêm informação referente ao espaço de tempo compreendido entre 2019 e 2022, como os documentos oficiais do partido, debates políticos,

intervenções parlamentares, discursos e entrevistas em que o líder do Chega participou, publicações suas nas redes sociais e *outdoors*.

No trabalho de recolha e tratamento de dados é fundamental o processo de conceptualização: “conceptualizar um tópico envolve inevitavelmente traduzir as palavras que o rodeiam, nas sociedades ou políticas ‘reais e existentes’, em variáveis” (Schmitter, 2016: 582). Transformar os conceitos em variáveis significa atribuir-lhes um *status*, nesse processo é “importante distinguir entre aqueles que são operacionais, ou não, em relação ao tópico escolhido” (Schmitter, 2016: 582).

De forma a operacionalizar um conceito, numa análise de conteúdo, é necessário um processo de desconstrução do mesmo, para que com as suas componentes expostas, de forma mais objetiva, seja possível aplicá-lo de forma rigorosa e sistemática a um fenómeno real: “[...] construir um conceito consiste primeiro em determinar as dimensões que o constituem, através das quais dá conta do real” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 122). De seguida é possível determinar os indicadores através dos quais essas dimensões poderão ser medidas: “os indicadores são manifestações objetivamente observáveis e mensuráveis das dimensões do conceito” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 122). Portanto, o processo de operacionalização dos conceitos, através da sua transformação em indicadores mensuráveis, é imprescindível:

quanto mais elevados estiverem os conceitos usados em termos de abstração – e, presumivelmente, quanto mais amplo for o seu alcance de aplicação – mais difícil será fazer observações convincentes sobre a sua presença num caso específico ou num conjunto de casos (Schmitter, 2016: 593).

Numa investigação em ciências sociais, é necessário conhecer os atores através da descodificação das ideias explícitas, mas também das implícitas no seu discurso. Há que ter em conta que o conteúdo explícito no discurso é fruto de um processo de racionalização que visa atingir certos objetivos ao ser acedido/descodificado pelos destinatários:

os aspetos formais da comunicação são considerados indicadores da atividade cognitiva do locutor, dos significados sociais ou políticos do seu discurso ou do uso social que faz da comunicação” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 227).

Uma vez que as ideias e as intenções reveladas pelos atores nem sempre são as defendidas, é nas incongruências e no discurso mais espontâneo que se encontra uma maior aproximação às suas ideias reais e às suas intenções autênticas. Elas são procuradas através da

confrontação do conteúdo de diversos discursos e podem revelar a ‘verdade’ que o ator político não quer assumir.

Um ator político populista será bem ou mal sucedido, quanto à adesão do público ao seu sugestionamento, na medida em que consiga entender as características, ou o conjunto de referências, que compõe os quadros mentais dos recetores das suas mensagens. Dessa forma pode prever as reações deles ao nível do processamento cognitivo e, assim, adaptar o seu discurso e o seu estilo de acordo com os efeitos desejados. A sua mensagem, na medida em que for entendida e acolhida de forma positiva, tem a qualidade de convencer; se pelo contrário, for valorada negativamente, deverá ser rejeitada. A análise e interpretação da dialética e da relação que se estabelece entre o emissor e os recetores é essencial para compreender o fenómeno que se pretende estudar no seu todo:

As observações sociológicas incidem sobre os comportamentos dos atores, na medida em que manifestam sistemas de relações sociais, bem como sobre os fundamentos culturais e ideológicos que lhes subjazem. Neste sentido, o investigador pode estar atento ao aparecimento ou à transformação dos comportamentos, aos efeitos que eles produzem e aos contextos em que são observados, como a ordenação de um espaço ou a disposição dos móveis de um local, que cristalizam sistemas de comunicação e de hierarquia (Quivy e Campenhoudt, 2005: 196).

A hermenêutica das fontes passará por um processo de análise e interpretação através da realização da crítica interna, ou seja, confrontando o discurso do autor consigo mesmo, e da crítica externa, o que passa pelo cruzamento de fontes dos mesmos autores cujo conteúdo seja comparável. Assim, com a análise de conteúdo pretende-se criar conhecimento relativo ao tema de estudo, indo de encontro às exigências da questão orientadora.

3.5. Modelo de Análise

De acordo com uma lógica interpretativista, baseada em métodos qualitativos, será aplicado um modelo de análise, que articula a conceção do populismo como estratégia política, de Kurt Weyland, com o modelo da autoridade carismática de Takis Pappas. As duas partes que o compõe são explicadas de seguida.

a. Estratégia Política Populista

Sobre o populismo não há, neste momento, uma definição consensual, como tal, cabe ao investigador fazer uma opção metodológica relativamente à abordagem teórica que considera mais adequada ao fenómeno em estudo.

Será adotado, nesta investigação, o modelo da estratégia política populista de Kurt Weyland, de acordo com o qual, “um líder personalista procura ou exerce poder político baseado no apoio direto, não mediado e não institucionalizado, de uma grande massa de apoiantes, na sua maioria, não organizados” (Weyland, 2001: 14).

A estratégia política populista pressupõe que os atores políticos agem com o objetivo fundamental e estratégico de obtenção de poder, através da conquista de apoio, nomeadamente com a mobilização das massas. Nesse sentido, o populismo consiste nos “meios para construir e/ou manter poder político baseado na mobilização de uma massa de apoiantes” (Barr, 2018: 54).

Através deste modelo é destacada a natureza personalística, antissistema e *top-down* da mobilização populista, que ocorre de forma bastante direta e que resulta na criação de instituições partidárias organizadas com o intuito de conferir poder a um indivíduo.

Dentro da abordagem política, o aspeto central do populismo concerne a atores políticos com um comportamento orientado para objetivos. O populismo é, primeiro, um meio para um fim; em segundo, este meio pode ter características retóricas, organizacionais e/ou outras” (Barr, 2018: 49).

A abordagem ao populismo como estratégia política foca-se no comportamento dos atores políticos, ao invés das abordagens ideacionais ou discursivas, pelo que permite sobretudo uma explicação concentrada na realidade, com valor prático. Como tal, o estudo pode incidir mais facilmente sobre o modo de atuação desses mesmos atores e, de uma forma secundária, também desocultar as suas motivações e objetivos. Além disso, a “abordagem política pode atravessar circunstâncias nacionais contrastantes, posições económicas e políticas variáveis, diferentes constituições sociais e ainda permitir uma comparação analítica efetiva” (Barr, 2018: 50).

A abordagem do populismo como estratégia política, “sugere um líder oportunista que está no coração do populismo, não uma visão do mundo” (Barr, 2018: 50). Ao se preocupar com

o *modus operandi* dos atores políticos é, portanto, ideal para desconstruir percepções sobre os mesmos.

b. Autoridade Carismática

Partindo das considerações originais de Max Weber sobre a autoridade carismática, assim como de autores mais recentes, este conceito será operacionalizado de forma a que constitua um recipiente que contenha factos válidos e que permita perceber se um ator político se perfila como um líder carismático:

muitos dizem que há uma arte em fazer política e não é um exagero assumir que é necessária uma habilidade relativamente rara para cultivar uma massa base de apoiantes – daí a frequente citação da noção de carisma (Barr, 2018: 55).

Takkis Pappas define a autoridade carismática como:

um tipo distinto de liderança legítima que é pessoal e que pretende a transformação radical de uma ordem institucional estabelecida. [Esta definição contém] as características nucleares da liderança carismática [...] mas permanece aberta relativamente às suas causas, aos seus mecanismos e aos seus resultados” (Pappas, 2016: 380).

Para determinar se um ator político preenche os requisitos necessários que permitam considerar que ele possui autoridade carismática será aplicado um modelo de análise de Pappas, o qual se divide em três níveis: o conceito da autoridade carismática, duas categorias de análise subjacentes, que são o personalismo e o radicalismo, e dois indicadores associados a cada uma delas.

No que toca ao personalismo, deve haver evidências de uma centralização do poder no líder, ou seja, um forte controlo da sua parte sobre o partido ou movimento, e uma relação não mediada entre ele e os seus apoiantes⁵.

Quanto ao radicalismo, devem existir indícios de que o líder e a sua organização procuram subverter o sistema vigente, ou seja, conseguir uma alteração profunda do *status quo*, através de

⁵ Ausência de burocracia, regras ou procedimentos, no partido político, para moderar a relação entre o líder e o seus apoiantes.

atos de deslegitimação. Conseqüentemente, deverá haver manifestações de ambição, por parte do o ator político, de constituir um novo sistema político.

Para melhor clarificação, o modelo de análise que será aplicado ao estudo da autoridade carismática encontra-se evidenciado na seguinte tabela:

Tabela 1 – Autoridade Carismática

Nível I	Conceito	Autoridade Carismática			
Nível II	Categorias	Personalismo		Radicalismo	
Nível III	Indicadores	Centralização do poder no líder do partido;	Relação não mediada entre o líder e os seus seguidores;	Tentativa, por parte do líder, de subversão do sistema vigente, através de atos de deslegitimação;	Ambição do líder de constituir um novo sistema;

4. Análise das Fontes

4.1. Os Documentos Oficiais do Chega

4.1.1. Programa Político de 2021

A criação de um programa político é uma formalidade a que todos os partidos têm que se submeter para que os cidadãos sejam informados dos valores que eles pretendem defender e das propostas políticas que ambicionam aplicar. Como tal, inevitavelmente, certas posições, os valores, a ideologia, determinadas ambições e o modo geral de funcionamento do partido acabam por ser relativamente bem definidos no respetivo programa.

Ao longo do programa do Chega nota-se, ainda que de forma mais implícita, a lógica populista de apontar para uma divisão entre o ‘povo’ ou os ‘portugueses de bem’, e o ‘outro’, o Estado, o socialismo e as consequências nefastas que supostamente deles advêm.

O Chega, no seu programa, reclama para si o papel central de reformar o sistema democrático português e assume uma missão de teor quase messiânico para defender a sociedade de todo o tipo de instituições públicas que considera estarem a prejudicar e a oprimir os cidadãos. Assim, o partido distingue-se em relação aos restantes como aquele que será capaz de levar este processo a cabo: “o Chega protege a autonomia das instituições contra as fontes de toxicidade institucional, em particular a intromissão das instituições do campo político (partidos políticos, movimentos sociais, ativismos, organizações politizadas, ideologias) na autonomia das instituições dos demais campos da vida social” (PP, 2021: 5).

O ‘reformismo’ é umas ambições principais declaradas pelos partidos do tipo radical. A reforma que o Chega pretende efetuar tem como propósito manifestado de ‘melhorar a vida coletiva’. A conduta estabelecida no programa para atingir esse fim, é de o fazer através dos meios democráticos e sem o recurso à violência: “em exclusivo pela via pacífica, constitucional, política, eleitoral, democrática. Tal significa a rejeição liminar de caminhos revolucionários e de todas as manifestações de violência política. (PP, 2021: 6). Caso isto seja comprovado na prática, já que é uma das condições que distingue o radicalismo do extremismo.

No programa é muito vincada a distinção entre o que significa seguir uma orientação política à direita (benéfico) ou à esquerda (prejudicial), respetivamente: “porque o primado da autorresponsabilidade e o primado da vitimização instituem universos existenciais moralmente incompatíveis” (PP, 2021: 6). De acordo com essa ideia, é justificada a posição ideológica do Chega na direita, mas fora do extremo: “o Chega é um partido político em exclusivo de direita por razões morais e, pelas mesmas razões, rejeita toda e qualquer conotação com qualquer espectro político extremista e fundamentalista” (PP, 2021: 6).

O cuidado em assumir esta posição pode, no entanto, fazer parte de uma estratégia de comunicação considerada mais conveniente no sentido de abrir caminho para o poder, uma vez que dessa forma evita ‘assustar’ uma parte do potencial eleitorado.

O programa do Chega procura designar o socialismo como o ‘outro’ e, por consequência da sua prática, o Estado funciona como um instrumento de opressão. Este, de acordo com o Chega, tem visto o seu poder reforçado, devido à lógica socialista, pelo que o partido atribui a esta dinâmica a responsabilidade por uma condição negativa em que entende que o país se encontra: “a corrupção tornou-se um problema nacional devido à importância que o socialismo vigente atribui ao Estado. A corrupção é mais frequente no setor público do que no setor privado [...]” (PP, 2021: 19).

O programa acusa o socialismo, de raízes soviéticas, de operar numa lógica de vitimização causando fragmentação social, conflito e opressão de uma parte da população: “[com este] modelo de ordem social, [...] disseminado pelo mundo, uma parte dos indivíduos e coletivos, que se autodefinem como vítimas ou oprimidos, possui legitimidade para instrumentalizar essa condição remetendo, para fora da sua consciência, para fora da sua própria condição humana, encargos pelo seu destino sobrecarregando a outra parte da sociedade ou do mundo, a acusada de opressora.” (PP, 2021: 4). Segundo o Chega, este modelo socialista “gera sociedades esterilizadas pela conflitualidade social, falência de instituições, instabilidade social e política, corrupção, criminalidade, falhanço económico, totalitarismos e autoritarismos de diversa índole, entre os quais o controlo político da linguagem” (PP, 2021: 4).

O partido estabelece no seu programa que este processo social que tem sido levado a cabo pelo socialismo deve ser revertido para uma ordem tradicional conservadora, em que a família tem um papel nuclear como ‘instituição primária do poder’, pois para o partido esta é “a célula base que garante a preservação, renovação e socialização da ordem moral e da cultura

cívica, daí ser a família que prepara a estabilidade social e política” (PP, 2021: 10). A concepção de família a que o Chega se refere, de acordo com o programa, assenta na ‘relação íntima entre uma mulher e um homem’ e no primado da autoridade parental.

Seguindo a lógica ‘venturista’ de distinção dos ‘portugueses de bem’, no artigo ‘87. Estado Pessoa-de-bem’, é declarada a ambição de incorporar o Estado nesse grupo, ou seja, de trazê-lo para o lado do bem, da justiça e da integridade: “o Chega propõe-se a tornar o Estado uma pessoa de bem, que cumpre escrupulosamente as promessas que faz, respeita os compromissos que assume e honra pontualmente os contratos que celebra” (PP, 2021: 20).

Paradoxalmente, e em clara incongruência relativamente aos princípios atrás enunciados, sobre a instrumentalização do Estado pelo socialismo para transformar a sociedade, o Chega afirma (se não explicitamente, pelo menos implicitamente) que pretende instrumentalizar o Estado ao serviço da restauração de uma sociedade tradicional e conservadora. Aliás, é essa restauração que o Chega chama ‘reformismo’. A questão de fundo, para o Chega, é, portanto, que os princípios que atualmente regem o funcionamento do Estado português não estão de acordo com os pretendidos pelo partido.

Também em concordância com a lógica populista, é feita uma diferenciação entre tipos de comunidades designadas de ‘superiores’ e de ‘inferiores’, de acordo com a qual, as primeiras devem ‘educar’ as segundas, o que remete para questões de preconceito ou até mesmo de racismo. O Chega aborda esta questão de forma mais indireta, dentro da sua definição de qual deve ser o papel do Estado em relação à questão da ‘subsidiodependência’. É previsível que o programa estando em linha com o discurso de Ventura se refira sobretudo à comunidade cigana: “uma comunidade de ordem superior não deve, por princípio, interferir na vida interna duma comunidade de ordem inferior, substituindo-se a ela e privando-a da sua autorresponsabilidade e competências, mas deve antes encorajá-la e apoiá-la em caso de necessidade, e ajudá-la a coordenar a sua ação com a de outras componentes sociais, com vista ao bem comum. [...] O Chega reconhece o papel fundamental do Estado em áreas vitais da Sociedade, [...] mas rejeita qualquer forma de desresponsabilização e dependência, ambas causadoras de uma crónica destruição do tecido social” (PP, 2021: 8).

De acordo com Max Weber a legitimidade democrática assenta sobretudo nos processos que derivam da autoridade burocrática, os quais permitem gerir as atividades complexas e em larga escala da sociedade, o que, no sistema português depende do Estado. O Chega defende, no

seu programa, o 'Estado mínimo', ou seja, uma redução muito substancial do papel do Estado em favor de um aumento de importância da responsabilização individual, assim assume uma certa aversão à burocracia: “[...] assume-se a premissa de os cidadãos agirem de boa-fé. Provado não ser esse o caso, a punição deve ser verdadeiramente dissuasora. A clareza e simplicidade do princípio é, por natureza, contrária à burocracia, esta sustentada na presunção de que o cidadão assume permanentemente a posição de tentar ludibriar o Estado” (pp, 2021: 7).

O Chega pretende desvincular o cidadão do Estado, o qual, segundo o partido deve assumir-se como uma figura paternalista para com a sociedade e limitar as suas funções a um papel de regulador, promotor da justiça e de um bom entendimento entre os cidadãos: “a Sociedade submete-se à autoridade tutelar do Estado para que este garanta dois princípios essenciais à sua sustentabilidade: a boa gestão dos recursos comuns e a solidariedade entre os seus membros” (PP: 2021, 7). Um Estado caracterizado como ‘guardião do interesse geral’ ou detentor de uma ‘autoridade tutelar’ pressupõe uma organização da comunidade que vai de encontro ao tipo de autoridade tradicional estipulado por Weber. Com esta, é a autoridade carismática que ganha um terreno mais propício ao seu desenvolvimento, em detrimento de uma organização de cariz burocrático.

André Ventura assume como sua vontade que o Chega seja um partido de bases populares. No programa é reforçada a ideia de haver uma legitimidade de tipo popular, pelo que apenas a partir dela pode surgir qualquer tipo de consentimento político: “política é tudo o que resulta das relações entre a Sociedade e o Estado. A Sociedade é a fonte de toda a legitimidade e delega no Estado o poder tutelar para ser protegida pelo Estado e do Estado. Daí a legitimidade do Estado ser indissociável dos limites à sua ação impostos pela Sociedade” (PP: 2021, 7). Ao contrário da maioria dos partidos que se focam mais nas questões económicas e nas preocupações materiais dos cidadãos portugueses, o Chega aposta muito numa vertente política que anda em torno das questões dos valores, da sociedade, dos indivíduos e do papel do Estado.

O programa do Chega se, por um lado, defende os processos democráticos e de que nenhuma matéria deva ser dogmática: “a sociedade é sinónima da democracia plena, sendo concebida como o espaço aberto da vida coletiva liberto de hierarquias, onde todos têm voz no momento e modo que tomem por adequado, onde tudo pode ser negociado, discutido, colocado em causa.” (PP, 2021: 5), por outro lado, assume como vontade do partido incutir determinados valores e estabelecer uma nova hierarquia na sociedade, organizada de acordo com a família, as empresas (mercado e o setor privado) e, em último, o Estado: “hierarquia, autoridade e ordem

são princípios institucionais fundamentais, uma vez que as instituições existem para regular as atitudes e os comportamentos dos seus membros” (PP, 2021: 5). Nesse sentido, atribui às forças de segurança a função imperativa de garante da ordem que o Chega ambiciona implementar, pelo que considera haver “razão para ser intransigente no respeito pela autoridade moral dos corpos policiais” (PP, 2021: 13). Isto aponta no sentido de se servir da ‘violência legítima’ do Estado para impor os valores morais e a ordem social que defende.

O Chega, no seu programa, revela algumas preocupações sobre o sistema democrático e apresenta soluções para elas, mais ou menos aprofundadas, de acordo com os seus princípios. É perceptível, no entanto, uma visão muito polarizada das temáticas ao longo do documento, o que, conseqüentemente, leva o partido para a defesa de soluções radicais. Este parece sobretudo investido em combater certas dinâmicas políticas a que se opõe, sem, no entanto, oferecer uma fundamentação rigorosa para isso, e em simplificar os processos sociais, de acordo com uma vertente conservadora e tradicional. Esta lógica, com a ambiguidade e as posições mais extremadas que dela resultam, torna fácil o estabelecimento de suspeições duvidosas sobre as motivações partido.

Por fim, fica a ideia de que o programa do Chega parece ter a função de, mais do que orientar ideologicamente a sua ação política, justificar as suas práticas e acomodar as diferentes posições ideológicas dos membros que o constituem, à medida que o partido se vai desenvolvendo. No seu preâmbulo afirma que, desde a sua formação em 2019, “viu alargadas [...] as sensibilidades sociais filiadas aos seus ideais. Considerando que o partido político passou a ocupar o âmago dos processos de renovação da democracia portuguesa [foi aprovada] a adequação do programa político aos desafios do seu crescimento nacional” (Programa Político, 2021: 3). De tudo isto sobressai que a indefinição é a maior aliada do Chega, a qual ele manterá o mais possível durante a autoproclamada missão ‘reformista’. Isto porque lhe convém, de acordo com a estratégia populista que emprega, limitar-se ao discurso na sua relação com os eleitores, para que um maior número deles se identifique com o partido. O diálogo entre o Chega e a grande maioria dos eleitores não é feita através do programa, mas sobretudo através do discurso político proferido por André Ventura. Numa visão global do programa do Chega fica-se com uma ideia bastante clara sobre a ideologia que professa este partido. Isto retira-lhe bastante ambiguidade e flexibilidade, dificultando a sua capacidade de alterar certas ideias e práticas consoante as necessidades internas ou o ‘inimigo’ mais imediato.

4.1.2. Declaração de Princípios

Na declaração de princípios do Chega sobressaem duas preocupações principais do partido, que reincidentem ao longo do documento em vários pontos, são elas: o papel do Estado, que para o partido deve ser mínimo, principalmente na economia, com o intuito de reverter o que o partido chama de ‘sistema de extorsão fiscal transformado em ‘terrorismo de Estado’; a forma como Portugal deve lidar com a integração dos imigrantes, perante o que o Chega considera uma situação atual de ‘fracasso do multiculturalismo da imigração’. Fora destas questões é mencionado na declaração, “o papel decisivo desempenhado pela Igreja Católica” na sociedade portuguesa, a ambição do Chega de reforçar o sistema judicial, a necessidade percebida pelo partido do “combate à corrupção” e a sua intenção de promover o princípio da subsidiariedade.

4.1.3. Manifesto Político

O manifesto político do Chega abre com a declaração: “o Chega assume-se como um partido nacional, conservador⁶, liberal⁷ e personalista”. Nele é utilizada uma linguagem mais explícita do que no programa político e, portanto, mais próxima, do que se vê no discurso oral do partido, sobretudo através das intervenções de André Ventura.

O Chega assume-se como um partido insurgente, capaz de fugir ao ‘politicamente correto’ (o que considera que faz parte, num plano geral, de uma ‘censura institucionalizada’) e à estagnação do sistema político português, que já não será capaz de responder ao descontentamento crescente dos cidadãos. Para o partido, existe uma “mentalidade formatada pelo ‘politicamente correto’ que é hoje a dos partidos do sistema, incapazes de se renovar perante a contínua insatisfação dos eleitores que deveriam representar”.

⁶ Nos costumes.

⁷ Na economia.

De acordo com o Chega, em Portugal, desde o 25 de Abril, que uma oligarquia se apropriou do Estado para 'saquear o povo'. Graças a um sistema democrático decadente e através de uma burocracia opaca, mantém-se no poder e utiliza o Estado como uma "máquina de assalto ao cidadão". O partido propõe-se acabar com essa situação e fazer justiça: "[o Chega] não aceita uma oligarquia que, sob os trajes de uma falsa aristocracia, arremedo republicano de uma corte voraz, vai buscar uma ténue réstia de legitimidade ao voto cansado e desiludido de cada vez menos portugueses. Para esta oligarquia, que há quarenta e quatro anos vive encerrada em si própria, e entre si distribuindo prebendas, cargos e mais valias vai CHEGAR a hora de prestar contas aos portugueses".

Para levar a cabo a sua missão reformista do sistema, o Chega pretende reunir o apoio e tornar-se porta-voz dos descontentes, assim como dos que desistiram da política e dos que estão desconfiados dela: "o Chega está aqui para mobilizar os muitos descontentes [...] É para dar voz ao descontentamento e meter ombros a essa mudança que aqui estamos". Nesse grupo, que o partido considera detentor de reivindicações legítimas e que pretende liderar, inserem-se 'os portugueses de bem': "o Chega veio, ainda, para reunir. Reunir as boas vontades dispersas e reunir todos os que, legitimamente, estão convencidos de que 'não vale a pena'; reunir aqueles para quem a política é função de gente promíscua e desonesta para redimir, com eles, essa política tão maltratada e tão mal representada".

No manifesto político do Chega, as componentes do radicalismo do partido manifestam-se de forma vincada. É exprimida e transmitida aos cidadãos uma perceção de falta de legitimidade no sistema vigente e é declarada expressamente a ambição de implementar um sistema novo, o qual se materializaria na 'IV República'. O partido justifica essa motivação colocando o ónus da culpa de uma suposta má situação nacional naqueles que considera os seus opositores (o 'outro') e, portanto, também inimigos do 'povo'. Seguindo essa lógica, o Chega coloca-se como o partido capaz de enfrentar os malfeitores e de criar um novo sistema. O seguinte parágrafo define este aspeto de forma sucinta e objetiva: "O Chega não é, nem será nunca apenas 'mais um' partido a integrar o sistema político que nos asfixia, mas trás consigo um núcleo de valores indispensável para a inversão do estado de decadência e degradação a que o regime democrático português chegou. O Chega não é o colete de salvação da III República. Pelo contrário o Chega trás, consigo, a IV República, tutelando uma Nação assente numa Constituição ideologicamente neutra, no primado de um Estado de Direito forte assente sobre o império da Lei e inflexível na exigência da

limitação e separação de poderes e, por fim, mas não em último, no fim da ditadura dos grupos de interesse, das elites, das minorias e da sua impunidade, tudo aquilo até onde nos trouxe a III República.”.

O Chega considera que a burocracia, instrumento com o qual o Estado opera, ganhou vida própria, sendo, neste momento, um entrave ao desenvolvimento do país e o responsável por vários dos problemas nacionais: “o monstro burocrático em que se transformou o Estado português é uma das principais causas para o desemprego de longa duração, para a emigração e para o atraso competitivo da economia portuguesa”. Tendo isso em conta, o partido parece ambicionar, com a remoção da burocracia, que isto abra um espaço que será preenchido pelas tradições culturais portuguesas. Na conceção de ‘portugueses de bem’ de André Ventura, a organização da sociedade que daí surgiria seria a ideal para o país.⁸ O Chega entende que em Portugal o Estado foi aprisionado, desde a queda do Estado Novo, pelo socialismo e por determinadas elites políticas, as quais, concentradas em ver os seus interesses satisfeitos são, na verdade, as responsáveis por uma situação económica negativa em que se encontra o país. O partido pretende convencer os eleitores para que lhe seja atribuído o papel de liderar uma operação política em nome do ‘povo’ português, que no campo económico será feita com recurso ao liberalismo, para acabar com o *status quo* mantido pelo ‘outro’: “Contra a inércia colaborante dos partidos políticos do sistema [...] TODOS os partidos do sistema, sem exceção, passaram quarenta e quatro anos a alimentar alegremente o monstro predador. Desinteressadamente? Os portugueses sabem bem que não [...]”

Apesar do discurso incisivo utilizado no Manifesto, o Chega faz questão de que este não seja entendido como uma apologia à revolução e, conseqüentemente, procura afastar as críticas das quais seria alvo caso apontasse nesse sentido: [...] sobre isso não subsistam quaisquer dúvidas, [o Chega] preza e mantém plena confiança no sistema democrático. Contudo, e precisamente para que esse sistema se possa manter vivo e de boa saúde, o Chega irá proceder a uma profunda remodelação na sua estrutura, reduzindo os cargos políticos”. Esta característica distingue os partidos radicais dos extremistas, dada a opção pelo ‘reformismo’ legal, de forma a substituir o sistema vigente. Também está de acordo com a defesa, que o partido faz, do Estado mínimo.

⁸ No entanto, se entendermos que o tipo de instituições públicas e o seu funcionamento refletem a cultura de um determinado país, então esta poderá estar na raiz dos problemas que elas manifestam.

O sistema judicial é fundamental para a missão do Chega, pois o partido considera que a sua atuação passa por retirá-lo de um estado de descrédito em que se encontra atualmente perante os cidadãos. A sua remodelação tem como objetivo estabelecer uma ordem renovada e acabar com o que o Chega chama de ‘cultura de impunidade’. Mais especificamente, o partido pretende reforçar as punições para os crimes mais ‘chocantes’ e, com destaque também, para os políticos acusados de corrupção. Parece haver uma correlação entre o tipo de crimes em que o Chega se foca, os casos judiciais que dá como exemplo e a proporção de cobertura mediática que estes recebem. De acordo com a sua ideia de sociedade tradicional, parece haver uma apetência para a promoção da ‘condenação pública’: “o Chega propõe-se introduzir alterações decisivas na nossa legislação penal. Encontra-se entre nós instalada uma cultura de impunidade que, a manter-se, irá continuamente reforçando o sentimento de desconfiança dos cidadãos face à justiça e sua aplicação. Reintroduziremos a pena de prisão perpétua para crimes bárbaros e horrendos que chocam a comunidade e propiciam um fortíssimo sentimento de perturbação constante da paz e da ordem pública”.

No que toca ao setor económico e para justificar a sua componente liberal, o Chega, no seu manifesto, afirma que “nasceu para reduzir o Estado às suas funções mínimas essenciais, com uma redução drástica da sua asfixiante presença na vida da República, como o principal responsável que hoje é pela burocratização da economia e pela usurpação fiscal imposta”. De acordo com o partido, por culpa do socialismo o Estado tem funcionado de uma forma injusta para com os cidadãos, alimentando uma divisão entre os que trabalham e produzem valor, e os ‘outros’, que propositadamente vivem à sua custa e prejudicam a sociedade: “A solidariedade fiscal não pode ser, e connosco nunca será, sinónimo de esbulho a quem produz para benefício de quem, perfeitamente apto a produzir, nada faz limitando-se a desbaratar alegremente o produto da ‘redistribuição””. Portanto, o Chega é contra a função redistributiva do Estado que entende como um mecanismo vicioso do socialismo. Pressupõe-se que o partido efetuará cortes em ministérios que tenham essa função, como o da educação e o da saúde, ou seja, no Estado social.

Também é mencionada a importância do setor da educação para a reforma que o Chega quer fazer. Isto porque, de acordo com o Manifesto, o que se verifica na atualidade em Portugal, é que o Estado o terá transformado num mecanismo que formata os cidadãos em função de uma sociedade controlada por ele de acordo com a lógica socialista. Segundo o partido, o Estado tornou a educação “estatizada, marxista e totalitária” e através dela procura legitimar “o direito de ser capataz quando não mesmo senhor, dono, proprietário das pessoas”.

De acordo com o Chega existe má gestão, falta de ordem e conflito social no país: “a fragilização da República a que assistimos nos dias de hoje, nomeadamente a corrupção no Estado, o enfraquecimento das forças de segurança e dos laços de solidariedade dentro da comunidade”. O partido, através da reforma que pretende efetuar, prevê corrigir o funcionamento do Estado, estabelecer uma ordem renovada na sociedade, e unificar novamente a comunidade portuguesa numa configuração tradicional e conservadora.

Ainda que exista uma discussão interna ao partido, sobre a adoção do conceito de ‘nacionalismo’ ou de variantes menos conotativas, o Chega, oficialmente, assume-se convictamente como nacionalista. Este evoca e distingue a história de Portugal, as vicissitudes do ‘povo’ português e o papel do país à escala global: “O Chega nunca pedirá desculpa por nós, portugueses, existirmos, termos existido e pretendermos continuar a existir pelos séculos a vir”. De acordo com esta ideia, o partido assume como missão ‘restaurar’, através dos processos legais, a nação e a manifestação natural do seu ‘povo’: “o Chega veio para, de forma transparente, democrática, corajosa e eficaz, devolver Portugal aos portugueses; devolver os portugueses a Portugal, mas, acima de tudo, devolver o Portugal de hoje ao Portugal de sempre”. A componente nacionalista do Chega é compatível com a sua estratégia política, assente na perceção de falta de legitimidade do sistema vigente, e na ambição de instaurar um novo, inserindo-se, assim, no radicalismo da autoridade carismática de Ventura.

Por fim, o Chega justifica-se como ‘personalista’ de uma forma breve e pouco clara: “porque como como alfa e ómega da atuação política coloca o Homem, e não o Estado”. Esta frase parece significar que a política, na visão do Chega, não deve incidir sobre o Estado mas sim sobre os indivíduos.⁹ Este princípio pode abrir caminho para a acumulação de poder num determinado número de cidadãos, em detrimento das instituições públicas. O que, em última instância, abre a possibilidade para que um só ator político, sobretudo no contexto dos regimes presidenciais, como o que o Chega pretende instaurar, reclame para si a legitimidade de governação. Esta lógica está de acordo com o modelo de sociedade tradicional e conservadora que o partido pretende que exista, e com a forma como tem desenrolado a atuação do Chega, assente que está nos discursos e ações do ator político André Ventura. Portanto, existem aqui

⁹ “Personalismo refere-se à dominação do reino político por um indivíduo singular. A personalidade do líder tem um impacto colossal nas políticas e nos desfechos, muitas vezes superando as instituições e as regras. Na política contemporânea, tipicamente associamos este tipo de governação a regimes autoritários. Nesse tipo de autocracia personalista, o líder governa na ausência de constrangimentos de outros atores: nem o partido político do líder (caso exista) ou o aparato de segurança exercem controlo independente. As escolhas políticas, por sua vez, refletem as vontades do governante” - <https://www.cnas.org/publications/commentary/how-personalist-politics-is-changing-democracies> (consultado em 20/03/2022)

evidências atuais sobre o personalismo do partido, assim como a sua ambição de transpor a mesma lógica para o plano geral da política. Isto remete para os indicadores da categoria do personalismo da autoridade carismática, nomeadamente a centralização do poder no líder do partido e a existência de uma relação não mediada entre o líder e os seguidores.

4.2. Os Debates Televisivos para as Eleições Presidenciais e Legislativas

A análise dos debates para as eleições presidenciais de 2021 e para as legislativas de 2020, é pertinente no sentido de compreender a forma de atuação de André Ventura no contexto de campanha, o que ajuda a compreender melhor o funcionamento da sua estratégia populista. Há que ter em conta que as campanhas para estas eleições ocorreram quando o ator político era líder do Chega e seu deputado único, pelo que as dinâmicas de obtenção de apoio para o partido assentavam de forma quase exclusiva na sua autoridade carismática. Um pormenor importante é que estes debates televisivos foram o meio de promoção principal dos candidatos presidenciais e dos partidos devido ao contexto pandémico em que ocorreram, o qual dificultava a utilização dos restantes meios tradicionais.

4.2.1. Promoção Pessoal e do Partido

Os debates presidenciais funcionaram, para Ventura, como forma de promoção pessoal, assim como ensaio e plataforma de lançamento para as eleições legislativas que se realizariam no prazo de alguns meses. Assumindo à partida que a corrida eleitoral estaria ganha por Marcelo Rebelo de Sousa, Ventura pôde encarar estes debates com a ideia de que haveria pouco a perder. Quando questionado se seria essa a sua estratégia, de usar as eleições presidenciais como um trampolim para as legislativas, Ventura respondeu que “no caso do Chega [...] é até presidencialista, no sentido em que entende que é o Presidente que deve liderar o Estado. Por isso faz todo o sentido que eu me candidate a Presidente da República. Isto tendo em conta

evidentemente que hoje em dia é no parlamento segundo as regras da constituição, que o regime pode mudar” (DP com VS). Apesar de pretender estabelecer um sistema presidencialista, Ventura admite que para tal primeiro é necessário que se façam alterações constitucionais, o que só é possível com dois terços da Assembleia da República, pelo que a via para concretizar essa ambição teria que começar através das eleições legislativas.

Ventura assume uma preferência pelo sistema presidencialista porque entende que nesse caso as eleições funcionam como uma forma de democracia quase direta. Além disso valoriza a sua vertente mais personalista: “é a eleição mais clara de todas, aqui não há jogos de bastidores, não há maiorias negativas, aqui os portugueses vão votar em quem querem que lidere o Estado, poupávamos milhões em custos aos contribuintes, em órgãos e ministérios, [...] o sistema presidencialista é mais simples, é direto e tem uma vantagem, as pessoas votam, sabem em quem estão a votar e escolhem o seu homem, era isso que eu gostava de ver [...] a única ditadura que eu quero é a ditadura em que os portugueses de bem são pela primeira vez reconhecidos como tal” (DP com MRS).

Ao longo dos debates Ventura frequentemente fala na terceira pessoa para destacar a sua figura: “eu não vejo o João Ferreira a dizer nada sobre isso. Não vejo o Bloco de esquerda a dizer nada sobre isso. Só vejo o André Ventura a dizer sobre isso [...]” (DP com JF). Por outro lado, coloca-se a si e ao seu partido na posição de vítima: “têm dito que a primeira coisa que vão fazer é ilegalizar o Chega. Só falta dizer, prender o André Ventura, mandá-lo para Peniche¹⁰ ou para outro sítio qualquer [...]” (DP com MRS).

O ator político recusa a ideia de que Donald Trump seja uma referência para ele: “[...] não, não é nenhuma referencia. A minha referência são homens como Sá Carneiro, como o Papa João Paulo II” (DP com VS). Além disso, entende que é o seu carácter antissistema que lhe dá protagonismo e, assim, mostra que conscientemente procura satisfazer uma procura política existente no eleitorado português: “uma outra sondagem mostrava que o que os portugueses valorizam em mim é a capacidade de rutura, a vontade de fazer uma rutura [...] mostram que este regime precisa de uma limpeza” (DP com MRS).

O líder do Chega, referindo-se a ações suas, procurou destacar-se como alguém justo, altruísta e de princípios morais vincados para, dessa forma, se distinguir da restante classe política

¹⁰ Prisão para onde eram enviados os opositores políticos do Salazarismo.

perante o eleitorado e ser identificado como alguém do ‘povo’: “eu era deputado e podia ter recebido uma vacina prioritária como aliás o Sr. Primeiro Ministro [...] o Presidente da Assembleia da República, como o Presidente da República e outros, muitos meus colegas deputados e governantes foram a correr vacinar-se. Policias, bombeiros, professores, ainda não estavam vacinados. Eu deixei-me ficar para trás. Eu não fui a correr tomar uma vacina para salvar a minha saúde. [...] o que eu não aceito [...] era eu ser prioritário em relação a milhões de portugueses que nos estão a ver e que não compreendiam que um político tivesse prioridade sobre os outros cidadãos”. (DL com PS) ou “então o Sr. deputado como deputado até ia beneficiar disso. Eu? Eu que propus reduzir o salário dos deputados na Assembleia da República e dos governantes é que ia beneficiar com isso, eu estou à vontade nessa matéria Sr. primeiro ministro porque eu já propus de todas as maneiras possíveis que os nossos salários dos dois baixassem para acompanharmos os portugueses [...]” (DL com PS).

O caráter pessoal antissistema de Ventura ficou evidenciado ao longo dos debates: “eu não gosto desta constituição. Não gosto de não sei quantos deputados” (DP com JF). Em congruência com isso promoveu também o Chega nesse sentido: “é a primeira vez que em democracia um partido no parlamento diz que é contra esta constituição e contra este regime” (DP com VS). Ventura entende que a sua posição contra o sistema lhe permite afirma-se como a ‘voz do povo’: “todos têm que ter voz, mas há uns eleitores [...] que não têm tido voz e muitos desses são aqueles que nos subúrbios de Lisboa e do Porto, ou das grandes cidades, das metrópoles têm sentido que o Estado os abandonou. Têm sentido que olha para o lado em matéria de segurança e criminalidade, parece que só o André Ventura falava nisto, afinal é um problema sério à volta das cidades” (DP com VS). O Chega tem, para o ator político, um papel fundamental para ‘desmascarar’ os partidos do sistema: “os portugueses têm que saber o que o Livre representa em Portugal [...] o chega quer ser governo, mas quer sobretudo, desmascarar como fizemos com o Bloco de Esquerda” (DP com Livre).

Caso fosse eleito, Ventura, de acordo com a sua lógica populista, distingue o tipo de Presidente que seria: “eu nunca vou ser presidente dos traficantes de droga, dos pedófilos, [...] dos que vivem à conta do estado, com esquemas de sobrevivência paralelos enquanto os portugueses de bem pagam os seus impostos [...]. Um Presidente da República, na minha perspetiva, antes de mais tem que dar um sinal a esses portugueses porque foram esses portugueses, são esses portugueses que sustentam a economia portuguesa [...] (DP com MRS). Também diferencia o Chega em relação aos restantes partidos do sistema: “Porque nós não

estamos aqui por lugares, nos estamos aqui para fazer a mudança que Bloco, PCP, PSD, CDS não conseguiram fazer em duas décadas” (DL com BE).

Ventura recusa a ideia de que ele e o partido sejam duas entidades inseparáveis, sem oferecer, no entanto, alternativas concretas à sua liderança. Deixa também a ideia implícita de que prevê manter o seu cargo de forma indefinida: “não, há certamente [...] muito mais. Aliás, [...] o Chega deve ser hoje o terceiro maior partido português, em número de militantes, à volta disso [...] é o maior crescimento na história da democracia, de sempre [...] E eu acho que isso deixa ao André Ventura uma tranquilidade muito grande de que no dia em que sair, e esse dia há de chegar, deixará um partido consolidado no Parlamento [...]. Agora, eu ainda sou jovem, não estou à espera de sair tão depressa e espero que os militantes do Chega também não me deem esse veredito tão depressa” (DP com TM).

O fenómeno do Chega, de acordo com Ventura, surge em consonância com um movimento internacional, pelo que o partido terá um papel fundamental nele: “eu acredito que os tempos estão a mudar, basta ver pela Europa toda [...]. Acredito que há aqui um movimento de transformação [...] eu acredito que a breve trecho o Chega será fundamental ou para um governo ou será capaz de eleger um Presidente da República e é isso que levará à transformação do regime” (DP com VS). Nesse sentido, o ator político considera-se do lado ‘certo’ da história, o que não acontece no caso dos seus adversários políticos: “há candidatos que representam as elites e temos de facto nestas eleições alguns, desde o atual Presidente [...] à candidata Ana Gomes. Há candidatos que não representam o povo” (DP com VS). Para Ventura, devido a esta dinâmica é uma questão de tempo até o Chega conseguir concretizar os seus objetivos: “quanto mais tempo nós tivermos de campanha mais eu vou ganhar, mais as pessoas vão perceber que a mensagem é esta, mais vão perceber que estamos do lado certo da história e não do lado do socialismo que tem destruído o país” (DP com AG). Portanto, Ventura assume ter uma missão pessoal: “eu quero a alma portuguesa e quero reconstruí-la. Quero fazer dela e deste país um grande país na Europa. Quero um sonho de que ninguém tenha que emigrar para um país para ter condições melhores” (DP com TM).

Para levar a cabo as transformações sistémicas que pretende efetuar, o líder do Chega procura exaltar o ‘povo’: “eu quero chegar sobretudo ao povo português [...] não foram as elites que me elegeram para o parlamento basta ver as áreas onde o voto foi predominante” (DP com VS). O ator político pretende obter o apoio das massas para que seja atribuído poder político: “não

é nenhuma força que nos vai levar ao colo, nem nenhum presidente. Foi o povo que saiu à rua para votar contra o sistema” (DP com MRS). Ventura mostra-se concentrado sobretudo em conquistar o eleitorado de direita: “Marcelo está completamente desacreditado à direita e isso favorece-me muito. Se o povo de direita sair para votar como eu espero [...] eu acredito que o André Ventura terá uma segunda volta com Marcelo” (DP com VS). Ventura beneficiou de uma fraca competição no espaço à direita que contribuiu para o seu objetivo de se consolidar como a figura capaz de representar o ‘povo’ e, também, de unificar a direita.

O Chega é promovido por Ventura como um partido de ação: “o histórico é a ação e a ação do Chega no parlamento foi de sistematicamente apresentar propostas” (DP com TM). Ele próprio considera o seu trabalho como deputado se distinguiu dentro da Assembleia da República: “aliás honra me seja feita, no parlamento parece que sou o único que enfrenta o Bloco de Esquerda, porque os outros todos preferem ficar calados [...]” (DP com MM) ou “eu fui o deputado que mais propostas apresentou contra a corrupção, em 2 anos e meio. [...] sozinho no parlamento, contra 229 que nada queriam fazer contra a corrupção” (DL com BE) ou “[...] eu apresentei no parlamento durante dois orçamentos, a redução do nosso salário, de nós os dois Catarina Martins, sabe como é que votou? Contra” (DL com BE). Nos debates, Ventura promoveu-se como aquele capaz de enfrentar a classe política: “deviam-lhe ter avisado de outra coisa, é que já tinham levado tantas sovas no Parlamento, escusava de fazer esta figura hoje aqui [...] e vem falar do Chega. É para rir. Só tenho pena” (DP com MM) ou “Marisa, é que sabia que vinha debater comigo, não vinha debater com o rato Mickey. Sabia que eu lhe ia rebater todos os argumentos, sabia que ia perder. [...] teve azar hoje, porque eu vim preparado para acabar consigo” (DP com MM) ou “a minha adversária disse que eu queria a ditadura das pessoas de bem e é verdade, sabe que eu não tenho medo das palavras, é a diferença de todos os candidatos que me antecederam [...] é o contrário do que tivemos até agora que é metade do país a trabalhar para quem não quer fazer nada” (DP com AG).

4.2.2. O Enquadramento dos Debates

André Ventura tentou, tendo em conta o candidato político e o partido representado, enquadrar cada debate a favor do desenvolvimento da sua estratégia populista. Para isso, procurou

controlar ativamente os temas que eram postos na mesa, levar a discussão para dentro dos seus moldes pessoais, e inserir o adversário do momento dentro desse quadro. Assim, adaptou estrategicamente a sua abordagem conforme o partido, o historial do candidato ou representante que defrontou no momento, e a perceção do tipo de eleitorado em comum. Essa abordagem do ator político pode ser distinguida, dentro da sua lógica populista, nas quatro versões gerais que se seguem¹¹:

O 'inimigo', que concerne, para Ventura, ao maior nível de ligação do candidato ou partido com o sistema, o qual é o alvo fundamental do seu populismo. Ou seja, corresponde essencialmente ao Partido Socialista, representado nas eleições legislativas por António Costa. Consequentemente, também Ana Gomes nas eleições presidenciais, devido à afinidade e à ligação histórica que tem com o PS (ainda que a sua candidatura não tenha sido apoiada oficialmente pelo partido), assim como pela probabilidade que havia, segundo as sondagens, de o lugar para uma eventual segunda volta com Marcelo Rebelo de Sousa ser disputado entre ela e Ventura. Portanto, os candidatos, às duas eleições, que demonstravam maior apoio eleitoral à esquerda correspondem ao 'outro' ou ao inimigo dentro da lógica populista de Ventura.

Os 'cúmplices' do sistema, que se tratam, de Marcelo Rebelo de Sousa, nas eleições presidenciais, o qual é enquadrado como um ator firmemente institucionalizado no sistema e que apoia o partido que o controla, o PS. Entende-se que ele não é colocado totalmente na classe do 'inimigo' devido às suas raízes políticas na direita. Em seguida evidenciam-se o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda nas eleições legislativas, por compactuarem com o PS sobretudo desde o surgimento da 'geringonça', assim como os candidatos que apoiaram nas eleições presidenciais, João Ferreira e Marisa Matias, respetivamente, mas também o Livre, os quais de acordo com Ventura estavam sobretudo a cumprir uma formalidade e depositavam as esperanças que pudessem ter em Ana Gomes.

Os 'coniventes', que se refere, segundo Ventura, principalmente ao PSD, o qual sob a direção de Rui Rio, se terá colocado demasiado ao centro, e que oscila entre oferecer algum apoio ou ser passivo em relação ao PS. Por outro lado, este partido também não faz grandes alterações ao sistema quando substitui os socialistas governo, pelo que é conivente com o status quo. Além deste, o CDS e a IL também são colocados nesta classificação pois são caracterizados por Ventura

¹¹ Esta distinção não é totalmente hermética devido a certas nuances e às mudanças a que esteve sujeito o rumo dos debates, próprias do formato televisivo em que ocorreram. De salientar, também, que os níveis de eficácia de Ventura variaram.

como ‘muletas’ ou apêndices do PSD, vistos no geral, como fações mais pequenas da direita institucional que contribuem para a mesma lógica;

Por fim, os ‘restantes’, que constituem o grupo com o qual o populismo de Ventura evidenciou uma faceta diferente. Nele insere-se Vitorino Silva no caso das eleições presidenciais, com o qual Ventura praticamente não antagonizou e, pelo contrário, enquadrou quase como um potencial apoiante a conquistar, ou seja, como pertencente à conceção de ‘povo’ que o ator populista se propõe representar. Também, no caso das eleições legislativas, o PAN foi abordado de forma diferente por Ventura por considerar que o partido é oportunista, pois é capaz de se colocar na direita ou na esquerda conforme os partidos aos quais oferecer o seu apoio lhe garantirá maiores benefícios e, além disso, porque o PAN defende, na sua visão, fantasias em vez de causas.

a. O Inimigo

Ventura assume, e faz questão de promover, a sua faceta antissistema e do Chega. Como é o Partido Socialista no poder, que mais associa ao sistema, as referências que lhe faz são constantes ao longo de todos os debates. Ventura assume como grande ambição do seu partido derrubar o governo socialista, o qual se configura como o grande obstáculo à construção do novo sistema que pretende efetuar: “o Chega, neste momento, tem um grande objetivo, tirar António Costa da governação e o partido socialista [...]. Faremos todos os sacrifícios precisos para isso [...] significa que temos que olhar para o eleitorado, ver a força de cada um e que medidas podemos trazer” (DL com PS).

No contexto específico da pandemia de covid, Ventura instrumentaliza a situação para culpabilizar o governo socialista por uma gestão incompetente que pôs em risco a vida dos portugueses: “[...] a responsabilidade disto é do governo [...] o governo tinha todas as condições para ter antecipado e preparado esta pandemia, não o fez. E não o fez porquê? Porque quando insistia em ignorar que vinha aí o inverno [...] tínhamos imagens como [...] de ambulâncias à porta do [hospital] Santa Maria a fazer fila. Já com António Costa como Primeiro Ministro [...] que tinha dito que a saúde seria a sua grande prioridade e o combate à pandemia. Foi o mesmo Primeiro Ministro que deixou o caos nos hospitais” (DL com PS).

No plano geral, o líder do Chega procura em todas as matérias, com destaque para a corrupção e a economia, formas de atacar a governação que o PS tem vindo a exercer em Portugal e de o colocar como inimigo do ‘povo’. Assim, estabelece que é o seu partido o único capaz de trazer à luz os defeitos do sistema: “o Primeiro Ministro que nos deu o ano passado a maior carga fiscal da história [...] foi António Costa [...]. Se hoje muitos proprietários de restaurantes, de cafés, pequeno comércio, lojas... se estão a asfixiar é por causa de António Costa, e por isso quando nós olhamos para o país que temos o que é que retiramos do nosso sistema fiscal? Que quem mais trabalha, quem mais se esforça, quem mais investe, quem mais cria riqueza no sistema socialista é que é mais penalizado. E porquê? Porque é que não podemos fazer reformas corajosas? Porque temos um Estado que engrossa clientelas por todo o lado e por isso tem que ir buscar aos cidadãos trabalhadores” (DL com PS).

O líder do Chega coloca o seu partido, frente ao PS como o defensor do ‘povo’ que tem vindo a ser prejudicado pelo governo liderado por António Costa: “O Sr. Primeiro Ministro veio aqui como se tivesse feito um milagre económico [...] só o ano passado 400 mil portugueses foram enviados da classe média para a pobreza. É o seu legado. O seu legado são 400 mil novos pobres. O seu legado são 500 mil pensionistas que perderam o poder de compra no ano passado e em 2019. [...] Pena é que Rui Rio nunca lhe tenha dito isto e tenha que ser o líder do Chega a dizer-lhe isto” (DL com PS).

Ventura estabelece constantemente associações entre o PS e o funcionamento do sistema: “E se o Sr. Primeiro Ministro perceber alguma coisa de fiscalidade [...] sabe que o nosso sistema é o mais burocratizado, com mais taxas e taxinhas, que quem nos está a ver sabe muito bem. [...] agora pense o que é ser empresário em Portugal, o que é ter um negócio em Portugal. É um inferno e sabe quem criou esse inferno? Foram vocês.” (DL com PS). O ator político acusa o PS de se apoderar da máquina do Estado de forma a tirar benefícios para os membros do partido: “o governo de António Costa foi o maior de sempre. Em 2018 tivemos um recorde de viagens gastas pelo Presidente da República, pelo governo, por todos. Porque temos uma clientela tal, à volta do Estado, que quando pensamos onde é que vamos buscar esse dinheiro, é ao IRS [...]” (DL com PS).

Ventura faz ataques no sentido de deslegitimar o PS e o seu líder, através do estabelecimento de um histórico de corrupção e de destruição do sistema supostamente causado pelo partido: “eu confesso [...] uma coisa [...], eu nunca esperava era ver António Costa trazer o

tema da corrupção para cima da mesa. O Ministro da Justiça de José Sócrates [...], é de bradar aos céus [...]. Portugal com o governo de António Costa passou para a trigésima terceira pior posição no ranking da corrupção [...]. Em 2019 havia 15 autarcas arguidos por crimes económicos, 14 eram do partido socialista [...]. Neste momento, no seu governo [...] governantes seus estão a braços com a justiça. Então vem aqui falar de corrupção e do André Ventura? Devia [...] pedir desculpa aos portugueses pelos inúmeros casos de corrupção que o Partido Socialista gerou, por estarmos a julgar um ex-Primeiro Ministro que nos tirou milhões, que ainda diz que o dinheiro estava no cofre da mãe ou do pai, ou de alguém, e nós hoje estamos todos a pagar isso. Se juntarmos aos corruptos os que não querem fazer nada temos o país miserável” (DL com PS).

Ataca diretamente a integridade do líder do PS: “o Sr. Primeiro Ministro potenciou a corrupção. [...] há escutas suas por todo o lado a tentar interferir no processo Casa Pia e isso não é muito bonito. [...] mas há mais o Sr. Primeiro ministro disse assim, ‘o Banco de Portugal deve ficar fora da luta política e da conflitualidade’ e nomeu o seu Ministro das Finanças para o Banco de Portugal. [...] sabe o que tem o PS gerado [...] nos últimos anos, é mais despesa com clientelas, mais casos políticos, aumentos de renumerações e de pessoas ligadas à sua volta [...] se há historial que o Sr. Primeiro Ministro não tem é o de luta contra nenhuma corrupção. O Chega faz dessa a sua bandeira. Cavalga isso porque quer melhorar a vida dos portugueses” (DL com PS).

No debate para as presidenciais que colocou Ventura frente a Ana Gomes ele de forma sucinta, explicou como via a adversária: “é a minha principal adversária [...] a Dra. Ana Gomes [...] representa tudo aquilo em que eu não acredito. Representa tudo o que eu acho que o país não deve ser e representa tudo o que eu acho que o PS fez de mal ao país” (DP com AG). Dessa forma, para o candidato, “Ana Gomes representa a esquerda toda. Basta ver que os outros candidatos de esquerda andam a fazer fretes à candidata [...] porque sabem que vai ficar à frente deles e, mérito lhe seja dado, vai ficar” (DP com AG). Dessa forma, para o ator político, “ficar à frente da Dra. Ana Gomes não é uma questão pessoal [...] é a questão política de que para mim, para o Chega, para a direita, é importante derrotar esta candidatura”.

Ventura aborda o historial político de Ana Gomes, salientando as suas ligações ao MRPP, para a desacreditar: “Dra. Ana Gomes militou no MRPP [...] que disse que era uma escola de democracia [...] a Dra. Ana Gomes dizer ‘eu era só um soldado raso’ de um partido que foi

responsável por destruir negócios e ir atrás de pessoas, perseguir famílias, destruir fábricas e vem aqui dizer estava tudo bem [...]” (DP com AG).

As tentativas que Ventura faz para desacreditar Ana Gomes como candidata prendem-se sobretudo com a sua relação com membros do PS, o que surte o duplo efeito de servir para descredibilizar o partido: “gosto da moralidade desta senhora de vir aqui falar do José Sócrates e o patrão deste e daquele, quando estava aos beijinhos com ele há uns anos atrás [...]. Não sei se o José Sócrates nos está a ver, mas deve-se estar a rir certamente” (DP com AG). Ventura aproveita o palco alimentar um imaginário no público de uma teia de cumplicidade ligada à corrupção dentro do PS, baseando-se nos casos polémicos em que membros seus estiveram envolvidos: “tem um diretor de campanha que é Paulo Pedroso, [...] não é nenhum outro nome desconhecido dos portugueses, [...] e eu acho que é uma vergonha uma candidata presidencial apresentar-se a uma eleição presidencial com um nome que, todos sabemos, e não estou a falar da pedofilia, nem do julgamento que houve ou que não houve, ou que devia haver o que não devia haver, estou a falar do que todos sabemos, da influência que ele e o Partido Socialista moveram naqueles anos dramáticos em que se estava a investigar o caso [de pedofilia na Casa Pia] para condicionar a justiça [...] foi o supremo tribunal de justiça que disse, que foram diligências feitas pelo líder do PS, Ferro Rodrigues. Já agora, por quem a Dra. Ana Gomes entrou no Partido Socialista, pela mão de Ferro Rodrigues [...] e vem dizer a mim que eu fiz isto e aquilo e que a minha política é isto e aquilo? O que eu esperava é que a Dra. Ana Gomes se demarcasse de Paulo Pedroso” (DP com AG).

Por fim, entrando em aparente contradição ou talvez pretendendo demonstrar falta de lealdade entre os socialistas, Ventura aponta a Ana Gomes que: “você nem o apoio do seu partido teve, valha-me Deus. [...] os portugueses devem-se estar a rir em casa. Andou ali a pedir o apoio a António Costa, ‘por favor apoia-me, eu até gosto muito de ti, tu és fantástico’. O António Costa virou-lhe as costas [...]”

b. Os Cúmplices

Para Ventura, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa refugia-se no seu papel formal para não perturbar o governo socialista ou, por vezes, vai além dele ao colocar-se do seu lado, pelo que

demonstra falta de isenção ao apoiar o 'outro': "Marcelo Rebelo de Sousa pode dizer, e bem, que respeita os resultados parlamentares, [...] face à nossa constituição não pode fazer outra coisa, o que pode não fazer é estar sempre a apaparicar e a elogiar o governo. Sempre a dizer que 'António Costa está muito bem, não criem problemas no orçamento se não isto é o diabo, vem aí o Chega ou vem aí o PSD e ainda ganham as eleições [...]" (DP com MRS). Ventura diz mesmo que "Marcelo Rebelo de Sousa é manipulado pelo governo" (DP com MRS).

De acordo com Ventura, Marcelo tem tido um papel fundamental, como Presidente, em perpetuar o *status quo* imposto no sistema pelo Partido Socialista: "acredito que saiba, o candidato Marcelo Rebelo de Sousa, que isto é um polvo que está a asfixiar a democracia e nada fez para o impedir. Eu só posso ficar desapontado à direita com a candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa e, portanto, é essa limpeza que eu quero fazer é uma luta sem tréguas contra esta cumplicidade, esta teia que está a asfixiar a liberdade das instituições" (DP com MRS).

Portanto, Marcelo é, na visão desapontada de Ventura, quase como um traidor da direita: "o candidato que se diz de centro-direita e que passou os últimos anos a desacreditar o centro-direita, o PSD e o CDS" (DP com MRS). Por esse motivo considera que não pode ser uma opção viável para o eleitorado: "será que alguém à direita pode votar em consciência em Marcelo Rebelo de Sousa quando teve leis que devia ter vetado e não vetou, outras que vetou e não devia ter vetado, outras que esteve permanentemente ao lado do governo [...]" (DP com MRS).

Marcelo Rebelo de Sousa é acusado por Ventura de querer conquistar votos à esquerda e de não estar ao lado do 'povo' pelo que se demarca dele: "quando o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa foi ao bairro da Jamaica foi visitar os bandidos não foi visitar as policcias. Eu represento a direita, não a direita que está de mãos dadas com o Partido Socialista, mas a direita que nunca vai deixar os policcias, as forças de segurança, estarem sozinhas [...] eu não tenho medo de ser politicamente incorreto, [...] e de dizer o que tem que ser dito, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, e agora candidato, gosta de se dizer de direita mas na verdade quer estar de mãos dadas com o eleitorado do Bloco de Esquerda, do PCP, do PS e depois dá nisto [...] ninguém à direita pode ficar feliz de ver" (DP com MRS).

Apesar de não ter existido um debate entre o Chega e o PCP para as eleições legislativas, este partido é frequentemente mencionado por Ventura como um dos cúmplices do PS. O debate presidencial com João Ferreira serve para evidenciar isso.

Sobre o tema de casos da administração interna e da justiça que podiam ter levado à demissão de ministros, o que não aconteceu, Ventura põe o PCP como um dos responsáveis por isso: “é muito por culpa de partidos como o PCP, que o João Ferreira representa, e do Bloco de Esquerda, porque são eles que os têm segurado. Nós temos em Portugal algo gravíssimo” (DP com JF).

Ventura coloca o PCP como um partido que suporta o governo socialista: “o João faz tudo para defender o governo e eu percebo que esteja aqui numa posição incómoda [...] porque anda a levar o governo ao colo nos últimos 5 anos [...]. Não é o PSD nem o Chega que sustentam o governo, é o PCP, que votou a favor do orçamento [...]. É isso que é triste neste país” (DP com JF). De acordo com o ator político, o representante do PCP não pode criticar o PS abertamente, ao contrário de si: “eu percebo que o João Ferreira está preso ao governo e por isso não pode dizer outra coisa mas eu não estou”

O ator político utiliza tema da eutanásia com a intenção de mostrar que o PCP tem como prioridade manter a ordem das coisas, mais do que ouvir o ‘povo’: “ao contrário do João Ferreira e do PCP, acho que se devia ouvir os portugueses. O PCP acha que não, que o Parlamento deve fazer o seu papel porque tem medo de ouvir os portugueses” (DP com JF). Nessa lógica, explica também que o PCP defende a constituição vigente porque beneficia dela: “é normal que o João goste muito da Constituição. É ela que permite que se continue a pagar habitação para quem não quer pagar impostos e, portanto, nós estamos cá para pagar [...]. O PCP também [...] não paga grandes impostos do que a gente sabe. Agora, esta é a constituição que permite tudo para quem não quer fazer nada” (DP com JF). Ventura acusa o PCP de estar do lado do sistema, ao contrário do Chega que pretende acabar com as regalias dos partidos: “o PCP não paga impostos da Festa do Avante e [...] o PCP votou [...] ao contrário do chega em todas as propostas que queriam acabar com os benefícios fiscais dos partidos políticos” (DP com JF).

A ideologia do PCP é muito mal vista por Ventura, pelo que a critica diretamente usando os exemplos internacionais nos quais os emigrantes portugueses estão a ser prejudicados: “nós temos muitos portugueses a voltar [...] por causa de regimes como os que o João defende com ditadura, opressão, destruição económica, e que no site do João e do Partido Comunista são

valorizados e são vangloriados. Isso é que é triste” (DP com JF). No contexto português também procura deslegitimar o partido: “temos muitos apoiantes de várias índoles. Nunca tivemos nenhum que participou em terrorismo como o das FP25 nem de coisas parecidas João. Isso ainda não temos. Também não temos nenhum que tenha trazido para a festa do avante terroristas colombianos” (DP com JF).

No debate presidencial com Marisa Matias, Ventura acusa o Bloco de Esquerda de ter uma ideologia nociva para a sociedade, que prejudica o país: “se o Bloco de Esquerda não for de extrema esquerda então eu já não sei o que é ser de extrema esquerda [...] um partido que diz que tudo o que é privado é para destruir, tudo o que é privado é mau [...] o privado em geral, todos, os negócios, as famílias, o pequeno comércio, [...] só o público é que é bom. O privado é tudo péssimo [...]” (DP com MM).

Ventura acusa o BE de ser um partido que se aproveita do sistema e que para isso protege o PS. Quando Marisa Matias afirma que foram feitas buscas no gabinete de Ventura, este inverte a questão contra o seu partido: “estiveram nas autarquias que o Bloco de Esquerda apoia, como o caso da Câmara de Lisboa, mas não a vi a tirar a confiança política a Fernando Medina [...] quer explicar aos portugueses? [...] A hipocrisia do Bloco de Esquerda está aqui toda muito clara. Há buscas na Câmara de Lisboa e a Marisa Matias [...] em silêncio sobre isso. [...] se tiver coragem diga aqui que o Bloco vai tirar apoio a Fernando Medina do Partido Socialista” (DP com MM). Nesse sentido, Ventura culpabiliza o Bloco de Esquerda por impedir a realização de determinadas reformas no país que o Chega quer levar a cabo: “o Chega propôs no Parlamento uma comissão de inquérito [...] ao financiamento das campanhas eleitorais. A partidos como o seu e ao PCP e ao PS, e ao PSD. Como é que votou o Bloco de Esquerda? O Bloco de Esquerda não votou a favor [...] mas isto a Marisa não lhe interessa falar” (DP com MM).

No debate frente a Catarina Martins, a dirigente do BE, Ventura acusou este partido de alimentar um sistema que funciona em seu benefício: “este engrossar da máquina do Estado e das clientelas, que o Bloco de Esquerda gosta tanto de espalhar gente por todo o lado, de ter tacho pelo Estado todo. Isto tem que acabar” (DL com BE). Segundo o líder do Chega, com base na sua ideologia, os partidos de esquerda como o BE têm prejudicado o ‘povo’: “com a geringonça que

tivemos, apoiada pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP em 2019, os portugueses têm menos poder de compra do que em 2009, na solução que estes senhores criaram. Estes senhores tiraram dinheiro aos portugueses, inundaram-nos de impostos, com base em teorias macabras que só eles é que conhecem e não sabem explicar bem. E hoje os portugueses têm menos poder de compra do que há 10 anos” (DL com BE). Enquanto isto, de acordo com Ventura o partido beneficia de condições especiais providenciadas pelo sistema: “o Bloco de Esquerda critica muito os partidos [...] mas é o quarto partido do parlamento com maior património imobiliário. [...] E sabe quanto é que paga de IMI? Zero, zero” (DL com BE).

O líder do Chega acusa o Bloco de Esquerda de estar mais preocupado com as minorias e os imigrantes do que com os portugueses: “a Catarina Martins [...] não ignora que há pensionistas em Portugal, bombeiros, policias, que recebem pensões de 200 euros, de 290 euros, de 300 euros, e o Bloco de Esquerda [...] propõe criar uma linha de financiamento para as organizações dos migrantes e dos refugiados. Que bonito. Temos cá, em território nacional, pessoas que trabalharam a vida toda, e recebem 200 euros mas querem dar 7000 euros, e casa, e trabalho a quem aparece do mediterrâneo com um telemóvel na mão. Isto é o bloco de esquerda” (DL com BE). Especificamente coloca o BE contra as forças de segurança: “as nossas forças de segurança têm que ser defendidas. O Bloco de Esquerda tem feito tudo e o seu contrário, para as humilhar [...], para as ostracizar. Homens e mulheres que defendem Portugal. Que defendem a nossa segurança. São quase tratados como bandidos, enquanto bandidos subsidiodependentes são tratados como heróis” (DL com BE).

No debate com o Livre, Ventura procura deslegitimar o seu dirigente Rui Tavares e o programa do partido: “o Rui Tavares não devia estar aqui para começar [...], primeiro porque o Livre não tem representação parlamentar [...], só está aqui por causa de uma lei anacrónica [...]. Não representa, nem se representa a ele próprio. [...] é o programa mais anacrónico que existe nestas legislativas [...] é o seu” (DL com Livre). Além disto, Ventura estabelece cumplicidade do Livre para com o governo socialista: “o Rui Tavares quer-se vender tanto ao Partido Socialista [...] que anda em todos os debates a dizer, ‘por favor [...] metam-me numa coligação qualquer’, como fez em Lisboa, aliás, com o Fernando Medina” (DL com Livre).

Ventura acusa este partido de defender medidas completamente descabidas: “o Rui Tavares defende o subsídio de desemprego, não para quem é despedido, mas para quem se

despede. É importante que as pessoas em casa saibam isto. Ou seja, quem não quer trabalhar diz assim, 'hoje vou-me embora' e amanhã o Estado começa a pagar-lhe um subsídio de desemprego. Este senhor defende isto. E as pessoas não sabem e dizem assim 'é muito humanista'. Não é humanista, quer destruir a economia. É o programa mais irresponsável que eu já vi na vida [...]. É isto que a esquerda humanista quer, é pagar a toda a gente para não fazer nada [...]" (DL com Livre). Por outro lado, acusa-o de atacar a história do país e de querer desintegrar a sociedade: "quer devolver a arte às colónias [...], o seu programa volta a trazer um debate de feridas à sociedade portuguesa, de humilhar ex-combatentes, de humilhar milhares de pessoas que hoje vivem na sociedade portuguesa" (DL com Livre).

Ventura toca no assunto da imigração com a intenção de demonstrar que o Livre se preocupa mais com essas pessoas do que com os cidadãos portugueses: "livre circulação em toda a Europa e em todo o mundo. É uma coisa extraordinária. É acabar com as fronteiras. É dizer assim, entre quem quiser, venha fazer o que quiser, nós somos os estúpidos de serviço, estamos cá para pagar [...]. Deixava de haver restrições, as pessoas entram por onde quiserem, venham do Afeganistão, da Síria" (DL com Livre). Aborda também o tema da nacionalidade: "o Livre quer que todos [...] nascidos em Portugal se tornem portugueses automaticamente [...]. A direita tem que saber o que é isto [...] é nacionalidade para toda a gente que aqui venha [...] não é para quem trabalhar aqui, não é para quem esteja aqui há 2 anos, 6, é muito clarinho [...]. É o ridículo de um projeto que não tem, de todo, pernas para andar" (DL com Livre).

Por fim, Ventura considera que o Livre quer acabar com a justiça em Portugal: "quer acabar com o sistema punitivo. Deve ser acabar com as prisões também. Podia explicar hoje às pessoas o que é acabar com o sistema punitivo. Se calhar é que os Salgados e os Sócrates estejam todos cá fora de qualquer maneira" (DL com Livre). Portanto, o Livre, de acordo com Ventura, é um partido que esconde as suas intenções nocivas para o 'povo' português e que terá como resultado o caos na sociedade: "porque por trás de um ar cândido e de propostas muito ecológicas, e muito humanistas, e muito bonitas e beijinhos para um lado e para o outro, estão mais impostos para os portugueses, está uma justiça que não existe e favorece corruptos e bandidos, está um sistema político que continua a engrossar [...]" (DL com Livre).

c. Os Coniventes

O PSD assume a dianteira dentro do grupo dos coniventes devido ao seu maior protagonismo relativamente ao CDS e à IL. Para Ventura, o PSD sob orientação de Rui Rio, foi colocado ao centro e tornou-se demasiado moderado, abdicando do seu papel de liderança à direita na oposição ao governo. Ventura provocou o dirigente do PSD acusando-o de ceder às vontades do PS e de abandonar o carácter de direita do partido: “Rui Rio votou mais de metade das vezes no Parlamento ao lado do Partido Socialista. [...] Está mais preocupado em ser Vice Primeiro Ministro de António Costa do que Primeiro Ministro. [...] instável é quem diz que quer ser alternativa ao PS e vota ao lado do PS em 60% das vezes [...]” (DL com PSD). De acordo com Ventura, esta dinâmica de permissividade do PSD, que alimenta o *status quo* em que o sistema se encontra, já vem detrás, pois mesmo quando o PSD constituiu governo não promoveu nenhuma transformação significativa: “esta conversa toda de ‘temos que cortar’, [...] mas quando o PSD esteve no governo não cortou absolutamente nada, manteve exatamente os gastos com o sistema político, [...] esta cultura de subsidiodependência” (DL com PSD). Por esse motivo, o líder do Chega defende que só através da influência direta do seu partido, ficando encarregado de determinados ministérios no governo, é que o PSD poderá agir de forma responder aos problemas estruturais do país: “o Dr. Rui Rio [...] já foi autarca, como eu também fui, e sabe que muito do que acontece nos nossos municípios é um excesso de subsidiodependência [...] mas quem é que confia no PSD para acabar com isto quando teve 30 anos de governo ou 20 e nunca acabou? [...] dizem que sim a tudo e não fazem nada” (DL com PSD). Por outro lado, caso houvesse um acordo de direita e o Chega se limitasse a apoiar um governo do PSD, Ventura considera que “estaria a violar o voto dos eleitores se o fizesse, porque ninguém vota no Chega para ser muleta do PSD. [...] Nós, ao contrario de Rui Rio, que vai para um lado, vai para o outro, diz um dia sim, um dia não, podemos falar, podemos conversar... Para nós é muito claro, para nós é preciso conversar para haver um governo que afaste António Costa [...]” (DL com PSD).

No debate entre os dirigentes do Chega e do PSD, Ventura tentou passar uma imagem de político sério e controlado. Devido a ambos pertencerem à direita e partilharem potencial eleitorado, ele resultou numa discussão mais tecnicista, na qual o ator político provocou Rui Rio na procura de normalizar o seu partido dentro da direita e estabelecer pontros em comum entre o programa dos dois partidos: “o Dr. Rui Rio diz: ‘o chega tem que se moderar se não, não há

governo' e eu não aceito isso. Portanto eu queria perguntar-lhe em quê. Ou seja, é por o Chega defender prisão perpétua para homicidas e violadores que somos muito radicais? É por defendermos a redução do número de deputados ou metade dos cargos políticos? É por querermos menos impostos para as famílias, para quem trabalha? É por entendermos que [...] a comunidade cigana tem que cumprir o estado de direito como todos nós [...]? É por se entender que hoje o que temos em Portugal na justiça não funciona e que temos que ter uma justiça diferente? É que eu olho para o que nós defendemos nos últimos tempos e não vejo nada que choque assim tanto [...] em que é que o Chega é tão radical? É por propor isto? É que metade da Europa tem prisão perpétua para violadores, para homicidas, para terroristas [...]. Pergunto então ao Rui Rio o que é que quer, quer esta bandalheira em que estão uns a trabalhar e outros a sustentar quem está a trabalhar? Hoje é o dia de dizer aos portugueses assim, porque é que eu não quero o Chega, ele é demasiado radical em quê?"

Ventura pretende demonstrar que as medidas que o seu partido defende são legítimas e aceitáveis e que a ostracização do Chega pela direita ocorre devido a preconceitos e à cedência ao politicamente correto, o que a prejudica como um todo. Ao mesmo tempo, entende que não é Chega que se deve moderar mas sim o PSD que deveria fazer o processo inverso, desvincular-se do sistema e promover uma transformação real em Portugal. Dessa forma, o ator político tenta mostrar que pode haver espaço para negociação entre o Chega e o PSD uma vez que este ultrapasse os seus preconceitos: "a prisão perpétua, feita com determinada medida, se calhar seria aceitável para o PSD [...] agora, não podemos dizer à partida: 'esses senhores são muito radicais e com eles não quero falar'. Eu sei que é um discurso bonito politicamente correto [...] estamos dispostos, por exemplo, a que sejam determinados sistemas jurídicos e não outros, há mais agressivos e menos agressivos". Ventura quer que o Chega seja visto como radical contra o 'sistema', como partido de rutura e, simultaneamente, como defensor de propostas que não seriam assim tão radicais. Persiste no discurso que, usando a ambiguidade, pode disfarçar as contradições.

No debate entre o CDS e o Chega, a pretexto de uma discussão sobre o tema do 'parasitismo social', Ventura considera que o CDS não é capaz de se posicionar sobre esse problema como lhe competiria: "[existem] aqueles que há anos vivem à conta dos nossos impostos e é isso que o CDS deixou de dizer há muito tempo. É importante nós termos a ideia que a

autorresponsabilidade faz precisamente a separação da direita para a esquerda. Isto é, uma verdadeira direita que não tenha medo de dizer que é de direita, que não tenha medo de dizer que há uma série de pessoas e de instituições a viver à conta dos nossos impostos e que devíamos ter coragem de o fazer” (DL com CDS). Portanto, para o ator político o CDS terá perdido a sua identidade e dá a entender que o Chega passou a ocupar o espaço tradicional desse partido: “hoje, se estamos aqui neste debate, e se estamos aqui com um partido, aliás, pelo qual tenho imenso respeito, numa diferença de posições, face às sondagens pelo menos conhecidas, significa que o CDS deixou de ser essa direita e porque o CDS se esqueceu de ser essa direita. Este é o CDS das passadeiras arco-íris ou uma coisa parecida [...] eu acho que a queda do CDS começa, verdadeiramente, quando o CDS se esquece quem é” (DL com CDS).

Ventura acusa o CDS de se submeter ao politicamente correto e de não se colocar contra certos problemas da sociedade, os quais o Chega critica abertamente: “Francisco, é muito simples, é aquele CDS que não é nem carne nem peixe, por isso é que eu chamei de direita mariquinhas. É aquele CDS que tem medo de dizer tudo: ‘ai não, temos que ter cuidado, os pedófilos, não podemos falar em castração química, não vá os pedófilos ficarem chateados’. Portanto eu gostava que o Francisco também dissesse que direita é essa então, é o mesmo que o PS e que o PSD, ‘ai e tal humanista’. Humanista, nada. Não quer, na verdade, é fazer nada de justiça. O Chega propôs aumentar penas contra a corrupção, mas [...] o CDS também acha que isso é um bocadinho de mais e, portanto, também não vai por aí. [...] Nós achamos que [...] quem mata, quem viola crianças, merece castigos sérios. Não merece [...] paninhos quentes como quer fazer o CDS [...]” (DL com CDS).

Para Ventura, o CDS na sua passividade deixou-se ficar várias vezes do lado da esquerda: “1798 foi o número de vezes que o CDS votou ao lado do PS nesta legislatura [...] esta é a direita que se esqueceu de ser direita [...] é um bocadinho demasiado” (DL com CDS). Portanto, caracteriza-o como um partido desorientado que se esqueceu do ‘povo’: “o CDS é aquele partido que sempre que pode vai dar a mão ao Partido Socialista [...] esses portugueses que você não quer saber, prefere falar de abstrações e tal, e das doutrinas daqui e dali” (DL com CDS). Assim, para o líder do Chega, “se há partido mais catavento no parlamento é o CDS” (DL com CDS).

A função do CDS, passou a ser de acordo com Ventura, de mero apoio ao PSD, uma vez que não tem grande força ou vontade própria: “são estas incoerências que fazem que o CDS hoje esteja nos 0,5% de intenções de voto. É as pessoas terem a noção de que deixou de haver direita.

Isto não é uma direita. Isto não é nada. Isto é a bengala rejeitada do PSD. Eles andaram a implorar por favor por coligações. À última hora o PSD fez assim: ‘saia daqui, não queremos nada consigo’, e agora vem aqui falar de programas [...]” (DL com CDS).

O líder do Chega considera que o CDS quebrou o seu percurso histórico, deixou de ser um partido credível e que se encontra, portanto, num período de degradação. Sob a liderança de Francisco Rodrigues dos Santos a sua única preocupação seria manter-se à tona na esfera política: “o CDS de Paulo Portas, o CDS dos fundadores do CDS, teria vergonha deste CDS de Francisco Rodrigues dos Santos [...] talvez seja por isso que Francisco Rodrigues dos Santos fez o que ninguém tinha feito, andou a implorar por coligações ao PSD [...]: ‘arranjem-me qualquer coisa que eu vou morrer’, e o PSD virou-lhe as costas [...]”. Nesse sentido, o líder do Chega ataca a própria legitimidade do dirigente do CDS: “esta direita é tao mariquinhas que tem medo de ir a votos na própria casa” “o Francisco Rodrigues dos Santos quer ir a eleições externas, mas teve medo de ir a eleições dentro do seu próprio partido [...]: ‘que se lixe a democracia interna vamos antes tentar ganhar o meu tacho no parlamento’ [...]. Só que os militantes do CDS e os militantes do país não se vão esquecer, nem poderão permitir que [...] agora venha pedir aos portugueses que o legitimem. Francisco, você é o líder menos legitimado destas eleições, com uma agravante, é que o [seu] mandato [...] termina antes do dia das eleições [...] no dia das eleições o Francisco já não é presidente do CDS, mas apresenta-se como tal. Isto é a maior fraude e falta de legitimidade na política que podia haver” (DL com CDS).

No debate para as eleições presidenciais frente a Tiago Mayan, da Iniciativa Liberal, Ventura põe em causa o carácter de direita do partido: “eu fico estupefacto por alguém aparecer num programa de debate e dizer assim, ‘eu sou de direita, mas coitadinhas das minorias, eles são muito fragilizados, nós temos que estar ao lado delas, mas coitadinhos porque os temos que apoiar e os imigrantes, e as minorias e a justiça’ Isto é que é ser de direita. Eu vou dar uma sugestão ao Tiago, deixe de se chamar de direita liberal, chame-se esquerda liberal, é melhor. É mais claro para os portugueses” (DP com TM). Ventura procura descredibilizar a Iniciativa Liberal perante o eleitorado da direita: “isto não é um debate com a Iniciativa Liberal, é um debate com o Partido Comunista ou com o Bloco de Esquerda”. Coloca o partido numa posição de permissividade perante o sistema controlado pelo governo socialista: “a Iniciativa Liberal quer

apresentar-se aqui como um partido moderno de direita mas tem votado sistematicamente ao lado do Partido Socialista no Parlamento” (DP com TM).

Ventura acusa a Iniciativa Liberal de não estar realmente preocupada com os portugueses: “a Iniciativa Liberal, tão preocupada com o dinheiro dos contribuintes, não aceita uma comissão de inquérito para investigar quem é que o BES financiou [em contexto de campanha]” (DP com TM). Para o ator político o partido está também desconectado da realidade portuguesa, perdendo-se em idealizações: “a diferença é esta, é que o Chega quer um país moderno, com as pessoas, a Iniciativa Liberal vive de uma utopia” (DP com TM). Portanto, a Iniciativa Liberal na posição política que adota é prejudicial ao verdadeiro objetivo que Ventura defende para a direita de derrubar o sistema vigente: “sabe qual é a diferença Tiago? É que nós queremos tirar o Partido Socialista do poder e vocês querem estar ao lado do Partido Socialista durante as próximas décadas. Nós queremos tirar António Costa do poder” (DP com TM).

No debate com a Iniciativa Liberal, o líder do Chega, consciente da existência de eleitorado em comum e da possibilidade de uma aliança futura entre os dois partidos optou por deixar espaço para o entendimento enquanto que foi fazendo algumas provocações. Procurou diferenciar-se sobretudo caracterizando o tipo da direita a que pertence o seu partido como defensor de princípios nacionalistas, ao contrário da IL que entende ser puramente capitalista.

No debate com João Cotrim Figueiredo, líder da Iniciativa Liberal, Ventura pretendeu expor o que considera ser a estratégia da direita em relação ao Chega, ao mesmo tempo que acusa este partido de não fazer oposição ao PS: “nós percebemos claramente que neste momento há um arranjo entre PSD, CDS e Iniciativa Liberal para passar a mensagem política de que o Chega não conta para a solução. O que é normal visto que na verdade a Iniciativa Liberal só em termos orçamentais votou mais vezes ao lado do PS do que qualquer outro partido à direita” (DL com IL).

Por causa desta posição, Ventura vê prejudicado o objetivo principal, que projeta para a direita, de remover o PS do poder: “nós dissemos que estávamos dispostos para uma maioria de direita e para afastar o Partido Socialista do poder, aparentemente a Iniciativa Liberal, CDS e PSD não estão” (DL com IL). Ventura afirma que nessas condições o Chega não tomará a mesma posição irreduzível e prejudicial à direita que os outros partidos, mas manterá a sua independência: “nós, se formos excluídos do debate, agiremos conforme a nossa consciência que é vermos o

debate e analisar. Não nos vamos colocar em bicos de pés [...] admitimos tudo porque a nossa posição não é destrutiva” (DL com IL).

Ventura vê pontos em comum entre o Chega e a IL, sobretudo no que toca à vertente liberal na economia de que ambos comungam em grande medida. No entanto, por outro lado, o ator político distancia o seu partido por considerar que enquanto que este defende o ‘povo’ comum, a IL pretende defender os privilegiados e que é por esse motivo que rejeita integrar acordos com o Chega: “a Iniciativa Liberal custa-me um pouco perceber como é que ela é capaz de dizer [...] que com o Chega nunca o fará, [...] quando em matéria económica penso que temos pontos em comum [...] a Iniciativa Liberal é um partido dos privilegiados basicamente e por isso é que não quer acordos com o Chega”.

Nesse sentido acusa a IL de querer um modelo de sociedade que não tem em conta o lado humano, sem preocupações genuínas pelo país, concentrando-se apenas no capital: “a diferença entre nós é muito simples, [...] a Iniciativa Liberal não quer saber de Portugal, [...] o lucro para eles é que os move e portanto é dizer assim aos empresários, destruam tudo, façam o que quiserem, Portugal não interessa [...] a iniciativa liberal não é de esquerda nem de direita, [...] é do lucro, é isso que lhes interessa”. Em consonância com isto, os princípios que a IL defende entram em choque com a visão da sociedade tradicional que o Chega deseja, pelo que o ator político acusa a IL de a querer desestruturar: “num partido que diz que não somos confiáveis [...] há maior prova de falta de confiança do que esta? A Iniciativa Liberal é a favor da liberalização das drogas leves [...] portanto é a favor da tragédia que tem assolado não sei quantas famílias [...] ao mesmo tempo o que propõe para os estudantes é que fiquem a pagar os seus cursos superiores, [...] e é preciso que os portugueses saibam isto [...] estamos a pagar casa, estamos a pagar carro, e agora ficamos a pagar o ensino superior também?” (DL com IL).

Também no que toca à justiça, Ventura caracteriza a IL como estando afastada da realidade pois defende medidas irresponsáveis e prejudiciais à sociedade: “a IL gosta simplesmente de ser *cool*, [...] são ali os betos do Príncipe Real [...]: ‘somos contra tudo o que é penas e tal, portanto somos muito modernãos’, só que depois vota contra o aumento das penas por corrupção” [...] “os liberais são tão liberais que não querem ninguém na prisão, acham que [...] a bandalheira generalizada está porreira [...] quem conhece a justiça sabe que isto é ridículo. E, portanto, o João não pode vir a um debate dizer assim: ‘somos muito modernãos, queremos

é um país mais moderno'. Não João, vocês querem é um país de bandalheira [...] vocês é que geram os Rendeiros desta vida”.

Sobre a possibilidade, colocada pelo jornalista, de Rui Rio ser ou não um bom possível Primeiro Ministro, Ventura procurou aproximar o seu partido da IL: “se o João Cotrim for intelectualmente honesto pensará o mesmo que eu, Rui Rio deu provas no parlamento, [...] de que esteve mais vezes ao lado do PS do que ao lado de quem interessava [...] para mim, Rui Rio nunca seria o Primeiro Ministro que Portugal precisa, e acho que isso é comum à Iniciativa Liberal” (DL com IL). Ficou desiludido com a resposta de Cotrim, que afirmou que dependendo dos parceiros certos, para exercer influência sobre ele, poderia ser um bom Primeiro Ministro: “já se venderam ao PSD. Incrível” (DL com IL).

d. Os Restantes

Frente a Vitorino Silva, no debate para as eleições presidenciais, a abordagem de Ventura assumiu uma forma mais simples, não confrontadora, e sujeitou-se mais ao controlo do debate pelo mediador, aproveitando as questões para discutir os temas que costuma defender. Procurou encontrar terreno em comum com Vitorino, na medida em que identificou nele alguma da lógica populista que também emprega, mas num sentido menos politizado e baseado no pressuposto da sua personalidade humilde e na proximidade aos portugueses comuns. Contribuiu para isto também a ambiguidade de Vitorino relativamente ao seu posicionamento no espectro político, esquerda direita.

Ficou a ideia de que as posições de ambos, relativamente aos temas do debate se tocaram em grande medida, gerando-se uma certa cumplicidade. Houve pouco diálogo direto, mas, por exemplo, quando Vitorino manifestou as dificuldades que os partidos mais pequenos enfrentam no sistema, quer para se legalizarem quer para se fazerem concorrência ao monopólio composto pelos partidos tradicionais, Ventura identificou-se com o problema: “têm medo”. No fim do debate, em resposta ao jornalista que afirmou que ele teria corrido melhor em comparação com os outros, Ventura faz um elogio, o que é raro da sua parte: “bom, este adversário tem mais qualidade por isso é que o debate correu melhor” (DP com VS).

Possivelmente Ventura julgou que a adoção de uma posição antagónica poderia ser mal vista pelo seu ‘povo’. Assim, pretendeu distinguir-se optando por demonstrar mais seriedade, competência e assertividade do que o outro candidato e, dessa forma, captar o setor do eleitorado que partilham, que presumivelmente é composto por portugueses comuns ou pelo voto de protesto. Como resultado, este é o único debate em análise no qual o outro candidato foi enquadrado por Ventura dentro da sua conceção de ‘povo’ não sendo, portanto, sequer visto como um verdadeiro adversário político, mas sim como um apoiante em potencial: “já tenho aqui mais um apoiante” (DP com VS).

O PAN distingue-se, na lógica populista de Ventura porque, no debate entre a sua dirigente, Inês Sousa Real, e o líder do Chega foi enquadrado por este como um partido oportunista, com falta de princípios e medidas políticas claras. Assim, Ventura pretendeu expor o PAN como um partido volúvel que se encosta aos partidos da direita ou da esquerda conforme lhe for mais benéfico e que, por isso, contrasta com o Chega: “nós temos sido claros. Nós apenas governaremos numa maioria de direita. O PAN não tem sido muito claro nesse aspeto. Ora à direita, ora à esquerda, o PAN faz maioria com qualquer partido que consiga [...]”. Ora, como tem estado o PS no governo, Ventura considera que o PAN tem pactuado com esse partido por ser o mais conveniente no momento, o que resulta num oportunismo que contribui para a degradação do país: “o PAN viabilizou todos os orçamentos socialistas. Todos. Desde António Costa que o PAN nunca votou contra um orçamento socialista. Portanto, nós não nos podemos apresentar aos eleitores faltando à verdade e apresentando-nos como novidade, ou como contraciclo, quando somos responsáveis” (DL com PAN). Ventura realça que Inês Sousa Real se mostrou disponível para realizar acordos com a esquerda ou a direita conforme o resultado das eleições e que isso é instrumentalizado pelo PS: “nós ontem vimos António Costa dizer que não conta com ninguém, se não com a minha adversária hoje aqui, a Inês Sousa Real e o PAN, [...] infelizmente não é claro o que é o PAN [...] dá jeito ao PAN [...] ser esta muleta de 2022, [...] porque nós na verdade percebemos porque o PAN consegue fazer coligações com qualquer partido. Porque em matéria económica por exemplo [...] ninguém percebe muito bem o que o PAN defende” (DL com PAN).

O líder do Chega considera que o PAN é um partido fundamentalista: “o PAN quer é mudar a nossa vida toda completamente. Isso não é um partido político, isso é uma religião” (DL com PAN). Assim, caracteriza-o como autoritário, ingénuo e irresponsável para com a economia e a

sociedade: “o que é que o PAN propõe? Mais taxas [...] Inês, não há milagres. Nós podemos ter uma conversa muito bonita sobre aquecimento global, se isso equivaler a destruir as famílias, o seu rendimento e as empresas, não vale a pena. [...] O seu programa pode ser muito bonito [...] mas há uma coisa que não foge, é que o seu programa é proibir, proibir, quer tornar-nos a todos vegetarianos, [...] vai para o governo com António Costa para quê? [...] Sim senhor, é importante combater as alterações climáticas, [...] mas não o podemos fazer à custa das pessoas. Nem à custa das empresas e da economia. E o que PAN tem feito no seu programa é taxar, taxar, taxar [...] criar novos impostos. Proibir, proibir, proibir [...] O PAN qualquer dia torna-se na maior ditadura da Europa Ocidental” (DL com PAN).

O ator político parece menosprezar o PAN, considerando que o partido se perde em idealizações ou que procura mesmo iludir o eleitorado com as suas causas, enquanto que descara as questões reais que afetam o ‘povo’ português’, pelo que considera que ele seria incapaz de atuar de forma competente em termos de governação: “põe o Parlamento a discutir sobre elefantes no camboja [...] discutimos tubarões não sei de quê e até queremos proibir os golfinhos no Zoomarine. Quer dizer, o país está atolado em impostos [...], já não aguentamos pagar mais [...], e andamos a brincar. O que é preciso dizer é isto, vamos ou não contribuir para descer impostos em Portugal?” (DL com PAN).

Ventura explorou as características específicas do PAN, nomeadamente a defesa das causas animais, e procurou reverter essa lógica a seu favor. Assim, coloca-se como defensor do mundo rural, onde se encontra uma parte significativa do seu eleitorado e cidadãos que se situam na sua conceção populista de ‘povo’. O ator político acusa o PAN de atuar de uma perspetiva urbana e, portanto, desconectada da realidade destas pessoas: “a Inês quer passar a ideia que é contra atividades bárbaras, mas todos somos contra a barbárie [...] provavelmente não gostará mais de animais do que eu. Não sei, mas eu gosto muito, e sei que também gosta, eu adoro animais [...] há até quem diga que sou louco por animais [...] há uma coisa que nos diferencia é que sim o PAN quer acabar com o mundo rural e matá-lo [...]” (DL com PAN).

O argumento da etnia cigana é utilizado por Ventura neste debate no sentido de provar que o PAN facilmente subverte os seus princípios de defesa dos animais e cede ao ‘politicamente correto’. Dessa forma pretende descredibilizar o partido na sua vertente principal: “ainda por cima, mesmo nos tópicos dos animais, Inês, eu fiquei muito muito desiludido com o PAN quando afastaram [...] uma deputada vossa por dizer a verdade, [...] sabe muito bem aquilo que acontece

com os cavalos no Tejo e no Ribatejo, o tratamento desumano a que são votados, a forma como ficam [...] por uma deputada do PAN se ter referido à etnia cigana que trata mal os cavalos foi afastada [...] todos sabemos como é que os ciganos tratam os cavalos, na sua grande maioria, e nem aí o PAN teve coragem de defender os animais” (DL com PAN).

4.2.3. A Relação com o Público

Ventura pretende ser visto como a ‘voz do povo’, como tal empenha-se em enquadrar-se nos debates como seu representante, para o que que recorre a várias táticas. Isto demonstra a vertente do personalismo da autoridade carismática, ao centrar em si esse papel e procurar estabelecer uma relação o mais direta possível com os apoiantes.

O líder do Chega pretende demonstrar que a classe política está afastada do ‘povo’ e focada nos seus interesses. Para isso recorre a expressões como: “qual é o medo de ouvir os portugueses, João?” (DP com JF) ou “é incompreensível que num momento em que os portugueses façam sacrifícios, os políticos não façam esses sacrifícios” (DP com JF).

Ventura empenha-se em criar um imaginário com o qual os portugueses comuns se identifiquem através de exemplos mundanos: “[diziam-me] nós até queríamos gente para trabalhar, mas não há. Sabe porquê? E apontavam para aquele lado, ‘porque esta tudo no café a beber cerveja e a tomar café’. Tudo a viver à conta do nosso trabalho. E isso não é justo [...]” (DP com VS) ou “havia indivíduos a receber rendimentos sociais que andavam de Porsche” (DL com PS).

Ventura nos debates utiliza fotografias, índices e títulos de notícias de uma forma simplificada e em ponto grande, especificamente para o público ver. Assim pretende passar a ideia de que tem provas para as acusações que faz aos adversários políticos, de forma a desacreditá-los.

Ventura assume a presença permanente do público como um terceiro membro do debate e várias vezes convida os adversários a dirigirem-se lhe diretamente como que a a submeter-se ao seu julgamento: “não ando às trocas [...] isso é a iniciativa liberal. [...] nós assumimos as nossas

posições [...] e o que eu esperava [...] de um candidato de direita é que pelo menos fosse capaz de olhar nos olhos dos portugueses e dizer [...] ‘não somos de direita [...] e agora estamos aqui num debate de direita a defender as minorias, os coitadinhos, que vivem perseguidos e que o André Ventura lhes quer fazer mal’. Isso não é ser de direita. Isso é ser um travesti de direita. Que é pensar, fingir que é de direita, quando na verdade não é. (DP com TM) ou “eu vou pedir aos senhores espetadores que vejam a mentira desta senhora que está aqui à minha frente [...]. Não minta aos portugueses [...]. A mim não me apanha. Sabe, a diferença é que o bloco estava à espera durante muitos anos de não ter oposição” (DP com MM).

O ator político assume o papel daquele que pode exigir esclarecimentos à classe política, em nome do ‘povo’: “eu gostava mesmo que explicasse aos portugueses só isto, não daria posse a um governo do Chega, [...] então o que é que faria? Faria eleições até ter um resultado que gosta? Obrigaria os partidos a negociarem, de esquerda e direita, para não colocar o Chega porque não gosta de mim ou não gosta do chega? (DP com AG) ou “diga isso aos portugueses, que quer inundá-los de IMI, mas vocês não pagam IMI. Diga isso aos portugueses, explique-lhes aqui para a câmara, [...] eu quero que vocês paguem IMI mas eu no meu partido não pago, como o Robles fazia e outros faziam, diga-lhes que é assim. Era mais justo, mais sincero. E quando quiser falar de corrupção, chame que eu não tenho medo de ir falar de corrupção” (DL com BE).

O líder do Chega pretende atuar de forma a parecer que está a revelar verdades que a classe política quer esconder ao público: “isto os portugueses não sabem” (DP com JF), ou “isso é que os portugueses hoje gostavam de ouvir de alguém que tivesse coragem” (DP com MM), ou “porque vivemos num país em que quem mais trabalha é quem é mais penalizado. Isso é a vergonha que o Bloco de Esquerda não quer dizer às pessoas” (DP com MM), ou “é o bloco de esquerda que anda a mentir aos portugueses” (DP com MM), ou “porque andam a enganar os portugueses que são muito bonzinhos” (DP com MM), ou “é importante que as pessoas saibam isto, senão, a ouvir as mentiras desta senhora de manhã à noite, acreditam que é verdade” (DL com BE), ou “não diz aos portugueses que no seu programa está a criação de duas novas taxas [...] e não diga que não vai aumentar impostos, que está no seu programa” (DL com Livre), ou “até me enfrentar hoje, os portugueses não sabiam isso, hoje passam a saber (DL com livre), ou “eu queria mostrar aos portugueses como é verdade que [...] as nomeações de António Costa [...] ultrapassaram 11 milhões de euros em gastos. A par temos portugueses que recebem 297 euros. Este é o seu legado. Dê as voltas que quiser [...] isto é o que conta para os portugueses” (DL com PS).

Ventura, ao mesmo tempo, tenta passar a ideia de que o jornalista mediador e o adversário político pretendem censurá-lo, como numa ocasião em que foi interrompido pelo entrevistador da RTP: “Sr. Primeiro Ministro, desculpe lá, mas é que o seu historial não abona muito na justiça. Como o Sr. Primeiro Ministro sabe, tentou interferir num dos casos mais [interrompido] eu sei que se calhar não me querem deixar dizer isto [...]” (DL com PS). Coloca o Chega como o partido capaz de romper com o ‘politicamente correto’: “somos o partido à direita que está a fazer a diferença porque não temos medo de ser politicamente incorretos [...] não temos medo de falar de muitos outros temas. Isto tem dado ao Chega um capital de confiança que eu espero manter” (DP com TM).

O Chega é colocado pelo seu líder numa posição de vítima para aumentar a sensação de união do grupo e conquistar apoio: “isto é uma candidatura com uma lógica irresponsável porque é o mesmo que dizer que [...] esta parte do eleitorado não interessa, que há aqui uns eleitores que não contam para o jogo democrático e que o Chega tem que estar arredado disto tudo [...]” (DP com MM). Ao mesmo tempo procura distinguir-se mostrando-se como um político justo e com princípios diferentes: “eu daria posse a um governo, se assim os portugueses o escolhessem, que envolvesse o Bloco de Esquerda. ‘Essa é a diferença entre nós’ (DP com MM) ou “numa sondagem quase metade dos portugueses, defende a prisão perpétua. ‘Fascista, inacreditável’ [...] São fascistas estas pessoas?” (DP com AG), ou “ilegalizem lá um partido que representa os portugueses normais, que representa uma grande parte da população, e digam a essas pessoas que eles a partir de agora são todos ilegais [...]” (DP com AG).

Por fim, Ventura pretende demonstrar que conhece e representa a vontade do ‘povo’ português: “os portugueses quando forem votar no dia 30, honestamente estão-se nas tintas se a Catarina Martins é a terceira, a quinta, a sétima, se o Jerónimo de Sousa, que não aceitou debater connosco, mas quer ir debater com os outros, é o quinto, o sexto. O que eles querem saber é isto, António Costa, vai ou não continuar no poder? (DL com BE).

4.3. O Nativismo e o Securitarismo

As polémicas em que André Ventura e o Chega se têm visto envolvidos, nos meios de comunicação social e nas redes sociais, ao longo dos seus percursos políticos, têm funcionado

como um mecanismo fundamental para a obtenção de destaque para o ator político e para o seu partido. Em consequência delas, a opinião pública sofre de um forte processo de polarização, que divide a sociedade entre aqueles que se identificam com as posições políticas do Chega e aqueles que se colocam em oposição a elas. Isto constitui, por um lado, um risco para o partido, em termos de erosão da sua imagem, mas, por outro lado, é uma mais valia conscientemente utilizada em termos de autopromoção. Na medida em que a estratégia populista de Ventura funcione, o apoio que o seu partido recebe de alguns setores da população torna-se mais vincado graças às posições radicais que ele adota. Esta estratégia funciona de acordo com uma “visão moralista e altamente divisiva da sociedade – colocando as pessoas puras e trabalhadoras contra a elite corrupta e os imigrantes” (Mendes, 2021). Essa abordagem é revelada pelo uso de uma fórmula simplista, que o ator político costuma aplicar ao contexto nacional, a qual se pode verificar na seguinte publicação do Twitter:

Fig.1: Tweet – Metade do país a trabalhar para outra metade¹²



As polémicas que envolvem o Chega surgem, no geral, a partir das ações e do discurso de Ventura e, por isso, estão associadas à sua agenda política que é “altamente focada na criminalidade (e no apoio às polícias), e no alegado uso indevido de dinheiros públicos, seja em termos de corrupção no topo ou em recetores de apoio social em baixo que não o merecem. De entre estes últimos, os ‘ciganos’ são frequentemente alvos explícitos” (Mendes, 2021). O discurso de Ventura sobre estes temas sensíveis, que é interpretado como ambíguo por uns e como ofensivo por outros, alimenta debates sobre a possível caracterização do partido. Alguns consideram que

¹² <https://twitter.com/andrecventura/status/1358140293653139461>

este se insere no extremismo político, outros entendem que ele opera de acordo com as fórmulas habituais de outros partidos populistas da direita radical, as quais exploram as questões do securitarismo e do nativismo.

O Chega defende que existem questões de fundo sobre estes temas que necessitam de ser resolvidas e que essa é a consciência que o ‘povo comum’ ou a ‘maioria silenciosa’ têm. De acordo com o partido, esta maioria (na qual ele também se insere) está a ser ‘abafada’ devido ao discurso institucionalizado, dominado pelas elites políticas, que obedece ao ‘politicamente correto’. Na prática, o securitarismo e o nativismo revelam-se temas eficazes para mobilizar o ressentimento da população no sentido de obter o seu apoio nas eleições. Têm também o duplo efeito de desviar as atenções do eleitorado relativamente a certas medidas políticas que estão contidas no programa político do Chega, as quais o partido considera que são pouco apelativas para a população portuguesa: “Ventura concentra-se em salientar outros assuntos enquanto tenta ocultar as posições do partido relativamente a assuntos económicos, uma tática típica qual a qual pretende aumentar o seu apelo” (Mendes, 2021).

As questões ligadas ao nativismo e ao securitarismo assumem uma relação dinâmica na estratégia populista de Ventura. Por exemplo, a comunidade cigana é um alvo recorrente. Utilizada como um exemplo do que constitui um enviesamento do Estado em favor de determinados elementos da sociedade, ao mesmo tempo, é-lhe associada uma criminalidade imanente. No discurso do ator político ela é “acusada de viver de benefícios sociais, recusar integrar-se e falhar em obedecer à lei. Ventura frequentemente estende estas críticas às minorias em geral” (Mendes, 2021). O líder do Chega considera que, no contexto português, as minorias usufruem de direitos e, simultaneamente, da isenção de respeitar determinados deveres cujo cumprimento é exigido à maioria dos cidadãos. Como consequência, justifica dessa forma, os seus frequentes “pedidos para o incremento da proteção policial – implícita ou explicitamente conectando as minorias à criminalidade – assim como apelos nacionalistas genéricos” (Mendes, 2021). A publicação de Ventura que se segue é exemplificativa da sua posição relativamente a este tema:

Fig. 2 – *Tweet*: Os Ciganos¹³



Em entrevista¹⁴, uns meses antes das eleições legislativas, quando questionado se o Chega sobre se assumia como um partido de extrema direita, Ventura respondeu que este mantém “a matriz que desde o início o caracterizou, que é uma matriz essencialmente contra o sistema” (Ventura, Entrevista, CNN). O ator político justifica esta afirmação porque na sua opinião “se o partido fosse de extrema direita certamente que no Alentejo, onde há uma história e tradição de enraizamento comunista e socialista muito forte, o Chega não estaria a ter a adesão que está a ter, portanto o que os portugueses reconhecem em nós é capacidade de sermos contra o sistema” (Ventura, Entrevista, CNN). Além disso, Ventura afirma que há um preconceito na análise política e nos *media*, uma vez que estes facilmente conotam partidos de direita com o extremismo, e o mesmo não se verifica quanto aos partidos de esquerda, como o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista.

¹³ <https://twitter.com/andrecventura/status/1332323937204768773>

¹⁴ <https://cnnportugal.iol.pt/videos/o-chega-nao-e-de-extrema-direita-e-um-partido-contra-o-sistema/61a15a370cf21a10a411762d>

Ventura revela oportunismo político no seu discurso, assumindo implicitamente que as causas que o Chega opta por defender, respondem a uma procura eleitoral que existe em Portugal. Para ele, o partido assume-se como porta-voz do descontentamento do ‘povo’ relativamente ao sistema vigente: “nós recusamos o epíteto da extrema direita porque ele não é realista, nós somos essencialmente contra o sistema, é isso que nos tem mobilizado e são essas as lutas” (Ventura, Entrevista, CNN). Além disso desvaloriza o debate sobre o extremismo que ocorre em torno do Chega, sendo que para si a posição política adotada pelo partido corresponde ao contexto político português, onde as ideologias terão perdido bastante importância e o descontentamento assume-se agora como o melhor potenciador para a obtenção de apoio: “é ridículo e hoje as pessoas olham para isto e sabem que é ridículo [...] e sinceramente [...] eu acho que os portugueses [...] não estão preocupados em saber se estão a votar na extrema direita, na extrema esquerda, no centro direita, no centro esquerda. Querem um partido, ou um governante ou um candidato que lhes diga, estas são as minhas propostas. São contra o sistema? São! Mas eu acredito nelas. [...] Eu acho que é isso que hoje faz a diferença no debate político português” (Ventura, Entrevista, CNN). Portanto, o securitarismo e o nativismo, além de serem parte fundamental da estratégia populista de Ventura, contribuem para o estabelecimento da sua autoridade carismática, visto que o ator político centra em si o papel de liderança para corrigir os problemas que lhes estão associados e utiliza esses temas para fundamentar os atos de subversão do sistema vigente em que incorre, assim como para justificar a sua ambição declarada de instaurar um novo sistema político.

O líder do Chega, quando questionado se admitiria rever as posições mais polémicas do partido quanto à imigração, a comunidade cigana, a justiça, entre outras, no sentido de moderar o seu discurso, até por uma possível necessidade de entendimento com os outros partidos parlamentares da direita, recusou essa possibilidade: “se eu fizesse isso estaria a fazer o contrário daquilo que os militantes querem e que os portugueses, que estou convicto que votam no Chega, querem. Quando Rui Rio diz que admite ter uma coligação com o Chega, se o Chega se moderar, o que está a dizer é, se o Chega perder a sua identidade, eu admito falar com ele. Talvez os outros partidos o tenham feito. O Chega não o vai fazer” (Ventura, Entrevista, CNN).

Portanto, Ventura assume que irá continuar a sua estratégia populista porque entende que sem ela o Chega perderia a força eleitoral que manifesta neste momento na esfera política portuguesa. Admite, ainda assim, alguma abertura para negociação com outros partidos no sentido de realizar entendimentos políticos que favoreçam o Chega: “vamos pedir que haja um

maior controlo da imigração nas fronteiras externas da União Europeia? [...] Vamos continuar a mantê-lo. E se me perguntar, honestamente, se o Chega vai deixar de dizer que hoje temos um problema em Portugal com a comunidade cigana? Nós também não vamos deixar de o dizer. Portanto não, não vamos alterar o nosso posicionamento. Isto não quer dizer que o Chega não esteja capaz e que não esteja ciente de que em política é preciso chegar a entendimentos [...] não podem pedir ao Chega que deixe de defender que os presos trabalhem, que deixe de defender que a justiça tenha penas mais [...]” (Ventura, Entrevista, CNN).

A longo prazo, sobretudo após a obtenção de cargos políticos, a autoridade carismática tenda a moderar-se. A estratégia política, assente como está na figura do líder do Chega, conseqüentemente, poderá vir a seguir o mesmo caminho. Se isso ocorrer, será determinante neste processo o grau de divergência das posições que surjam entre os membros do partido, por exemplo nestas questões do securitarismo e do nativismo, no sentido de conseguirem um consenso relativamente à lógica política a seguir.

4.3.1. Os Imigrantes, As Minorias e as Questões Raciais

No que toca ao nativismo do Chega, o mesmo anda em torno das questões dos imigrantes, das minorias (sobretudo da comunidade cigana), do nacionalismo e, conseqüentemente, das questões raciais que surgem ligadas a estes temas.

Relativamente à imigração, num discurso de Ventura no parlamento, fica implícita uma distinção entre ‘tipos’ de imigrantes, na mesma lógica que também há no Chega uma diferenciação entre ‘tipos’ de comunidades (no programa do partido aparece a distinção entre comunidades de ‘ordem superior’ e de ‘ordem inferior’), relativamente à sua inserção no meio português. A questão que o político pretende que sobressaia do tema da imigração é a do tratamento ‘privilegiado’ que, em seu entender, os imigrantes recebem, do sistema e dos partidos políticos tradicionais, a nível do poder local, em comparação com os ‘portugueses de bem’. Assim, o tema é útil para a obtenção de apoio popular e serve também como arma de arremesso contra os opositores políticos do Chega: “[...] a imigração que temos [em Portugal] é uma ilegal e outra legal. Não é disso que se trata neste caso. Todos os países o têm. O que não podemos nunca, o que não devemos, o que não temos o direito, é de dizer que estes homens e mulheres que vieram para Portugal trabalhar e que devem ser acolhidos com dignidade valem mais que os nossos

próprios que cá estão a trabalhar e a pagar impostos há anos. Em concelhos alguns deles de partidos que hoje aqui dizem que há anos denunciam o problema, mas os têm ali mesmo, há décadas, a geri-lo sem qualquer solução [...] Vergonha. Vergonha de um Estado que não consegue tratar os portugueses melhor. Que não consegue tratar com dignidade aqueles para quem foi eleito e que merece esse trabalho”¹⁵.

Ventura defende uma seleção do ‘tipo’ de imigração a aceitar em Portugal e na Europa: “precisamos ou não de imigração? Precisamos, mas devemos ser capazes de fazer uma reflexão sobre a imigração que queremos”.¹⁶ Isto porque associa a ocorrência de criminalidade à imigração de origem islâmica, tomando por exemplo outros países europeus. Apesar de os índices desta imigração em Portugal serem relativamente reduzidos, ela não deixa de ser enquadrada como uma ameaça para o país, em termos do que o ator político prevê que possa vir a acontecer a curto-prazo: “a imigração islâmica é um perigo para Portugal, é um perigo sobre as nossas mulheres e sobre as nossas cidades”¹⁶. Assume a posição culturalmente tradicional segundo a qual as mulheres necessitam de proteção dos homens, o que, naturalmente tem implícita a conceção de uma sociedade em que a mulher, devido à sua natureza frágil, se submete ao homem. Explora os medos atávicos, que povoam o subconsciente coletivo, sobre os riscos que as mulheres correm de sofrer violências, e procura utilizá-los para convencer o público de que todo o muçulmano é um potencial perigo. Implícito está também o preconceito religioso contra o islamismo pois esse é, no seu discurso, o fator diferenciador que torna os homens prováveis agressores das mulheres. Há, portanto, uma instrumentalização da questão por parte de Ventura, seguindo a mesma lógica utilizada por outros partidos populistas de direita europeus, ao transpor um medo para a realidade portuguesa:

¹⁵ https://www.youtube.com/watch?v=7qsjSITJn8&ab_channel=CHEGATV

¹⁶ <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/20210506-1827-ventura-diz-que-imigracao-islamica-e-um-perigo-para-portugal-e-ouve-protestos-a-esquerda>

Fig. 3 – *Tweet*: O Islamismo¹⁷



Relativamente às minorias, a comunidade cigana é o exemplo mais frequente de Ventura e serve como exemplo da mesma lógica populista que pode ser aplicada a outras minorias no contexto português.

Para Ventura, como ator político, o Estado português tem atuado de forma demasiado tolerante relativamente às minorias, conferindo-lhes benefícios sem lhes exigir o cumprimento de deveres básicos. Encontra-se, portanto, comprometido na sua ação e insiste em prejudicar a maioria dos cidadãos, situação essa que o Chega pretende reverter: “Dizem-me muitas vezes: ‘Se os tira de casa, eles vão acampar para o meio da rua ou para a porta da câmara municipal.’ É preciso esclarecer o seguinte: o Estado de Direito não pode ter medo de grupo nenhum nem de minorias nenhuma, tem de estar acima de tudo. As pessoas ditas ‘normais’ ou da ‘maioria’, se não pagarem a sua casa ou a sua renda, não são despejadas?”¹⁸. De notar que o ‘despejo’ das ditas ‘pessoas normais’ não constitui um fator de preocupação social para Ventura. Afinal, pode-se concluir das suas palavras que o que mais o ofende será a pretensa maior capacidade reivindicativa dos ciganos. Segundo essa lógica, a ‘questão cigana’ ficaria esvaziada de importância se essa comunidade fosse submissa e se conformasse com o despejo.

As minorias e, especificamente a comunidade cigana, inserem-se na lógica populista do ‘outro’, nomeadamente aquele que vive à custa do ‘povo honesto e trabalhador’. Tudo isto se deve ao que o Chega considera o falhanço do multiculturalismo, (devido ao qual o sistema da segurança

¹⁷ https://twitter.com/AndreCVentura/status/1162278580467818497?s=20&t=Yx9IPiHayFB-A_57ErYAMg

¹⁸ <https://sicnoticias.pt/eleicoes-legislativas/andre-ventura-o-candidato-anti-sistema-gerado-pelo-proprio-sistema/>

social dá, na sua opinião, prioridade a esta parte da população em detrimento dos restantes cidadãos). No entanto, Ventura procura afastar das suas intenções qualquer conotação com o racismo, defendendo-se com a ideia de que o ‘politicamente correto’, institucionalizado na sociedade portuguesa, impede de lidar com determinados problemas reais, os quais o Chega não tem medo de abordar: “temos tido uma excessiva tolerância com alguns grupos e minorias étnicas. Não compreendo que haja pessoas à espera de reabilitação das suas habitações, quando algumas famílias, por serem de etnia cigana, têm sempre a casa arranjada. Já para não falar que ocupam espaços ilegalmente e ninguém faz nada. Quem tem de trabalhar todos os dias para pagar as contas no final do mês olha para isto com enorme perplexidade. Isto não é racismo nem xenofobia, é resolver um problema que existe porque há minorias no nosso país que acham que estão acima da lei”¹⁹. Implicitamente, Ventura compraz-se com aquilo que considera ser a passividade dos ‘portugueses de bem’. Não defende que a maioria lute pelos mesmos direitos que supostamente tem a maioria cigana. Antes incentiva a que a maioria se predisponha contra a minoria, naquilo que alguns consideram um ‘discurso de ódio’. Este alimenta-se de antigos preconceitos e procura reavivá-los.

¹⁹ <https://www.dn.pt/poder/ciganos-imigrantes-e-prisoas-o-que-diz-andre-ventura-11379814.html#media-1>

Fig. 4 – *Tweet*: A Comunidade Cigana²⁰



Em 2020, em contexto da pandemia de Covid, Ventura propôs um plano de confinamento específico para a comunidade cigana, por considerar que esta não estaria a respeitar as normas sanitárias, o que, conseqüentemente, agravava o risco de contágio. Numa carta a Rui Rio expôs o que constituiria esse plano: “mais policiamento junto das zonas de residência dessas comunidades, maior investimento em ações de formação e sensibilização e regras de confinamento específicas [...]. Penso que concordará que as comunidades ciganas – ou melhor, o seu comportamento e atitudes específicas - não caindo em generalizações de qualquer tipo, representam hoje um forte problema de segurança e saúde pública nalgumas regiões do país” (André Ventura Cit. in Serrano, 2021: 236). Esta ideia, no geral, foi mal recebida pela sociedade civil, segundo os media, e gerou manifestações de indignação por parte de muitos cidadãos. O debate sobre esta polémica, que se deu em grande parte nas redes sociais, agravou-se quando o futebolista Ricardo Quaresma (de etnia cigana) acusou Ventura de racismo. Se por um lado isto

²⁰ <https://twitter.com/andrecventura/status/1296805002711830531>

afetou a imagem de Ventura e do Chega, conotando-os de racistas e xenófobos, ao mesmo tempo, contribuiu para chamar mais a atenção do público sobre o partido e o seu líder.

Ao longo do seu percurso político, o Chega tem sido associado ao extremismo, ao racismo e à xenofobia. O discurso populista de Ventura é interpretado nesse sentido ou visto, no mínimo, como ambíguo no que toca a estas questões. Isto permite que cidadãos defensores dessas ideias se identifiquem com e procurem associar-se ao partido. Houve membros importantes do partido que foram acusados de ter ligações à extrema direita e ocorreram mesmo situações em que militantes do Chega, presentes em comícios, fizeram a saudação nazi.²¹ Ventura concentra-se em obter apoio eleitoral e, ao ver que o seu partido é alvo de um forte crescimento, apesar de afirmar que pessoalmente não se identifica com o extremismo político, tem dificuldade em distanciar-se, e ao partido, dessas conotações: “desde as eleições legislativas, crescemos mais de mil por cento. A grande maioria inscreve-se através do site. É impossível fazer um rastreio a todos, mas vamos ficar atentos às inscrições em fluxo e, de acordo com o espírito da lei, fazer uma pesquisa sobre o seu passado político” (Ventura, RR)²².

Ventura já se viu diretamente envolvido em situações que puseram em causa se ele seria racista ou não. Um caso de destaque ocorreu em 2020, relativamente à ex-deputada do Livre, Joacine Katar Moreira, quando Ventura reagiu nas redes sociais a uma proposta sua para a restituição de património das ex-colónias portuguesas às comunidades de origem.

Isto gerou reações de repúdio por outros partidos e por uma parte significativa da opinião pública. Ventura defendeu-se afirmando que a sua linguagem era irónica e reveladora de uma preocupação sobre a ocorrência de um revisionismo histórico português que entra em choque com a posição nacionalista do seu partido: “qualquer dia nós vamos começar a reescrever a história de tal forma que tudo aquilo que tínhamos feito nos últimos oito séculos vamos ter agora que reparar. [...] O que eu disse ali, numa linguagem algo irónica, foi que quem não gosta da nossa história, quem não se integra e quem não entende a nossa história, quem acha que nós somos assim tão maus, não está cá a fazer nada, foi isso que no fundo quis dizer” (Ventura, RR).

Também neste caso, o ator político considera que está a ser alvo do politicamente correto, com a intenção de impedi-lo de se expressar livremente: “país de hipocrisia em que tudo é racismo

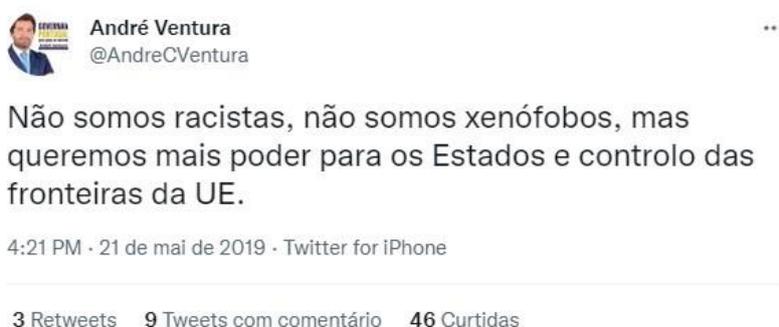
²¹ <https://www.dn.pt/pais/ventura-notificado-para-testemunhar-em-inquerito-sobre-saudacao-nazi-em-comicio-do-chega-12434578.html>

²² <https://rr.sapo.pt/especial/pais/2020/04/05/chega-as-mil-e-uma-polemicas-de-andre-ventura-na-politica/188048/>

e tudo merece imediatamente uma chuva de lamentos e de análises histórico-megalómanas. O nosso problema não é o racismo. É a hipocrisia. É o síndrome Joacine que começa a invadir as mentalidades. Por mim não passarão” (Ventura, RR).

Para Ventura, em pano de fundo a estas questões, existem problemas estruturais em Portugal que não estão a ser resolvidos. Assim, coloca o seu partido numa posição de insurreição, em nome do ‘povo’ português, contra o sistema que sustenta esse status quo que prejudica os cidadãos:

Fig. 5 – *Tweet*: ‘Não somos racistas’²³



As discussões sobre estes temas ganham destaque nos meios de comunicação social devido ao seu teor polémico, mas grande parte delas ocorre nas redes sociais, as quais são um meio onde o Chega capta grande parte do seu apoio político. Estas permitem um contacto direto e não mediado entre Ventura e os seus seguidores, o que é um dos indicadores da categoria do personalismo da autoridade carismática. Ao mesmo tempo, a instrumentalização das questões ligadas ao securitarismo e ao nativismo, ainda que por si não tenham grande força de mobilização no contexto português, quando em comparação com outros casos europeus, se forem habilmente enquadradas por um ator político, servem para deslegitimar o sistema vigente e justificar a necessidade de constituir um novo.

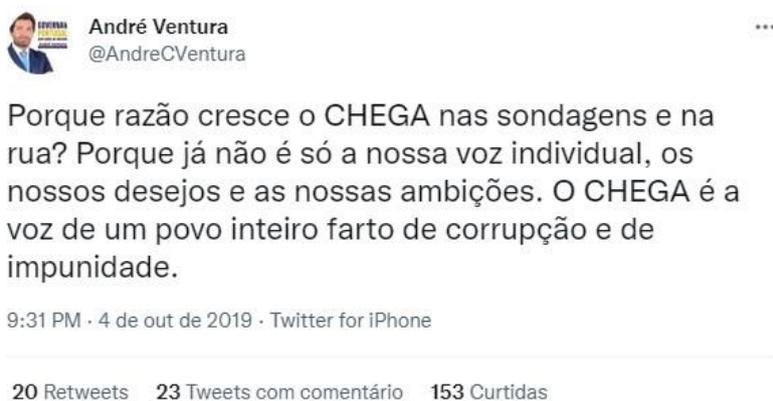
²³ <https://twitter.com/AndreCVentura/status/1130856180065099777?s=20&t=ZLArYy4VJhPGMsoFGXvXOg>

4.3.2. O apoio às Forças Policiais

A componente do securitarismo no populismo do Chega assume grande importância para a obtenção de apoio político. A realidade portuguesa é habilmente enquadrada por Ventura como estando contaminada por corrupção (sobretudo das elites políticas) e por criminalidade generalizada. Estas questões, ampliadas pelos vários programas de televisão e outros media dedicados a estes assuntos (como o canal Correio da Manhã), levam os cidadãos portugueses a sentirem-se afetados diretamente.

O líder do Chega coloca-se frequentemente numa posição de análise externa ao partido quando discute o seu crescimento. Como é possível verificar na publicação do Twitter que se segue, Ventura tem consciência do peso que o tema da segurança tem para a obtenção de apoio eleitoral. Para o ator político, o seu partido integra um movimento social abrangente que surge do descontentamento e de um sentimento geral de insegurança percecionado em Portugal. O Chega, sob orientação de Ventura, pretende assumir a posição de liderança e de porta-voz deste movimento visando culminar na constituição de um novo sistema político:

Fig. 6 – *Tweet*. O Chega como Porta-voz do Povo²⁴



²⁴ <https://twitter.com/AndreCVentura/status/1180218859648888837?s=20&t=hQBAibEfqUC3WhroNwi7Tg>

A análise da intervenção de André Ventura na manifestação das forças de segurança e do movimento zero no dia 21 de novembro de 2019 (Ventura, SIC Notícias)²⁵ é um exemplo prático relevante porque se insere na componente populista do securitarismo do Chega e pode ajudar a esclarecer questões sobre as conotações do partido com o extremismo e o aproveitamento de movimentos, grupos ou sindicatos, neste caso, das forças de segurança, de acordo com uma estratégia política, para obtenção de apoio popular. Além disso é um exemplo prático da relação direta da autoridade carismática do líder político André Ventura com uma massa popular, na qual estão presentes, tanto indicadores do personalismo, como do radicalismo.

Nesta manifestação, que reuniu cerca de 13 mil agentes da PSP e militares da GNR, André Ventura foi o único deputado a discursar. Os jornalistas destacaram a entrada em cena do líder do Chega, em relação aos demais atores políticos, e demonstraram expectativa relativamente à ação que ele poderia tomar na situação. Era detetado pelos *media* um forte potencial de polémica ou, até mesmo, a possibilidade de Ventura servir como catalisador para a ocorrência de conflito. Houve, portanto, grande interesse mediático pela situação, sendo realizadas transmissões em direto: “a tensão criada pela presença de polícias dos dois lados do protesto que se manifestavam e os que garantiam a ordem da manifestação - justificava a expectativa” (Serrano, 2020: 233).

Apesar de os dirigentes dos sindicatos e dos membros das forças de segurança criticarem a atuação do ator político relativamente à manifestação, que deveria ser apartidária, a reação de grande parte da multidão foi de cumplicidade para com o líder do Chega, recebendo-o de ânimos exaltados, com palmas e clamando: “Nós só queremos Ventura no poder, Ventura no poder” (RTP, telejornal, 2019).

Ventura surge vestido com uma t-shirt de apoio ao Movimento Zero e com um símbolo nacional ao peito, a bandeira de Portugal. Este ato pode à partida ser entendido como uma evidência do indicador de existência de uma relação não mediada entre o líder político e os seguidores. Isto por causa da disponibilidade de Ventura para se misturar com a multidão e a receção da mesma, que parece reconhecer no político um porta-voz para as suas reivindicações.

Ventura, no seu discurso às forças de segurança, faz a distinção típica do populismo, de forma subentendida, entre o ‘povo’ e o ‘outro’. O segundo, nesta situação, engloba o sistema e as elites políticas, nomeadamente o governo socialista: “Não queriam que aqui viessem, montaram

²⁵ https://www.youtube.com/watch?v=IKKP2NqZ18M&ab_channel=CHEGATV

barreiras para nos impedir de falar. Montaram barreiras para vos impedir aqui de manifestar. Nunca o aceitaremos e vamos continuar a lutar para que os nossos polícias e as nossas forças de segurança tenham as melhores condições possíveis. Viva a polícia, viva Portugal” (Ventura, Cit. in Serrano, 2020: 233)

Perante as câmaras, Ventura acusa o Primeiro Ministro António Costa e o Partido Socialista de negligenciar os apoios às forças de segurança, no que toca à compra de todo o tipo de equipamentos e de negar a situação, e afirma ter documentos que o comprovam. Isto coloca o governo socialista na posição do ‘outro’, o qual Ventura caracteriza como incompetente e coloca em causa a confiança que os cidadãos possam depositar nele. Para o líder do Chega, o governo é culpado de um estado negativo em que diz encontrar-se o país. Estas afirmações, em consonância com o contexto em que são proferidas, remetem para a categoria do radicalismo, nomeadamente, para o indicador de um ato de deslegitimação do sistema vigente: “[Isto] mostra bem a vergonha [...] do país a que chegamos. O que nós esperamos é que esta manifestação sirva para alertar o governo para o que se passa e da vergonha que tem sido a atuação do Sr. Ministro da Administração Interna nesta matéria” (Ventura, SIC Notícias)

Por outro lado, Ventura enquadra os manifestantes na sua conceção de ‘povo’ e, ao mesmo tempo, de forma mais subtil procura afastar o seu partido de conotações com o espectro da extrema direita. Isto permite também abarcar as forças de segurança nessa identificação ou causa comum, independentemente das ideologias que estes possam ter. Além disso, procura ficar bem visto perante a opinião pública: “Estes homens que estão aqui hoje não são nem de extrema direita, nem de extrema esquerda, são cidadãos de bem que querem que esta casa que aqui está comece a respeitá-los” (Ventura, SIC Notícias).

Após ser questionado se estaria a ‘colar-se’ ao movimento, responde desviando o tema para o ónus da responsabilidade, relativamente às reivindicações das forças de segurança, nas instituições do Estado “as reivindicações são muito justas e o que nós queremos é trazer justiça aqui a esta casa [...] que tem esquecido estes homens e estas mulheres durante tantos anos, é tempo de acabar com isso” (Ventura, SIC Notícias).

Quando novamente questionado por uma jornalista se estaria a ceder a algum tipo de aproveitamento político, Ventura afasta a ideia: “Não estou aqui para isso, a minha campanha foi essa quando ainda eramos um partido minúsculo. Hoje somos um partido com assento parlamentar e temos as mesmas causas e os mesmos objetivos e vamos continuar a lutar por

isso” (Ventura, SIC Notícias). Com esta afirmação o próprio revela um oportunismo político e uma instrumentalização da causa, ao se posicionar do lado da mesma, de forma a obter o apoio deste setor socioprofissional. A afirmação segundo a qual este ato não constituía um aproveitamento da atenção mediática para benefício pessoal e do partido, no mínimo coloca em causa uma possível reincidência nessa estratégia política. Revela também que o próprio André Ventura tem dificuldade em separar-se (‘a minha campanha’) do partido, o que se enquadra no indicador da centralização do poder no líder do partido, da categoria do personalismo.

Ventura quando questionado se o Movimento Zero, por ser anónimo e não ser sujeito a grande controlo, poderia ser considerado perigoso, na sua resposta demonstrou uma preferência para uma relação direta com as massas populares não organizadas, ao invés dos sindicatos que são organizados e funcionam como mediadores entre os setores profissionais e a esfera política: “acho que o tempo do sindicalismo tradicional provavelmente acabou. O que temos aqui hoje é homens e mulheres organizados pela internet, nas suas dinâmicas próprias, familiares, a dizer que se queriam manifestar contra esta situação. Porque é que as manifestações têm que ser todas organizadas por sindicatos? [...] Nós estaremos do lado destas pessoas quer estejam em sindicatos, quer não estejam” (Ventura, SIC Notícias).

Quando questionado se haveria o perigo de existirem pessoas infiltradas que provocassem distúrbios e desacatos na manifestação, Ventura diz que isso é uma possibilidade em todas as manifestações e afirma: “nós tivemos a preocupação de vir aqui em paz [...] não queremos apelar a nenhuma, nem perturbações nem alterações de ordem pública” (Ventura, SIC Notícias). Este pormenor corrobora a ideia de que o partido não é extremista, pois nesse caso poderia recorrer à violência. Enquadra-se mais no radicalismo que opera de forma mais simbólica e verbal. Portanto, há uma tentativa de afastamento do partido de quaisquer responsabilidades práticas relativamente a incidentes que pudessem ocorrer, procurando que este ficasse associado à causa apenas simbolicamente. Isto permite obter apoio de acordo com o jogo democrático, e sem eventuais repercussões negativas. Assim, Ventura apresenta-se como porta-voz destes manifestantes (povo) na Assembleia da República: “estamos aqui para dizer que estamos com eles. A única coisa que queremos é passar a mensagem clara de que a voz deles vai ser ouvida ali dentro”; “[a mensagem dos manifestantes] passa, sobretudo, e por isso é que nós estamos aqui, quando o movimento organizado por homens e por mulheres ganha voz na Assembleia da República [...] e é assim que em democracia deve ser” (Ventura, SIC Notícias).

No que toca ao ato governativo, Ventura menciona a intenção de aplicar algumas medidas de apoio às forças policiais, mas destaca sobretudo que o Chega pretende “acabar com este clima de impunidade que graça em Portugal. É a melhor prova que podemos dar que estamos ao lado destes homens e destas mulheres. Se não fizermos nada agora, devemos ter vergonha daqui a quatro anos” (Ventura, SIC Notícias). Na base do seu discurso incisivo, pode encontrar-se repetidamente, como tema válido, certas falhas reais do sistema democrático, que atingem os cidadãos, neste caso sobretudo as forças policiais: “Milhares de pessoas protestam por estarem a ser maltratadas e o governo olha para o lado, não podemos continuar a fazer isso, a polícia é um pilar fundamental do Estado de Direito, ou olhamos para isto a tempo ou vamos ter problemas sérios na nossa democracia” (Ventura, SIC Notícias).

Novamente para justificar a associação com o Movimento Zero e afastar ideias de oportunismo político, Ventura afirma: “lemos as reivindicações deste movimento [...], lemos os seus objetivos e dissemos, nós acreditamos nisto, não queremos nem usar o movimento, nem nos infiltrar no movimento” (Ventura, SIC Notícias). Opta, no entanto, por imediatamente disponibilizar uma interpretação para o facto de se encontrar entre os manifestantes e vestido simbolicamente de acordo com o movimento: “Esta t-shirt não deixa margem para dúvidas, eu associei-me e o meu partido a este movimento. Nós é que nos associamos, não foram eles que se associaram a nós. Mantêm a sua total independência. O que nós queremos dizer é, os objetivos deles, as reivindicações que aqui trazem hoje, nós vamos levar à Assembleia da República, algumas já levamos [...] porque se não o fizemos [...] vergonha sobre nós” (Ventura, SIC Notícias).

Quando questionado sobre a sua capacidade de interceder no parlamento em defesa da causa das forças de segurança, que como deputado único era, na altura, mais limitada, a resposta de Ventura pode ser entendida como uma revelação de que o verdadeiro objetivo da sua intervenção na manifestação, é o de obter o apoio eleitoral necessário para cumprir com os objetivos estabelecidos para o Chega e, conseqüentemente, que o partido possa pôr em prática um estilo de governação próprio. Isto evidencia a categoria do radicalismo através do indicador ‘ambição de constituir um novo sistema’: “Hoje sou só um deputado, aqui estão milhares de pessoas. Um dia estas milhares de pessoas votarão, como muitos outros, e ali dentro conseguiremos ter uma maioria. Nesse dia Portugal viverá muito melhor” (Ventura, SIC Notícias).

Este ato de Ventura obteve sucesso, em termos de estratégia política, pois “o episódio da intervenção do deputado do Chega foi intensamente debatido nos canais de televisão. André

Ventura foi a ‘estrela’ do dia e da noite, relegando para segundo plano as reivindicações das forças de segurança que organizaram a manifestação” (Serrano, 2020: 234).

No que toca ao securitarismo, a defesa de medidas como a prisão perpétua e a castração química de condenados por pedofilia, ganha tração numa parte do eleitorado, que as considera adequadas devido à gravidade que percebe em certos crimes. No entanto, elas são, sobretudo, propícias a causar polémicas na comunicação social, o que faz recair mais atenção pública sobre André Ventura e o Chega.

Ventura defende no seu discurso a implementação do trabalho para os reclusos e a existência da pena de prisão perpétua para determinados crimes. Isto insere-se na sua conceção populista de que parte dos portugueses trabalha para sustentar outra parte: “Não me parece justo que alguém que mata várias pessoas de forma aleatória, fria e por motivos fúteis possa estar cá fora ao fim de 12 anos. (...) Defendo a obrigatoriedade de trabalho para os reclusos. Quem está na prisão é porque cometeu um crime de forma voluntária então não é justo que também ele contribua para aquilo que estamos nós todos a contribuir? Alguns chamam a isto trabalhos forçados, querem chamar-lhe isso, força. Não me importo” (Ventura, DN)²⁶.

O tema da castração química dos pedófilos também é frequente no discurso de Ventura: “apesar de serem ambos crimes gravíssimos, não posso equiparar quem mata duas pessoas e quem abusa sexualmente de duas pessoas. Mas o perigo para a sociedade é muito grande e aquele tratamento químico garante que não haverá reincidência dos ímpetos sexuais para voltar a atacar” (Ventura, DN).

Algo que evidencia a instrumentalização dos temas ligados à segurança é o facto de que, pessoalmente, Ventura afirma ser contra a pena de morte, no entanto, apesar dos seus ‘fortes princípios cristãos’, demonstra-se aberto ao debate sobre o tema dentro do partido. Foi, nesse sentido, realizado um referendo à possibilidade de o Chega defender a medida, o que foi chumbado pelos seus militantes (com 56% dos votos)²⁷:

²⁶ <https://www.dn.pt/poder/ciganos-imigrantes-e-prisoas-o-que-diz-andre-ventura-11379814.html>

²⁷ <https://rr.sapo.pt/noticia/politica/2020/09/05/militantes-do-chega-chumbam-pena-de-morte-e-reelegem-andre-ventura/206076/>

Fig. 7 – *Tweet*: Pena de Morte²⁸



Nenhuma das posições de Ventura e do Chega relativamente ao securitarismo se encontram bem defenidas. Estas parecem ir sendo ajustadas mediante a recetividade da opinião pública às medidas que são propostas. Na estratégia populista de Ventura estas questões têm um papel fundamental pois contribuem para as tentativas de deslegitimação do sistema vigente através das acusações que são feitas usando-as como pretexto. Além disso, servem como justificação para uma das ambições do Chega, que é a do reforço das medidas judiciais e dos estatutos das forças de segurança, o que faz parte do objetivo final do partido de constituir uma nova ordem e um novo sistema em Portugal:

Fig. 8 – *Tweet*: O Reforço das Forças Policiais²⁹



²⁸ <https://twitter.com/andrecventura/status/1284492727548346368>

²⁹ <https://twitter.com/andrecventura/status/1267802081793994754>

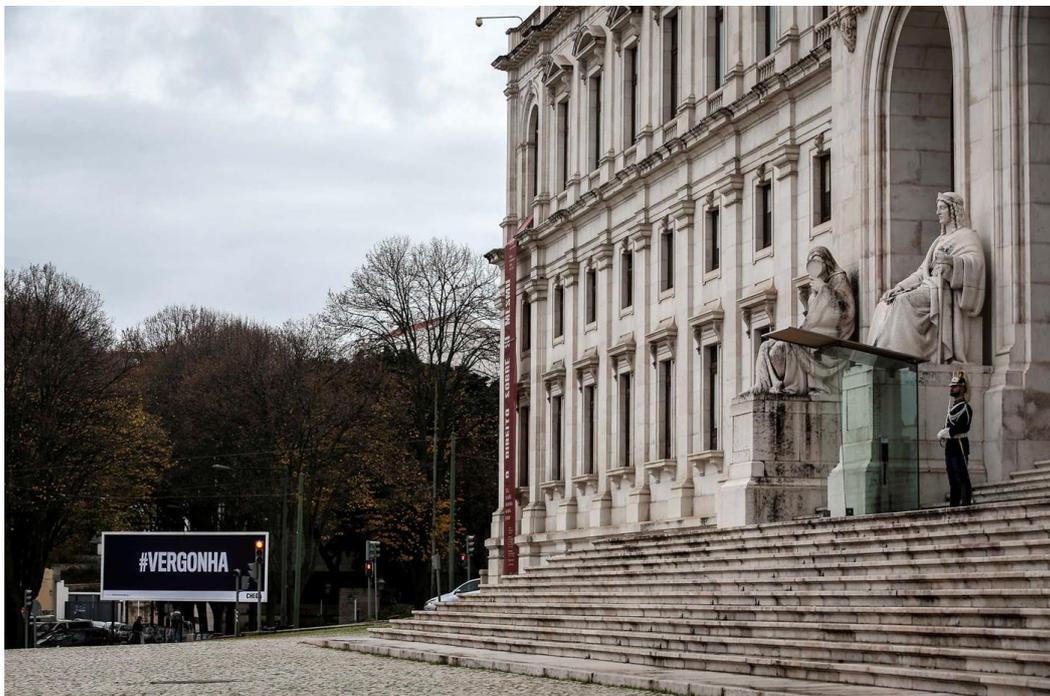
4.2. Os Outdoors e outras considerações

Os outdoors fazem uso de uma linguagem simbólica e são um dos recursos mais utilizados nas campanhas políticas. De uma forma simples e sintética, geralmente com o recurso a imagens e slogans, transmitem determinados valores que os partidos se propõem defender. Procuram, geralmente, posicionar-se relativamente a questões que consideram importantes para a opinião pública e ganhar uma presença no subconsciente dos eleitores que os levem a identificar-se e, conseqüentemente, a converter isso em apoio eleitoral.

Nesse sentido, foram recolhidos alguns cartazes pertinentes, de André Ventura e do Chega, para análise. Estes contêm simbologia que é importante descodificar para expor evidências da sua estratégia política populista, e revelar os indicadores que compõem o modelo analítico da autoridade carismática.

4.4.1. Cartaz 'Vergonha' colocado em frente ao Parlamento

Fig. 9 – *Outdoor*. 'Vergonha'³⁰



³⁰ <https://www.in.pt/nacional/vergonha-chega-poe-novo-cartaz-junto-ao-parlamento-11620737.html>

Este cartaz foi erguido no decorrer de uma situação polémica³¹ que ocorreu em pleno debate parlamentar (12/12/2019) quando eram discutidos projetos de lei e de resolução para a remoção de amianto em edifícios, equipamentos e instalações. Na sua intervenção, relativamente à matéria, Ventura incorreu num ato que remete para o indicador da deslegitimação do sistema, dentro da categoria do radicalismo: “É vergonhoso. Este projeto [...] só tem uma palavra: vergonha! É isto que caracteriza este governo e este partido socialista” (Ventura, AR)³².

Após o líder do Chega se pronunciar, o Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, repreendeu o deputado por utilizar a palavra ‘vergonha’ demasiadas vezes na sua intervenção: “Senhor Deputado utiliza a palavra ‘vergonha’ e ‘vergonhoso’ com demasiada facilidade, o que ofende muitas vezes todo o parlamento [...]”. Os ânimos exaltaram-se entre os dois intervenientes e houve aplausos de bancadas.

Ventura de seguida pediu a palavra para ‘efeitos de defesa da honra’: “É que, penso eu [...], que um deputado utiliza as expressões que entender legítimas, no contexto que entender legítimo, da liberdade de expressão, que lhe é atribuída pela constituição no parlamento” (Ventura, AR).

A isto, Ferro Rodrigues respondeu que “não há liberdade de expressão quando se ultrapassa a liberdade de expressão dos outros, que é o que o senhor faz, na maior parte das vezes que intervém”. De seguida cortou a palavra a Ventura para passar para a intervenção seguinte: “Não tem a palavra. Já terminou”. Ainda assim, foi possível ouvir Ventura a dizer: “Oh Senhor Presidente, desculpe lá, [...] é uma vergonha o que se está a passar neste Parlamento, é vergonhoso o que se está a passar neste Parlamento, é vergonhoso, verdadeiramente” (Ventura, AR).

De salientar que a palavra ‘vergonha’ é frequentemente utilizada na cena política (nas últimas duas legislaturas, desde 2009, foi usada 2198 vezes no parlamento)³³, até pelo próprio Ferro Rodrigues³⁴. Também na mesma sessão plenária, após este acontecimento, a palavra foi

³¹ https://www.youtube.com/watch?v=AvsWEeTSh18&ab_channel=CHEGATV

³² https://www.youtube.com/watch?v=ueFHmtH2zHw&ab_channel=CHEGATV

³³ <https://observador.pt/opiniao/vergonha-foi-usado-2198-vezes-no-parlamento-na-ultima-decada/>

³⁴ https://www.youtube.com/watch?v=aEjXgBlz4w&ab_channel=CHEGATV

utilizada na intervenção do Bloco de Esquerda³², não tendo sido sujeita a uma reprimenda pelo Presidente da AR. O termo 'vergonha' foi, recentemente, apropriado em grande medida por Ventura, o qual o utiliza nas mais diversas situações. Tornou-se quase um mote³⁵ do partido contra o 'outro', ou seja, o sistema e as elites.

À parte da discussão entre uma possível conotação pejorativa da palavra 'vergonha', ou de um abuso de poder por parte do Presidente da Assembleia da República, perante uma parte da opinião pública, este acontecimento alimentou a ideia de que Ventura e o Chega são alvos de um tratamento diferenciado, por parte dos órgãos institucionais, que os pretendem conter ou censurar ('calar'). Como consequência, isto ajudou a reforçar a lógica de diferenciação populista, entre os eleitores que se identificam com o partido, o 'povo', do qual André Ventura se afirma como porta-voz, e o 'outro', neste caso o sistema.

O local estratégico onde o Chega ergueu o cartaz, o qual se associa à origem da polémica, o Parlamento, revela oportunismo político. Apesar de esta forma de marketing sugerir a associação, para que o público a faça, o que depende das considerações individuais relativamente à situação, pode conquistar e reforçar o apoio daqueles que admirarem a iniciativa. Esta iniciativa, em linha com a ação de Ventura, contém um forte simbolismo e constitui um desafio com vista à subversão do sistema, indicador que remete para a categoria do radicalismo.

Ventura, na justificação oficial dada para a afixação do cartaz, afirmou que o Chega pretende defender a sua posição, relativamente à situação, e alertar para um potencial abuso de poder das instituições públicas: “o objetivo é mostrar que não vamos retirar a palavra 'vergonha' do nosso léxico” e que “também não vamos permitir que nenhum órgão, neste caso o presidente da AR, possa exorbitar as suas funções e começar a ser um polícia da linguagem na Assembleia” (Ventura, JN)³⁶.

O líder do Chega, recusou estar a fazer qualquer aproveitamento político do ocorrido, apesar de admitir que o partido possa ter beneficiado com ele. Opta por centrar a questão num ataque à sua honra. Contudo, aproveitou, ao mesmo tempo, para ampliar a discussão sobre a situação, o que lhe permitiu fazer novas investidas no sentido de deslegitimar o sistema perante os cidadãos: “independentemente do impacto político que isto possa ter, senti-me humilhado. E,

³⁵ Um 'mote' no marketing político pode ser entendido como um dos conceitos que caracteriza uma campanha política. De uma forma sintática, ele representa simbolicamente determinados valores e transmite, assim, uma proposta política aos eleitores.

³⁶ <https://www.in.pt/nacional/vergonha-chega-poe-novo-cartaz-junto-ao-parlamento-11620737.html>

sobretudo, senti que os portugueses sentiram que um órgão de soberania, ao qual também pertenço, está a ficar cada vez mais vergonhoso. Portanto, seja o impacto político benéfico para nós ou não, eu não gostei que isto acontecesse” (Ventura, JN).

A posição de vítima é útil para reforçar a perceção de que Ventura pertence ao ‘povo’, em oposição a um sistema opressor, através da instrumentalização da situação e da transposição do ato, de que foi alvo individualmente, para uma lógica coletiva: “não usarei a palavra 'vergonha' como provocação. Vou continuar a exercer o mandato com o estilo que tenho, e apelo ao presidente da AR que não volte a fazer aquilo. Por estas e por outras é que os portugueses se afastam cada vez mais da política” (Ventura, JN).

Ainda no mesmo dia, Ventura convocou uma conferência de imprensa para declarar que considerava a situação ‘gravíssima’ devido ao que considerou um envolvimento parcial das instituições públicas, o que põe em causa o sistema democrático: “o Chega vai pedir ao Senhor Presidente da República uma audiência urgente, atendendo, ao que se passou aqui hoje e porque está em causa, verdadeiramente, o regular funcionamento das instituições [...] se é o Presidente da Assembleia que decide que expressões é que podem ser utilizadas, meus senhores, isto já não é democracia nenhuma” (Ventura, JN).

Ventura afirmou ainda que apenas o povo português o poderia impedir de continuar a utilizar a palavra ‘vergonha’ e que exigia um pedido de desculpas do Presidente da AR. O uso do politicamente incorreto pode ser interpretado como um ato de coragem, por setores da opinião pública, de um ator político que se procura colocar como porta-voz das suas críticas e reivindicações perante o sistema. Foi entregue de bandeja a André Ventura uma situação que este, como populista habilidoso, rapidamente aproveitou para ganhar ainda mais protagonismo e continuar a sua estratégia para expor fragilidades e descredibilizar o sistema.

Ventura dispende de um tempo de intervenção escasso na AR, pelo facto de ser deputado único, conseguiu, demonstrando sentido de oportunidade, fazer ecoar as suas palavras fora do parlamento, ocupando outros fóruns de discussão e procurando ganhar o apoio da rua. Simultaneamente amplificou a sua crítica, a toda instituição parlamentar, demonstrando, através do cartaz, que existe mais liberdade de expressão na rua do que na Assembleia da República.

4.4.2. Cartaz de André Ventura para as eleições presidenciais de 2021

Fig. 10 – *Outdoor*. Presidente dos Portugueses de Bem³⁷



O slogan deste cartaz: “André Ventura - presidente dos portugueses de bem” remete para a conceção de ‘povo’, de Ventura, que separa dos restantes portugueses, sobretudo os que considera ‘subsídiodependentes’. Esta frase é frequentemente utilizada pelo político, quando vincava que, caso fosse eleito: “não vou ser o presidente de todos os portugueses” (Ventura, TVI)³⁸. Apesar de se compreender qual a intenção desta afirmação de Ventura, no contexto da campanha eleitoral, ela não deixa de ser paradoxal e incongruente, visto que no sistema democrático, o eleito torna-se formalmente presidente de todos os portugueses. Ora, ao assumir esta postura Ventura indicia uma possível intenção de romper com o sistema democrático, ao discriminar negativamente setores da população. Assim, ao assumir que como presidente iria marginalizar uma parte dos portugueses, não estaria a agir de acordo com o cargo, o qual na sua forma

³⁷ <https://tv.iol.pt/noticias/politica/presidenciais-2021/do-ataque-a-marcelo-aos-portugueses-de-bem-os-cartazes-mais-polemicos-destas-presidenciais>

³⁸ <https://tv.iol.pt/noticias/politica/presidenciais-2021/do-ataque-a-marcelo-aos-portugueses-de-bem-os-cartazes-mais-polemicos-destas-presidenciais>

tradicional tem como função unir os cidadãos, estaria pelo contrário a provocar a fragmentação da sociedade. Por outro lado, com esta frase reconhece como cidadãos portugueses aqueles que está a discriminar, o que deixa a questão de saber qual seria o estatuto destes em termos de cidadania.

Num discurso em Leiria para as eleições presidenciais que ocorreram durante a pandemia de covid, ficou bastante evidente a distinção populista que Ventura faz entre os ‘portugueses de bem’ e os demais. O ator político procurou caracterizar aquelas eleições como um confronto marcadamente maniqueísta entre o lado do bem, no qual se encontra ‘o povo’, e o lado do mal, que engloba um arrastar de problemas estruturais do país desde o fim do Estado Novo, causados por um sistema opressor e injusto, que beneficia as elites e os designados ‘subsidiodependentes’: “Estas eleições tornaram-se a eleição do Bem contra o Mal, dos portugueses de bem contra a minoria que pretende impor-nos as suas regras, a eleição dos portugueses que trabalham e pagam impostos e sentem, há 46 anos, que tudo é dado a alguns e tudo é tirado a quem contribui para Portugal” (Ventura, TSF)³⁹.

Ventura aproveitou as condições meteorológicas para as interpretar como um sinal do propósito do Chega: “a chuva que cai hoje do céu é sinal de que somos, estamos e continuaremos abençoados e no caminho certo” (Ventura, TSF).

Não sendo bem recebido por alguns dos presentes, devido a polémicas em torno das minorias étnicas nas quais o ator político estava bastante envolvido na altura, este respondeu a um cartaz que o ‘mandava para a terra dele’: “A minha terra é Portugal porque é este país que eu amo e quero salvar. Não nos peçam para sermos mais moderados ou fofinhos porque estamos cansados de tanta destruição em Portugal” (Ventura, TSF). Com isto transmite a crença de que é sua missão resgatar o país de uma situação de decadência, não abdicando de empregar o radicalismo necessário para levar a tarefa a cabo. Isto enquadra-se perfeitamente na lógica com que opera a autoridade carismática e salienta os dois indicadores da categoria do radicalismo, a tentativa de subverter o sistema vigente e a ambição de instaurar um novo.

Devido ao destaque que Ventura atribui às minorias, que considera serem predominantemente ‘subsidiodependentes’, sobretudo a etnia cigana, o líder do Chega é alvo de acusações de racismo e de fascismo. Naquela ocasião optou por desvalorizar a questão e desviar

³⁹ <https://www.tsf.pt/portugal/politica/ventura-fala-em-eleicao-do-bem-contra-o-mal-dos-portugueses-de-bem-contra-a-minoria-13255377.html>

a crítica para os seus adversários políticos, os quais considera que pertencem ao sistema e que são, portanto, parte do 'outro': "À medida que gritam por todo o país - 'racista' e 'fascista' -, os subsidiodependentes levarão de nós o mesmo 'cartão vermelho' que daremos a Marcelo Rebelo de Sousa e Ana Gomes"(Ventura, TSF).

Ventura revela oportunismo relativamente ao contexto, no que toca também, por exemplo, à pandemia de covid, ao se posicionar como porta-voz das críticas do 'povo' contra sistema: "atingimos hoje dos piores números da pandemia em Portugal e o governo diz que não é culpa dele, é culpa dos portugueses. Enquanto lá fora se atribuem culpas a presidentes e a governos, o governo português diz que não tem nada a ver com isso [...] cabe-nos a nós dizer que é António Costa e Marcelo Rebelo de Sousa, são os responsáveis pelo estado caótico a que chegou o país e a que chegou o nosso querido Portugal" (Ventura, TSF).

A candidata de esquerda Ana Gomes, foi frequentemente mencionada pelo ator político, durante a campanha, como sendo o seu principal opositor na discussão pelo segundo lugar. Isto deveu-se sobretudo ao facto de estar associada ao o Partido Socialista (apesar de este não ter apoiado a sua candidatura) e, portanto, conotada com o sistema. Esta situação serve de exemplo de que por vezes a lógica de distinção populista de 'nós' e os 'outros' que Ventura utiliza assume uma forma algo vaga e indiscriminada, conforme lhe convém: "Já vi que apoiam a doutora Ana Gomes. Podem continuar a apoiar que não há problema nenhum. [...] Também não quero o vosso apoio. Podem esquecer. [...] Muito obrigado, mas não, eu há apoios que não aceito" (Ventura, TSF).

Ventura, de uma forma mais generalizada, coloca-se a si e ao partido na posição de vítimas devido às acusações de fascismo e racismo de que foram alvos, deixando antever a necessidade de imposição de ordem: "e vejam a animosidade que se virou contra nós em todo o país. Vejam o conflito. Vejam a ordinarice. Vejam a baixeza. De tanto e vil ataque contra nós e contra mim" (Ventura, TSF).

Em conformidade com a ambição do Chega, de adotar um sistema presidencialista em Portugal, o ter sido Ventura a candidatar-se, nas eleições presidenciais, está em consonância com a categoria do personalismo, nomeadamente da centralização do poder no líder do partido.

A candidatura de Ventura à Presidência da República além de servir como uma forma de promoção do Chega através do seu protagonista principal, tendo em vista as eleições legislativas

que se iriam realizar no prazo de um ano, destaca sobretudo a imagem do ator político, o que em contrapartida acarreta o risco de contribuir para o seu desgaste no contexto eleitoral. No entanto, tendo em conta a ambição e o projeto político de Ventura, é um risco que se justifica plenamente correr.

4.4.3. Cartaz do Chega nas eleições autárquicas de 2021

Fig. 11 – *Outdoor*: Lisboa sem Corrupção⁴⁰



Nas eleições autárquicas de 2021, Ventura apareceu em cartazes regionais do Chega, em primeiro plano, como que apresentando o candidato local. Isto transmite a mensagem subliminar de que este terá sido escolhido pelo chefe, contando, portanto, com a sua 'benção'. Assim, entende-se que o candidato é de confiança e que, para o eleitor, votar nele é o mesmo que votar em Ventura. Simultaneamente a composição presente no cartaz surge como instrumento de

⁴⁰ https://www.facebook.com/105455811422048/photos/a.105521841415445/227003015933993/?_rdr

propaganda para continuar a fabricar o carisma do líder. Isto pode ser visto como um indicador da centralização do poder no líder do partido, de acordo com a categoria do Personalismo.

De apontar, também, que o *slogan* deste cartaz, ‘Lisboa sem Corrupção’, se pode inserir num ato de deslegitimação do sistema vigente, indicador da categoria do radicalismo. Não deverá por acaso a sua escolha para a capital do país, onde se encontram as principais instituições do Estado. Por este motivo Lisboa é alvo frequente de acusações de centralismo.

De salientar que parece existir uma tendência mais recente do Chega para apresentar candidatos alvos de atenção mediática, como é o caso de Nuno Graciano, conhecido apresentador de televisão, que foi o candidato escolhido pelo partido para a Câmara Municipal de Lisboa. A sua apresentação foi feita com a presença do líder do Chega, no Padrão dos Descobrimentos, em Belém. Este momento simboliza a evocação pelo Estado Novo, do período ‘áureo’ da história de Portugal.⁴¹

A opção do Chega por Nuno Graciano poderá ir de encontro a uma lógica de rotinização do carisma de André Ventura, encetada sobretudo a partir de 2021 e tendo em conta as eleições autárquicas e as legislativas. Isto porque, apesar de Ventura ser o motor e o ponto forte do partido, revela-se também como uma fragilidade pois torna o Chega muito dependente do seu líder e fundador, na orientação estratégica e na captação de apoio eleitoral. De acordo com os dirigentes do partido, “a personalidade escolhida [Graciano] é conhecida ‘dos portugueses como um lutador e um homem de convicções, sem qualquer vestígio de politicamente correto, representando, desta forma, aquele que é o espírito do partido’⁴². Este processo insere-se também numa lógica de fixação do partido a nível nacional e de consolidação da estrutura do Chega, que não se desenvolveu atempadamente em proporção ao seu crescimento.

A campanha de Nuno Graciano ficou caracterizada, em linha com o Chega, por um discurso radical, o que gerou alguma atenção dos *media* pela figura pública devido ao seu forte potencial polémico: “para mim, os filhos que maltratam os pais, no mínimo, prisão perpétua. Os pais que sodomizam os filhos, no mínimo, pena de morte. Sou radical nestas situações”⁴². Apesar

⁴¹ O padrão dos descobrimentos é um conjunto escultórico inaugurado no Estado Novo em 1960 (originalmente construído em matérias perecíveis no âmbito da comemoração dos centenários) para glorificar as figuras históricas dos descobrimentos, como o Infante D. Henrique.

⁴² <https://www.publico.pt/2021/03/15/politica/noticia/comunicador-nuno-graciano-candidato-chega-camara-lisboa-1954423>

de Graciano considerar que obteve um bom resultado nas eleições municipais, o partido não conseguiu eleger nenhum vereador.⁴³

4.4.4. Cartaz do Chega para as eleições legislativas de 2022

Fig. 12 – *Outdoor*. Vamos fazer o Sistema Tremer⁴⁴



Este cartaz foi afixado pelo Chega em vários distritos de Portugal, inserido na campanha para as eleições legislativas de 2022 que se realizaram no dia 30 de janeiro. Este gerou alguma polémica porque Ventura foi acusado de copiar o slogan dos cartazes que Suzana Garcia utilizou na sua candidatura pelo PSD à Câmara Municipal da Amadora. Esta classificou o ato de ‘semiplágio’ e oportunismo. Afirmou ainda que isto terá ocorrido após ter recusado vários convites dos dirigentes do Chega para que integrasse o partido, sendo assim alvo de uma espécie de

⁴³ <https://tv.iol.pt/noticias/politica/autarquicas2021/nuno-graciano-diz-que-chega-teve-bom-resultado-em-lisboa-apesar-de-falhar-verecao>

⁴⁴ <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2021-12-13-andre-ventura-copia-suzana-garcia-no-novo-cartaz-de-campanha-do-chega/>

‘vingança’: “esta reação apenas vem confirmar uma certa visão misógina e patriarcal com que se encaram as minhas decisões no interior daquele partido”.⁴⁵

A utilização da figura do líder do Chega e da frase ‘André Ventura – candidato a 1º Ministro’, no cartaz, é equivalente a um personalismo político, que a maioria dos partidos emprega atualmente para destacar, geralmente o dirigente do partido, que se pressupõe que irá assumir o cargo de primeiro ministro caso o partido obtenha os votos suficiente para ele ser nomeado. Assim, é discutível se isso assenta nessa lógica mais comum, ou se se insere na autoridade carismática, nomeadamente na categoria do personalismo.

Por outro lado, o slogan “dia 30 de janeiro vamos fazer o sistema tremer’ apesar de, através da inclusão da data das eleições legislativas, remeter para um processo democrático, a ação projetada para esse dia, de fazer o sistema ‘tremer’, pode ser vista como uma espécie de ameaça à integridade do sistema político. Os apoiantes do Chega interpretarão isso, dentro do quadro promovido por Ventura, como um enfrentar das elites políticas (‘o outro’), as quais não atendem às suas reivindicações (do ‘povo’). De destacar, também, que a imagem de Ventura que aparece no cartaz, apresenta o político numa pose rija e altiva, com um olhar para a frente, o que difere da aparência mais amigável e de contacto visual direto, transmitida nos outros cartazes e que passa por uma estratégia mais geral de se aproximar dos eleitores. Isto deverá ser intencional para criar um contraste entre os valores que essa descrição visual passa de Ventura frente à ideia (o sistema a ‘tremer’) que o slogan imprime no leitor. Desta forma pode-se considerar que o cartaz tem patente uma promoção de subversão do sistema vigente e que deixa antever a ambição de constituir um novo sistema. Estes dois indicadores inserem-se na categoria do radicalismo.

⁴⁵ <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2021-12-13-andre-ventura-copia-suzana-garcia-no-novo-cartaz-de-campanha-do-chega/>

Conclusão

Esta investigação analisou o fenómeno populista do 'venturismo', o qual terminou com o 'excepcionalismo' português nessa matéria. A sua manifestação decorre sob os desígnios do ator político André Ventura e através do seu instrumento político pessoal, o partido Chega.

De acordo com um paradigma interpretativista e uma metodologia de base qualitativa, pretendeu-se expor os processos sociopolíticos, passíveis de verificação empírica, relativos à relação entre a liderança de André Ventura e o Chega. Consequentemente, também se fez incidir alguma luz sobre as motivações e os objetivos do ator político e do seu partido.

Sob a ótica da ciência política sobressai, deste caso particular, a sua vertente populista e o elevado nível de personalização. De forma a englobar e conciliar o seu estudo, mobilizou-se um modelo de análise, que articulou a abordagem ao populismo como uma estratégia política, de Kurt Weyland, com o ideal tipo da autoridade carismática, elaborado por Max Weber e refinado para o uso académico por Takis Pappas. As duas teorias compatibilizaram-se de forma natural, mediante o fenómeno em questão, uma vez que dão conta de um ator político ambicioso e oportunista (no sentido, não valorativo, de saber aproveitar as circunstâncias para benefício próprio) que procura protagonismo na sociedade e o instrumentaliza na política.

O populismo não tem uma definição consensual. Enquadrá-lo teoricamente como uma lógica, uma ideologia ou uma estratégia política oferece contributos imprescindíveis e mutuamente complementares em níveis diferentes de abstração no estudo do fenómeno. A opção pelo uso central da abordagem ao populismo como estratégia política deveu-se ao facto de esta perspectiva permitir sobretudo uma explicação concentrada na realidade, que captura de forma adequada as dinâmicas do caso e contém maior valor prático. Esta estratégia pressupõe a existência de um líder personalista que age de acordo com o objetivo nuclear de obtenção de poder político, para o qual é necessária a conquista de apoio eleitoral.

A autoridade carismática é um fator que pode ajudar a explicar o sucesso de novos partidos populistas, nos quais a liderança se destaca como o elemento mais visível. Esta surge como um potenciador eficaz do populismo, face a um sistema democrático, liberal e legal-burocrático, assim como uma sociedade altamente mediatizada e com um nível elevado de

personalização política. Ela não depende prioritariamente de motivos racionais, tecnocráticos ou ideológicos, os quais têm vindo a perder a sua relevância.

Devido à complexidade das variáveis que a autoridade carismática envolve na sua formulação original, exigiria, para o seu completo esclarecimento, a mobilização de uma abordagem multidisciplinar, pluriperspectivada. Assim, foram postas de parte certas características mais subjetivas e colocou-se o foco nas componentes essenciais e mensuráveis dentro do campo da ciência política. Ou seja, no personalismo, que toca na centralidade do líder político e no estabelecimento de uma relação o mais direta possível com o público, e o radicalismo que remete para os seus atos de deslegitimação do sistema vigente e a sua ambição de constituir um novo.

Foi realizada a recolha de indicadores para a análise através de várias fontes, testemunhas do espaço de tempo compreendido entre 2019 e 2022, como os documentos oficiais do Chega, nomeadamente o seu programa político, a sua declaração de princípios e o seu manifesto, debates nos quais Ventura participou, para as eleições presidenciais de 2021 e para as eleições legislativas de 2022, entrevistas ao ator político, assim como publicações suas nas redes sociais, intervenções parlamentares ou em contexto de uma manifestação, discursos seus e *outdoors*. A interpretação dos dados permitiu tirar um conjunto de conclusões.

Inspirando-se noutras experiências políticas e no estilo de personalidades internacionais, André Ventura é um ator, a desempenhar um papel construído para o meio português, especialista na improvisação conforme o contexto, o público e o seu adversário imediato. É, ao mesmo tempo, um analista político em tempo real, sempre consciente do impacto da sua atuação.

Ventura recorre à lógica mediática em seu favor, a qual é essencial para obter protagonismo e transmitir a sua mensagem. Com recurso a exemplos de casos específicos que generaliza, procura provar os seus argumentos, instrumentalizar preocupações reais e alimentar sentimentos polarizantes. As polémicas que surgem das ações, discursos e publicações de Ventura, desde que não o descredibilizem, são o combustível essencial para a sua divulgação. De salientar que há uma correlação entre o tipo de crimes e os casos judiciais que o ator político utiliza como exemplos e a proporção de cobertura mediática que estes recebem. O Chega, seguindo a moda dos programas populares nos *media* voltados para a criminalidade, revela uma apetência para a promoção da ‘condenação pública’.

Ventura procura estar presente em todos os palcos disponíveis, entre eles os programas de televisão são uma prioridade para capitalizar a atenção da opinião pública, pelas suas qualidades de expressão e porque lhe conferem prestígio. Além destes, as redes sociais são uma ferramenta que permite ao ator político interagir de uma forma instantânea, mais direta e menos mediada com o público, conquistar apoio político, promover a organização entre os seus seguidores e em torno de si e estimular o crescimento do seu partido.

O *modus operandi* de André Ventura consiste em criar um imaginário, através do qual projeta para o público um país num estado decadente, por estar preso a um sistema injusto que é controlado por uma elite política corrupta. A sua narrativa é comunicada com uma linguagem e um simbolismo próprios para o contexto cultural português.

Ventura ao sugerir a população para a perceção de uma crise política, social e/ou económica, quer ela seja real ou não, incute-lhe a propensão a aderir a figuras fortes, que pareçam desvinculadas do sistema e ofereçam uma pretensa solução. Nesse sentido procura apresentar-se como um político extraordinário e ao mesmo tempo com raízes populares para obter legitimidade perante os portugueses. Neste processo, as ideologias, os partidos e os atores tradicionais são relegados para a segundo plano em termos de confiança e de apoio.

A elite política que descreve como 'inimiga' é dominada pelo Partido Socialista, atualmente sob a liderança de António Costa, com a cumplicidade dos restantes partidos de esquerda e de atores políticos relevantes como o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Os partidos da direita, são caracterizados como impotentes ou coniventes face ao *status quo*. Ventura de forma hábil e oportunista aproveita falhas do sistema e dos outros atores e partidos, aos quais se opõe, para destacar-se e ativamente deslegitimá-los. A flexibilidade da sua estratégia populista permite que adapte o seu estilo e discurso para enquadrar ou fazer associações com cada adversário político, como lhe convém no momento.

Após lançar as bases de um cenário de crise, Ventura autoproclama como sua missão encetar um processo de restauração ao país. Nesse processo histórico divide a sociedade entre um lado certo, composto pelos que designa de 'portugueses de bem', que caracteriza como humildes, honestos e trabalhadores, e um lado errado, que abarca minorias, imigrantes, subsidiodependentes, criminosos vulgares e políticos e banqueiros corruptos.

Numa lógica messiânica, propõe conduzir um ‘povo’ alienado, oprimido e explorado à estabilidade, à justiça e à prosperidade. O líder do Chega quer criar a ilusão de que encarna o ‘povo’ e que, portanto, deve ser visto como o seu defensor, o seu representante ou porta-voz na arena política. Qualquer ato que possa ser entendido como um ataque à sua pessoa, à sua missão ou ao seu partido, Ventura procura imediatamente, através de uma lógica de afinidade, transpô-lo como uma agressão ao ‘povo português’. Esse paralelismo de vitimização estimula, por oposição ao ‘outro’, uma identidade comum e laços de solidariedade entre ele e os seus apoiantes.

Na esfera política, Ventura, ao ver-se incapaz de influenciar e subir na hierarquia do PSD e de realizar as suas ambições em qualquer outro partido tradicional, optou por criar um projeto político seu, o Chega. Através dele, Ventura ambiciona ascender na hierarquia do poder político potenciado pelo apoio de uma grande massa popular. As evidências sugerem que o ator político pessoalmente procura, a curto/médio prazo, unificar e criar uma nova direita sob a sua liderança, para a longo termo obter influência suficiente que lhe permita a realização de certas mudanças constitucionais de forma a criar um sistema político presidencialista, em Portugal, no qual desejaria assumir o cargo máximo.

Ainda que Ventura tenha formulado uma estratégia populista tendo em conta as especificidades nacionais, esta contém uma certa ambiguidade, o que permite a identificação e a projeção de causas próprias por uma diversidade de indivíduos e grupos. A sua capacidade de mobilização além de se converter em apoio eleitoral também se reflete em militância, o que contribui para o desenvolvimento da estrutura nacional do seu partido. Muitos atores políticos oportunistas veem no Chega um veículo promissor, no qual Ventura funciona como motor, para alcançar as suas ambições políticas pessoais ou promover certas causas sociais.

É de referir que os partidos tradicionais de direita, nomeadamente o PSD e o CDS, demonstram sinais de falta de uma orientação política concertada, e são os mais prejudicados pela nova força partidária, uma vez que o Chega concorre na disputa por segmentos coincidentes do eleitorado e parece representar, por questões de imagem, um sério obstáculo a um entendimento nessa área política.

Ainda que as ambições dos membros do Chega não estejam totalmente harmonizadas, o partido, de uma forma geral, ambiciona a criação de um modelo de sociedade conservadora, tradicional e hierarquizada, marcada pelo personalismo e pelo nacionalismo, em matéria de valores, e de matriz neoliberal no campo económico. Portanto, com um Estado mínimo e robusto

nas suas competências. Em assuntos específicos o Chega tenta preservar a sua indefinição porque isso lhe permite acomodar as diferentes posições dos seus membros, adaptar-se conforme as necessidades internas ou externas ao partido e ajustar a sua oferta política à procura eleitoral.

Ao contrário da maioria dos partidos tradicionais portugueses, que priorizam as questões económicas e as preocupações materiais dos cidadãos portugueses, o Chega aposta muito numa vertente política que anda em torno das questões dos valores, do modelo de sociedade e do papel dos indivíduos.

Existem algumas evidências de que o Chega se predispõe ao autoritarismo pois apesar de o partido oficialmente defender o sistema democrático pretende a imposição de um conjunto de princípios e de um tipo de ordem social. Nesse processo, a diminuição do controlo burocrático, ainda que com o incremento de outras formas de fiscalização, e a promoção do personalismo, podem abrir caminho para a acumulação de poder num núcleo de indivíduos, reforçando a autoridade hierárquica em detrimento do poder das instituições públicas.

O radicalismo do partido pode ser confundido, pela opinião pública, com o extremismo ou servir propositadamente para disfarçá-lo pelo recurso à contenção discursiva. A intenção constantemente declarada de reforçar os poderes executivo e judicial, assim como as competências e a autoridade das forças policiais, alimenta suspeições de que as intenções declaradas na propaganda do Chega, possam ser contrariadas pela prática, quando no exercício do poder político. Ou seja, que do radicalismo declarado se possa passar para ações extremistas.

As questões do nativismo e do securitarismo sobressaem devido ao seu teor polémico que coloca o Chega no centro das atenções e propicia o debate sobre a sua natureza política. Ainda que acarretem riscos de erosão de imagem, devido às conotações pejorativas que podem causar ao partido, têm um papel fundamental na estratégia populista do partido para promover a identificação e a defesa do 'povo' por oposição ao 'outro', conquistar apoio eleitoral e desviar a atenção quanto a certas medidas económicas e sociais que o partido defende, as quais podem ter potencial de afetar negativamente o eleitorado.

O Chega, ao proceder a generalizações quando se refere a imigrantes e elementos de etnias minoritárias, na sociedade portuguesa, denuncia uma abordagem aos problemas sociais que pode ser enquadrada numa perspetiva de discriminação dos cidadãos em função do grupo

étnico, cultural ou racial. Inclusive, no seu programa, o Chega de uma forma faz uma distinção entre tipos de comunidades de 'ordem superior ou inferior'.

Como o Chega, em grande medida, se define através de oposições, acaba por estar mais concentrado em criticar os benefícios sociais ou a capacidade reivindicativa de setores da população, do que em defender o incremento dos direitos sociais da maioria.

Esta investigação atesta a ideia de que nenhum país é imune ao surgimento do populismo. O que importa para o seu desenvolvimento é a emergência de um ator oportunista, capaz de produzir uma oferta que seja, ou pareça, adequada à especificidade do contexto nacional. No caso português, o estudo do fenómeno populista do 'venturismo' ganha capacidade explicativa quando abordado na perspetiva da autoridade carismática.

O sucesso atual do projeto político do Chega prova que existe a apetência de uma parte do eleitorado português por uma oferta populista e por personalidades com autoridade carismática. André Ventura cumpre todos os requisitos para que seja classificado como um líder carismático populista.

A autoridade carismática de Ventura confere-lhe um *status* distinto dentro do Chega que leva a que este se configure como um elo de união para os seus membros e que estes se alinhem, de forma mais ou menos oportunista, sob a sua direção para ver os seus interesses ou desejos pessoais realizados. Nesse sentido, os documentos oficiais do partido revelam a função principal de justificar as práticas do ator político e de acomodar as diferentes posições ideológicas dos membros que o constituem. Como a linha de orientação política central do partido assenta nas ações e no discurso do seu líder, está sujeita à influência das suas iniciativas.

Para Ventura, o populismo é um meio que se justifica perante a busca dos seus fins. A força da sua estratégia populista, assenta na capacidade de legitimação e atração que a sua autoridade carismática exerce sobre o público. Perante o eleitorado, converte-a em apoio, submetendo-se, aos processos legais e democrático, de forma a ganhar poder político. Neste processo, o Chega assume um papel essencial para o ator político como veículo para as suas ambições.

O Chega opta claramente por promover Ventura, com recurso a todos os meios de comunicação disponíveis, através da utilização da sua imagem, das suas expressões e da referência a iniciativas protagonizadas por ele. A construção da sua autoridade carismática é

fundamental porque ela torna-o um polo de atração objetivo para a conquista de apoio popular, o que se reflete no crescimento do partido como organização e no aumento de apoio eleitoral. Sem Ventura o Chega seria irreconhecível perante o público.

Em suma, é difícil distinguir André Ventura do Chega porque ambos se encontram numa dinâmica de dependência. O ator político precisa do partido para conseguir concretizar os seus objetivos políticos e o Chega depende do seu líder como figura agregadora e para se promover. A sua desvinculação poria seriamente em risco a sobrevivência do projeto político.

Após a eleição de 12 deputados do Chega para o Parlamento, é espetável que o partido procure um equilíbrio entre a atitude antissistema, que o distingue, e a moderação, que lhe poderá permitir conquistar crédito reputacional, através da demonstração do valor da responsabilidade. Isto será fundamental para que ele consiga consolidar e conquistar apoio eleitoral ou normalizar-se face aos outros partidos que, na maioria, o ignoram, opõem-se-lhe ou rejeitam-no.

O resultado desse processo, assim como de eventuais disputas pelo poder interno no Chega, irá determinar a manutenção ou transformação do estatuto e da imagem do partido e, conseqüentemente, do seu fundador, o que poderá ter implicações em termos da estratégia populista. Nesse sentido, como a autoridade carismática é instável e perecível, o sucesso e a longevidade da liderança de Ventura serão determinados pela sua capacidade de validar a sua missão e de manter a sua credibilidade, perante os seus apoiantes, como 'messias político'.

Por fim, existem alguns indícios de que Ventura e o Chega pretendem implementar um tipo de democracia direta em que se efetue a concentração de poderes na figura do Presidente e se reduza o número de deputados. Isto remete para a ideia de uma democracia iliberal ou plebiscitária. Este seria um ponto interessante para aprofundar o tema em investigações futuras.

Bibliografia

Afonso, Alexandre (2021) “Correlates of Aggregate Support for the Radical Right in Portugal”, Research and Politics, Leiden University, (1-14);

DOI: <https://doi.org/10.1177/20531680211029416> (consultado em 04/03/2022)

ARTV (2019) “UMA VERGONHA!”, Youtube, Chega TV;

DOI: <https://youtu.be/AvsWEeTSh18> consultado em 05/04/2022);

ARTV (2021) “Ventura irrita Parlamento a falar do ZMAR e imigração”, Youtube, Chega TV;

DOI: <https://youtu.be/7qsiSITJn8> consultado em 03/02/2022);

Barr, Robert (2020) “Populism as a Political Strategy”, Routledge Handbook of Global Populism, Routledge, Edited by Carlos de la Torre, Routledge, (44-56);

DOI: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315226446-4/populism-political-strategy-robert-barr> (consultado em 07/02/2022);

Bernhard, Michael (1998) “Charismatic Leadership and Democratization: A Weberian Perspective” The Pennsylvania State University, N° 43, (1-27);

DOI: <https://www.ucis.pitt.edu/nceer/1998-812-20g-Bernhard.pdf> (consultado em 09/02/2022)

Boyle, Raymond; Kelly, Lisa (2010) “The celebrity entrepreneur on television: profile, politics and power”, Celebrity Studies, Vol.1, N° 3, (334-350);

DOI: <https://doi.org/10.1080/19392397.2010.511135> (consultado em 10/02/2022)

Carvalho, João (2020) “Understanding the electoral breakthrough of extreme right parties: the end of Portuguese’s exceptionalism in the late 2010s”, Parliamentary Affairs, Edi. 2022, (1-21);

DOI: https://www.researchgate.net/publication/344203072_Understanding_the_electoral_breakthrough_of_extreme_right_parties_the_end_of_Portuguese's_exceptionalism_in_the_late_2010s (consultado em 08/01/2022)

Chega – Núcleo de Lisboa (2021) Publicação no Facebook;

DOI: https://www.facebook.com/105455811422048/photos/a.105521841415445/227003015933993/?_rdr (consultado a 09/03/2022);

Chega, “Declaração de Princípios e Fins do Chega”;

DOI: <https://partidochega.pt/declaracao-de-principios/> (consultado em 22/02/2022);

Chega, “Manifesto Político Fundador do Chega”;

DOI: <https://partidochega.pt/manifesto/> (consultado em 27/02/2022);

Chega (2021) “Programa Político Chega”;

DOI: <https://partidochega.pt/programa-politico-chega/> (consultado em 14/02/2022);

CNN (2022) “Legislativas 2022 – Debates”;

DOI: <https://cnnportugal.iol.pt/eleicoes/legislativas/decisao-22-veja-os-debates-na-integra/20220131/61d465bd0cf2c7ea0f10f87f> (consultado em 03/03/2022);

CNN Portugal (2021) Entrevista a André Ventura: “O Chega não é de extrema-direita, é um partido contra o sistema”;

DOI: <https://cnnportugal.iol.pt/videos/o-chega-nao-e-de-extrema-direita-e-um-partido-contra-o-sistema/61a15a370cf21a10a411762d> (consultado em 17/02/2022);

Diário de Notícias (2019) “Ciganos, imigrantes e prisões. O que diz André Ventura”, Maria João Caetano;

DOI: <https://www.dn.pt/poder/ciganos-imigrantes-e-prisoas-o-que-diz-andre-ventura-11379814.html> (consultado em 21/03/2022);

Diário de Notícias (2020) “André Ventura notificado sobre saudação nazi em comício do Chega”, Lusa, DOI: <https://www.dn.pt/pais/ventura-notificado-para-testemunhar-em-inquerito-sobre-saudacao-nazi-em-comicio-do-chega-12434578.html> (consultado em 25/03/2022);

Dias, João Ferreira (2020) “O Messias já chegou e librará ‘as pessoas de bem’ dos corruptos: messianismo político e legitimação popular, os casos Bolsonaro e André Ventura”, Polis, Vol. 2, N° 2 (49-60);

DOI: <http://hdl.handle.net/10071/22351> (consultado em 27/01/2022);

European Values Study (2021) “Relatório do Estudo dos Valores Europeus 2017-2019”, Ramos, Alice; Magalhães, Pedro, Gulbenkian Studies, Future Forum, N° 1;

DOI: <https://gulbenkian.pt/publication/european-values-study/> (consultado em 03/02/2022);

Furedi, Frank (2010) “Celebrity Culture”, Springer Science, Vol.47, N°6, (493-497);

DOI: <https://doi.org/10.1007/s12115-010-9367-6> (consultado em 26/03/2022)

Glassman, Ronald (1975) “Legitimacy and Manufactured Charisma”, The Johns Hopkins University Press, Social Research, Vol. 42, N°. 4, (615-636);

DOI: <https://www.jstor.org/stable/41582856> (consultado em 25/02/2022);

Greven, Thomas (2016) “The Rise of Right-wing Populism in Europe and the United States: A Comparative Perspective”, FES Publikation, (1-9);

DOI: http://dc.fes.de/fileadmin/user_upload/publications/RightwingPopulism.pdf (consultado em 17/01/2022);

Hansen, George P. (2001) "Max Weber, Charisma, and the Disenchantment of the World", *The Trickster and the Paranormal*, Xlibris, Philadelphia, (102-111);

DOI:<http://www.tricksterbook.com/ArticlesOnline/Chapter8-MaxWeberCharismaDisenchantment.pdf> (consultado em 04/01/2022);

Hawkins, Kirk A. (2009) "Is Chávez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective" *Comparative Political Studies*, Vol. 42, N°8, (1040-1067);

DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414009331721> (consultado em 02/03/2022);

Hendriks, Eric Cornelis (2017) "Breaking Away from Charisma? The Celebrity Industry's Contradictory Connection to Charismatic Authority" *Communication Theory*, Vol. 27, N° 27, (347-366);

DOI: <https://doi.org/10.1111/comt.12120> (consultado em 25/03/2022);

SIC Noticias (2019) "Intervenção de André Ventura na Manifestação das Forças de Segurança", Youtube, Chega Tv;

DOI: <https://youtu.be/IKKP2NqZ18M> (consultado em 13/02/2022);

Jornal de Negócios (2021) "Ventura diz que imigração islâmica 'é um perigo para Portugal' e houve protestos à esquerda", Lusa;

DOI: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/20210506-1827-ventura-diz-que-imigracao-islamica-e-um-perigo-para-portugal-e-ouve-protestos-a-esquerda> (consultado em 27/02/2022);

Jornal de Notícias (2019) "'#Vergonha': Chega põe novo cartaz junto ao Parlamento", João Vasconcelos e Sousa;

DOI:<https://www.jn.pt/nacional/vergonha-chega-poe-novo-cartaz-junto-ao-parlamento-11620737.html> (consultado em 04/02/2022);

Laclau, Ernesto (2005 (b)) "What's in a Name?", *Populism and the Mirror of Democracy*, Verso, London – New York (32-49);

Laclau, Ernesto (2005) "On Populist Reason", Verso, London – New York;

Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade (2003) "Fundamentos de Metodologia Científica", Editora Atlas, 5ª Edição, São Paulo;

Magalhães, Pedro (2021) "Charisma and Democracy: Max Weber on the Riddle of Political Change in Modern Societies", *Topoi*, N° 41, (69-78);

DOI: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11245-021-09761-2> (consultado em 01/02/2022)

Marchi, R. (2020 (b)) “O Novo partido Chega no âmbito da direita portuguesa”, *Populismo: teorias e casos*, edmeta editora, (200-219);

DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.12314> (consultado a 13/02/2022);

Marchi, R. (2020) “A Nova Direita Anti-Sistema: O Caso do Chega”. Lisboa, Grupo Almedina;

Marshall, David (1997) “Celebrity and Power: Fame in Contemporary Culture”, University of Minnesota Press;

Mendes, Catarina (2020) “O Populismo de Direita no Facebook: A Campanha Eleitoral do Chega para as Eleições Legislativas de 2019”, Instituto Universitário de Lisboa;

Mendes, Mariana (2021) “The Rise of Chega and the End of Portuguese exceptionalism”, *LSE European Politics and Policy* (1-3);

DOI: <https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2021/01/21/the-rise-of-chega-and-the-end-of-portuguese-exceptionalism/> (consultado em 18/02/2022);

Mendes, Mariana; Dennison, James (2021) “Explaining the emergence of the radical right in Spain and Portugal: salience, stigma and supply”, *Routledge, West European Politics*, Vol. 44, N° 4 (752-775);

DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2020.1777504> (consultado em 15/03/2022)

Moffitt, Benjamin (2016) “The global rise of populism: performance, political style, and representation”, Stanford University Press;

Mudde, Cas (2004) “The Populist Zeitgeist”, *Government and Opposition*, Cambridge, Vol. 39, N°4 (542-563);

DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x> (consultado em 13/03/2022);

Observador (2019) “‘Vergonha’ foi usado 2198 vezes no Parlamento na última década”, Lourenço Jardim de Oliveira;

DOI: <https://observador.pt/opiniao/vergonha-foi-usado-2198-vezes-no-parlamento-na-ultima-decada/> (consultado em 15/02/2022);

Palhau, João; Silva, Patrícia; Costa, Edna (2021) “Populismo nos partidos políticos portugueses – Os programas eleitorais de 2019”, *População e Sociedade*, Cepse, Vol. 35 (60-83);

DOI: <https://doi.org/10.52224/21845263/rev35a4> (consultado em 24/02/2022)

Pappas, Takis (2006) “Political Charisma and Liberal Democracy”, Department of Balkan, Slavic & Oriental Studies, University of Macedonia (1-16);

DOI: <http://www.afsp.msh-paris.fr/activite/2006/collinz06/txtlinz/pappas2.pdf> (consultado em 27/03/2022);

Pappas, Takis S. (2016) “Are Populist Leaders ‘Charismatic’? The Evidence from Europe”, *Constellations*, Vol. 23, N°3;

DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12233> (consultado em 13/03/2022);

Pereira, José Santana (2020) “Put your action where your mouth is: A relação entre atitudes populistas e participação política em Portugal”, *SciELO, Relações Internacionais*, (57-72);

DOI: <http://hdl.handle.net/10071/21300> (consultado em 02/02/2022);

Pillai, Rajnandini (1995) “Context and Charisma: The Role of Organic Structure, Collectivism, and Crisis in the Emergence of Charismatic Leadership”, *Academy of Management*, Vol. 1995, N°1, (332-336);

DOI: <https://doi.org/10.5465/ambpp.1995.17536616> (consultado em 22/03/2022);

Público (2021) “Comunicador Nuno Graciano é o candidato do Chega à Câmara de Lisboa”, *Lusa*, DOI: <https://www.publico.pt/2021/03/15/politica/noticia/comunicador-nuno-graciano-candidato-chega-camara-lisboa-1954423> (consultado em 18/03/2022);

Quivy, Raymond. Campenhoudt (1995) “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, *Gradiva*;

Rádio Renascença (2020) “Militantes do Chega chumbam pena de morte e reelegem André Ventura”, *Eunice Lourenço, Lusa*;

DOI: <https://rr.sapo.pt/noticia/politica/2020/09/05/militantes-do-chega-chumbam-pena-de-morte-e-reelegem-andre-ventura/206076/> (consultado em 19/03/2022);

Rádio Renascença (2020) “Chega. As mil e uma polémicas de André Ventura na política”, *Tiago Palma*;

DOI: <https://rr.sapo.pt/especial/pais/2020/04/05/chega-as-mil-e-uma-polemicas-de-andre-ventura-na-politica/188048/> (consultado em 01/02/2022);

Reis, José Pedro (2020) “André Ventura – por Portugal pelos portugueses”, *Revista Movimentação*, Vol. 7, N°13, (73-90);

DOI: <http://dx.doi.org/10.30612/mvt.v7i13.11328> (consultado em 19/03/2022);

RTP (2022) “Presidenciais 2021 – Debates”;

DOI: <https://www.rtp.pt/play/p8201/e515394/presidenciais-2021-debates> acedido a 04/03/2022 (consultado em 13/02/2022);

Salgado, Susana (2018) “Where’s populism? Online media and the diffusion of populist discourses and styles in Portugal”, *European Political Science*, Vol. 18, (53-65);

DOI: <https://doi.org/10.1057/s41304-017-0137-4> (consultado em 19/01/2022);

Santana, Margarida (2021) “A Direita Radical Populista em Portugal”, *Observatório Político*, N° 102, (1-18);

DOI: http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2021/04/WP_102_MS.pdf
(consultado em 14/02/2022);

Schmitter, Philippe C. (2016) "The Design of Social and Political Research", Chinese Political Science Review, Vol. 1, N° 4;

DOI: <https://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/SPS/Profiles/Schmitter/PCSDesignOfSocialPolRes.pdf> (consultado em 19/03/2022);

Serrano, Estrela (2020) "Populismo em Portugal: o fator media" Media & Jornalismo, Vol. 20, N° 37, (221-239);

DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_12 (consultado em 29/01/2022);

SIC Notícias (2019) "Intervenção de André Ventura na Manifestação das Forças de Segurança" Youtube, Chega TV;

DOI: https://www.youtube.com/watch?v=IKKP2NqZ18M&ab_channel=HEGATV (consultado em 25/02/2022);

SIC Notícias (2022) "André Ventura: o candidato anti-sistema gerado pelo próprio sistema", Ana Luísa Monteiro;

DOI: <https://sicnoticias.pt/eleicoes-legislativas/andre-ventura-o-candidato-anti-sistema-gerado-pelo-proprio-sistema/> (consultado em 21/02/2022);

SIC Polígrafo (2019) "#VERGONHA - Já só falta o pedido de desculpas...", Youtube, Chega TV,
DOI: https://www.youtube.com/watch?v=aEJxXgBlz4w&ab_channel=HEGATV (consultado em 09/02/2022);

Silva, Rodrigo Quintas (2018) "A Portuguese Exception to Right-wing Populism" Palgrave Communications, Vol. 4, N°7 (1-5);

DOI: <https://doi.org/10.1057/s41599-017-0062-8> (consultado em 16/03/2022);

Surel, Yves (2011) "The European Union and the Challenges of Populism", Policy Brief, Notre Europe, N°27;

DOI: https://institutdelors.eu/wp-content/uploads/2020/08/bref27_ysurel_en-1.pdf
(consultado em 23/03/2022);

TSF (2021) "Ventura fala em eleição 'do Bem contra o Mal, dos portugueses de bem contra a minoria'", Lusa;

DOI: <https://www.tsf.pt/portugal/politica/ventura-fala-em-eleicao-do-bem-contra-o-mal-dos-portugueses-de-bem-contra-a-minoria-13255377.html> (consultado em 22/02/2022);

TVI (2019) "André Ventura acusa Ferro Rodrigues de o mandar calar e recorre a Marcelo", Youtube, Chega TV;

DOI: https://www.youtube.com/watch?v=ueFHmtH2zHw&ab_channel=CHEGATV (consultado em 03/04/2022);

TVI Notícias (2021) “Do ataque a Marcelo aos ‘portugueses de bem’. Os cartazes mais polémicos destas presidenciais”, Cláudia Évora;

DOI: <https://tvi.iol.pt/noticias/politica/presidenciais-2021/do-ataque-a-marcelo-aos-portugueses-de-bem-os-cartazes-mais-polemicos-destas-presidenciais> (consultado em 03/03/2022);

TVI Notícias (2021) “Nuno Graciano diz que Chega teve ‘bom resultado’ em Lisboa apesar de falhar vereação”, Lusa;

DOI: <https://tvi.iol.pt/noticias/politica/autarquicas2021/nuno-graciano-diz-que-chega-teve-bom-resultado-em-lisboa-apesar-de-falhar-vereacao> (consultado em 07/02/2022);

Ventura, André (2019) Publicação no Twitter;

DOI: https://twitter.com/AndreCVentura/status/1162278580467818497?s=20&t=Yx9IPiHayFB-A_57ErYAMg (consultado em 03/02/2022);

Ventura, André (2019) Publicação no Twitter;

DOI: <https://twitter.com/AndreCVentura/status/1130856180065099777?s=20&t=ZLArYy4VJhPGMsoFGXvXOg> (consultado em 03/02/2022);

Ventura, André (2019) Publicação no Twitter;

DOI: <https://twitter.com/AndreCVentura/status/1180218859648888837?s=20&t=hQBAjBefqUC3WhroNwi7Tg> (consultado em 03/02/2022);

Ventura, André (2020) Publicação no Twitter;

DOI: <https://twitter.com/andrecventura/status/1332323937204768773> (consultado em 04/02/2022);

Ventura, André (2020) Publicação no Twitter, DOI: <https://twitter.com/andrecventura/status/1296805002711830531> (consultado em 03/02/2022);

Ventura, André (2020) Publicação no Twitter;

DOI: <https://twitter.com/andrecventura/status/1267802081793994754> (consultado em 03/02/2022);

Ventura, André (2020) Publicação no Twitter;

DOI: <https://twitter.com/andrecventura/status/1284492727548346368> (consultado em 03/02/2022);

Ventura, André (2021) Publicação no Twitter;

DOI: <https://twitter.com/andrecventura/status/1358140293653139461> (consultado em 03//02/2022);

Weber, Max (2004) “Economia e sociedade, fundamentos da sociologia compreensiva”, Vol. 2, Editora UNB, São Paulo;

Weber, Max (2005) “Três Tipos Puros de Poder Legítimo”, Tribuna da História;

Weyland, Kurt (2001) “Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics” Comparative Politics, Vol. 34, N°1 (1-22);

DOI: <https://doi.org/10.2307/422412> (consultado em 26/01/2022);

Wood, Matthew; Corbett Jack, Flinders Matthew (2016) “Just like us: Everyday celebrity politicians and the pursuit of popularity in an age of anti-politics”, Vol. 18, N°3 (581-598);

DOI: <https://doi.org/10.1177/1369148116632182> (consultado em 13/02/2022);